

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Mariana Camin Samora

“UMA CIDADE SE FAZ DE SONHO”.

**Entre o real e o ideal: memórias e experiências na
paisagem urbana de Uberlândia/MG (2000-2009).**

**Uberlândia
2010**

Mariana Camin Samora

“UMA CIDADE SE FAZ DE SONHO”.

**Entre o real e o ideal: memórias e experiências na
paisagem urbana de Uberlândia/MG (2000-2009).**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

Linha de Pesquisa: Trabalho e Movimentos Sociais.

Orientador: Prof.^a Dra. Marta Emísia Jacinto Barbosa.

**Uberlândia
2010**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

S191u Samora, Mariana Camin, 1981-
“Uma cidade se faz de sonho” [manuscrito] : entre o real e o ideal:
memórias e experiências na paisagem urbana de Uberlândia/MG (2000-
2009) / Mariana Camin Samora. - Uberlândia, 2010.
151 f. : il.

Orientadora: Marta Emísia Jacinto Barbosa.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-Graduação em História.
Inclui bibliografia.

1. História social - Teses. 2. Uberlândia (MG) - História - Teses.
3. Uberlândia (MG) - Política social - Teses. 4. Uberlândia (MG) - Condições
sociais - Teses. 5. Trabalhadores - Uberlândia (MG) - História -
Teses. I. Barbosa, Marta Emísia Jacinto. II. Universidade Federal de
Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

CDU: 930.2:316

Mariana Camin Samora

“UMA CIDADE SE FAZ DE SONHO”.

Entre o real e o ideal: memórias e experiências na paisagem urbana de Uberlândia/MG (2000-2009).

BANCA EXAMINADORA

Profª. Dra. Marta Emísia Jacinto Barbosa – Orientadora.

Prof. Dr. Paulo Roberto de Almeida.

Profª. Dra. Sheille Soares de Freitas.

“O orgulho urbano é feito da imbricação entre a cidade real e a cidade imaginada, sonhada por seus habitantes e por aqueles que trazem à luz, detentores de poder e artistas”.

(GOFF, Jacques Le. *Por amor às cidades*, 1998).

AGRADECIMENTOS

No decorrer deste estudo, muitos foram aqueles que acreditaram no meu trabalho e que a mim dedicaram todo o estímulo, a confiança e a colaboração para que, de uma forma ou de outra, eu pudesse crescer tanto como pessoa quanto profissionalmente. Lembrar os nomes de cada uma destas pessoas, a meu ver, é uma forma de demonstrar minha eterna gratidão.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a **Deus** pela saúde, pelo equilíbrio e, principalmente, pela persistência que me fizeram capaz de, não apenas, iniciar este estudo, mas principalmente, finalizá-lo em meio a tantas outras atividades diárias.

Agradeço aos meus pais, **José Antônio** e **Maria Bernardete**, que com seus ensinamentos, amor e carinho contribuíram, significativamente, para a formação do meu caráter e para a conclusão deste trabalho. A eles dedico, não somente, esta conquista como também os melhores anos de minha vida.

A minha irmã, **Marília**, obrigada pela amizade e pelo companheirismo ofertado ao longo destes anos.

Ao meu futuro esposo, **Tiago**, agradeço o companheirismo, a paciência, a cumplicidade, os ensinamentos e o carinho dedicado durante todos os momentos que passamos juntos desde o início da graduação até a conclusão do Curso de Mestrado. A ele consagro este trabalho e o simples fato de ter concluído mais esta etapa; tenho certeza que ele sabe o quanto a sua presença, a sua força e a confiança a mim dedicada foram importantes, principalmente, nos muitos momentos em que pensei desistir de tudo.

Aos **amigos** da graduação e do mestrado, agradeço pela amizade e pelas horas de companhia agradável dedicada ao longo de toda esta trajetória. Sem sombra de dúvida, trata-se de pessoas especiais com as quais tive o prazer de conviver durante estes anos e que guardarei no coração como grandes exemplos a seguir.

Agradeço aos mais que amigos **Elisângela** e **Vitor** por estar sempre próximos, por partilhar dos planos e das novas conquistas. Um muito obrigado pela presença sincera e companheira em todos estes momentos.

Aos professores da linha de pesquisa Trabalho e Movimentos Sociais – **Célia, Paulo Almeida, Heloísa, Dilma, Marta Emísia, Regina Ilka e Sérgio Paulo** – agradeço pelas contribuições e discussões apontadas durante as aulas oferecidas pela linha, sem as quais as

reflexões deste trabalho perderiam muito. Obrigada pelos ensinamentos, pela seriedade e pelo comprometimento de todos.

Devo, no entanto, um agradecimento especial a dois professores em particular – o professor **Paulo Roberto de Almeida** e à professora **Dilma Andrade de Paula** –, não somente, pelas contribuições dadas ao longo da minha trajetória acadêmica, mas principalmente, pela leitura atenta e pelas importantes observações apresentadas durante a banca de qualificação que me fizeram refletir sobre o trabalho, dando-lhe um caráter de dissertação final.

Ao professor **Paulo Almeida**, exemplo de profissional, pessoa e grande amigo, agradeço por toda a compreensão e confiança dedicados no decorrer dos anos que passamos juntos na graduação e no Curso de Mestrado. Para mim, um grande professor, referência de integridade intelectual e caráter, que com toda a sua simplicidade sempre me incentivou na construção de um trabalho sério.

À professora **Dilma**, também grande professora e amiga, agradeço pelas discussões propostas na disciplina oferecida pela linha; discussões estas que me possibilitaram, não somente, perceber possibilidades outras de abordagem da temática deste estudo, mas principalmente, a relevância social desta dissertação. Obrigada pelas sugestões apontadas na qualificação que engrandeceram este trabalho.

Da mesma forma, agradeço à professora **Sheille Soares de Freitas** por ter aceitado o convite para compor a banca examinadora no exame final.

À professora **Marta Emísia**, minha orientadora, devo parte daquilo que este trabalho se tornou. Seriedade, organização e competência são algumas palavras que eu poderia escolher para descrevê-la ou, simplesmente, agradecê-la.

Agradeço a todos os funcionários do curso de História e da Pós-Graduação pelas inúmeras vezes em que pude contar com o apoio e o serviço de todos. Devo, entretanto, agradecer a uma pessoa em especial – o secretário e amigo, **João Batista** – que com todo o seu empenho tornou a minha passagem pela Universidade Federal de Uberlândia algo mais agradável e humano.

Agradeço, especialmente, aos **trabalhadores entrevistados** durante esta pesquisa que gentilmente compartilharam trechos de suas vidas a uma desconhecida. A todos eles, minha sincera gratidão; sem vocês este trabalho não teria parte da dimensão que alcançou.

Da mesma forma, agradeço aos funcionários das instituições por onde passei ao realizar esta pesquisa: Arquivo Público Municipal de Uberlândia; Secretarias de Desenvolvimento e Ação Social e Segurança Pública da Prefeitura Municipal de Uberlândia;

Câmara Municipal de Uberlândia; *Grupo Ramatisiano Albergue Noturno Ramatis e CEAMI –
Reabilitação para Vida.*

RESUMO

Este trabalho problematiza as experiências sociais vividas por diferentes trabalhadores na cidade de Uberlândia/MG a partir de alguns projetos de intervenção política voltados para adequação dos espaços sociais da cidade, no período compreendido entre os anos de 2000 a 2009, mais especificamente, a campanha “*Uberlândia sem Escolas*” – de combate à mendicância – e o Projeto “*Olho Vivo*” – de combate à criminalidade.

Analiso os viveres de um conjunto de trabalhadores característicos de Uberlândia – a saber, os mendigos, flanelinhas, vendedores ambulantes, catadores de papel, carroceiros e carrinheiros – visando compreender, a partir das suas experiências, não somente como estes sujeitos deixam impressas suas marcas no cotidiano urbano da cidade, mas principalmente, como eles reconstroem valores, significados e expectativas sobre o que seja sobreviver em Uberlândia.

Torna-se importante investigar, por meio dos relatos de vida destes trabalhadores, os modos como eles se vêem nas relações sociais sem, contudo, perder de vista a luta diária pelo direito de pertencer à cidade, as tensões e as resistências, as relações de poder e de força experimentadas, problematizando as maneiras como vão sendo elaboradas as memórias no processo histórico vivido.

Em meio a este cenário de relações conflitantes, priorizo a análise de fatos e acontecimentos comuns ao dia-a-dia da cidade de Uberlândia narrados, principalmente, pelo olhar da imprensa local – a saber, o *Jornal Correio* – como forma de perceber como a cidade de Uberlândia e, conseqüentemente, seus trabalhadores são encarados pela classe dominante.

Palavras-chaves: Cidade; Trabalhadores; Relações Sociais; Memórias; Experiências; Hegemonia; Estratégias de classe.

ABSTRACT

This paper problematizes the social experiences lived by different workers in Uberlândia/MG considering some of the political intervention projects dedicated to reorganizing and making the city public areas more adequate, during the years of 2000 to 2009, more specifically, during the campaign “*Uberlândia without alms*” – to prevent begging – and the Project “*Olho Vivo*”- to prevent criminality.

I analyse the lifestyle of a typical group of workers from Uberlândia – beggars, “flanelinhas”, street salespeople, paper collectors and wagoners – aiming to comprehend, not only how these subjects leave their traces on the city day by day, but mainly, how they reconstruct their values, meanings and expectations about surviving in Uberlândia.

It’s of vital value to investigate, via workers’ life stories, their way of seeing social relations without, however, losing sight of their daily struggle for the right to belong in the city, the tensions and resistances, the power relations, problematizing the ways their memories are elaborated throughout time.

Amidst the scenario of conflicting relations, I prioritize the data analysis and daily happenings in the city, especially those narrated by the local press – “*Jornal Correio*” – as a way to perceive how the city of Uberlândia and its workers, as a consequence, are considered by the dominant class.

Key-words: City; Workers; Social Relations; Memories; Experiences; Hegemony; Class strategy.

ÍNDICE DE MAPAS

MAPA 1: Localização espacial dos albergues públicos na cidade de Uberlândia/MG	34
MAPA 2: Estado de Minas Gerais	47
MAPA 3: Estado de Minas Gerais - Microrregião de Uberlândia	48
MAPA 4: Mapa do trabalho informal na cidade de Uberlândia/MG	88
MAPA 4: Localização dos principais "camelódromos" e shoppings populares na cidade de Uberlândia/MG	92
MAPA 5: Mapa de localização das associações de coleta seletiva e reciclagem em Uberlândia/MG	106

ÍNDICE DE TABELAS

TABELA 1: População Total e taxa de crescimento anual (%)	29
TABELA 2: Clientela Atendida pelo <i>Albergue Noturno Ramatis</i>	35
TABELA 3: Procedência/Região de Origem (%)	38
TABELA 4: Motivo da migração para Uberlândia – MG (%)	39
TABELA 5: Taxa de crescimento anual (%) – 1970/2000	49

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	13
CAPÍTULO I	
<i>“SE EU GUENTÁ FAZÊ, EU TÔ INDO... A MINHA VIDA FOI TRABALÁ!”:</i> MIGRAÇÃO E RELAÇÕES DE TRABALHO NA CIDADE DE UBERLÂNDIA.	28
“Os mais pobres entre os pobres”: cultura e memória dos trabalhadores na paisagem urbana de Uberlândia.....	30
O mito do “Eldorado”: desconstruindo a ideia da cidade sedutora.....	46
CAPÍTULO II	
PRODUZINDO HISTÓRIAS E DISPUTANDO MEMÓRIAS: O PAPEL DA IMPRENSA NA PAISAGEM URBANA DE UBERLÂNDIA.	63
“Cidade Sonho” e “Cidade Real”: a normatização do espaço urbano pelo olhar da imprensa uberlandense.....	70
Disputando memórias e espaços sociais: trabalhadores pobres da cidade de Uberlândia.	81
CAPÍTULO III	
RELAÇÕES DE PODER E DE FORÇA: ESTRATÉGIAS DE DOMINAÇÃO E MANUTENÇÃO DA ORDEM.....	110
Campanha “Uberlândia sem Esmolas” e Projeto “Olho Vivo”: formas diferenciadas de localizar a pobreza e a desigualdade social na cidade.	115
CONSIDERAÇÕES FINAIS	140
RELAÇÃO DE FONTES.....	143
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	145

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Uberlândia, terra gentil que seduz,
Uberlândia, jóia da minha afeição,
Uberlândia, tua beleza reluz
Os seus jardins formosos são
Toda a minha adoração

Uberlândia, grupos e faculdades,
Polis e bigornas, tua marcha triunfal!
Teu progresso: estudar... trabalhar...
Na universidade e cidade industrial

Uberlândia, terra gentil que seduz,
Uberlândia, jóia da minha afeição,
Uberlândia, tua beleza reluz
Os seus jardins formosos são
Toda a minha adoração

Uberlândia! Luzes em profusão,
Turistas tu acolhes em teus campos de boninas
Clubes sociais, recantos adoráveis
Clubes beirando rios ou em líricas colinas.¹

Se levarmos em consideração a descrição feita sobre a cidade de Uberlândia nos versos escritos, para o hino do município, por Moacyr Lopes de Carvalho e Remi França é bem provável que duas imagens possam aparecer logo que se fala na cidade. A primeira delas corresponde a um modelo de cidade ideal, principalmente, no quesito desenvolvimento, progresso e qualidade de vida. A segunda, por sua vez, está diretamente vinculada a todo um quadro de possível modernização e pujança econômica; é a imagem da cidade sedutora, encarada como “terra de oportunidades” para todos, sobretudo, no quesito trabalho.

Para além desta memória pretensamente oficial – amplamente divulgada pelos meios de comunicação e defendida pelos grupos sociais dominantes – que me parece existir sobre a cidade de Uberlândia, considero importante analisar a singularidade presente nas relações sociais desenvolvidas no cotidiano da cidade. Tal iniciativa se concretiza a partir de uma concepção que busca captar nas relações instituídas no espaço urbano, o entendimento acerca dos diferentes modos de viver, morar, lutar e trabalhar dos sujeitos que, com suas ações, deixam registradas suas marcas, no decorrer do tempo histórico, por meio da produção de

¹ Ver: **Portal da Prefeitura de Uberlândia**. Hino do município de Uberlândia. Disponível em: <http://www.uberlandia.mg.gov.br/cidade_hino_bandeira.php>. Acesso em: 15mar. 2010.

outras memórias; memórias estas que são elaboradas a partir das inúmeras experiências destes diferentes trabalhadores que, constantemente, disputam o direito de pertencer e/ou permanecer na cidade de Uberlândia.

Partindo destas reflexões, este estudo tem como finalidade aprofundar toda uma discussão que se faz presente atualmente sobre as várias questões envolvendo a temática “cidade” e a “cultura urbana”. A esse esforço pode ser agregada a elaboração da concepção de materialismo cultural, conforme se expressa em Raymond Williams ², articulada a uma perspectiva teórica de busca de valorização do próprio sujeito, principalmente, por meio da categoria experiência ³ de E. P. Thompson – o que, em outros termos, significa a defesa das práticas sociais e do cotidiano destes trabalhadores como objeto da produção do conhecimento histórico.

Neste sentido, ao priorizar a cidade como tema de pesquisa, associada à idéia de experiência e cultura ⁴, busco traçar os caminhos que me levaram a considerar a cidade de Uberlândia como pano de fundo para pensar e analisar todo um processo de construção e idealização do espaço urbano marcado por lutas, resistências e desistências que, de alguma forma, definem a paisagem citadina como um espaço de produção de relações conflituosas.

A cidade, nesta perspectiva, não pode ser entendida simplesmente enquanto conceito abstrato, frio; ao contrário, ela é na sua essência um espaço construído por homens. Assim

² Preocupado, principalmente, com a questão do estabelecimento de uma teoria literária marxista, Raymond Williams partiu dos conceitos da teoria cultural marxista, como era entendida em sua época, para propor a problematização da categoria cultura como campo privilegiado de nossa reflexão histórica. Ao efetuar uma revisão desse conceito – se afirmando não como marxista, mas sim como um teórico do materialismo cultural que, segundo ele, era uma teoria das especificidades da produção cultural e literária material, dentro do materialismo histórico –, Williams nos favoreceu ampliar nossas possibilidades de explicação, perspectivas de investigação e intervenção social ao eleger e propor a cultura como um campo de produção de sentidos pelos sujeitos sociais no passado e no presente. VER: WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e Literatura**. Rio de Janeiro: Zahar Editores S.A., 1979.

³ Levando em conta a historicidade de todo fenômeno social, pode-se dizer que, para E. P. Thompson, entender um processo histórico é buscar – por meio das evidências históricas – apreender como homens e mulheres agem e pensam dentro de determinadas condições; em outras palavras, para esse autor, entender a experiência na vida de homens e mulheres reais é compreender o diálogo existente entre ser social e consciência social. Neste sentido, a categoria experiência permite sair da armadilha do estruturalismo althusseriano que desconsidera o papel dos sujeitos na história e tende a reduzir todos os acontecimentos sociais ao econômico. A noção de experiência torna-se, portanto, chave para superar a contradição entre determinação e agir humano. VER: THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar Editores S.A., 1981.

⁴ Buscando sempre analisar que os conceitos históricos não são prisioneiros do tempo e espaço e, por isso, não podem ser tidos como “alicerces universais” da História, mas expressões localizadas e particulares é que pretendo dialogar com certos autores – dentre eles, E. P. Thompson e Raymond Williams – que tratam, mais especificamente, deste processo em que cada conceito interage com uma história e com uma experiência em transformação. Neste sentido, o conceito de cultura aqui apresentado surge, não como um componente passivo da análise histórico-social, mas como algo que se funde e se confunde em meio às experiências, expectativas e tendências radicalmente diferentes de cada período histórico; em outras palavras, como algo que é experimentado pelos diferentes sujeitos sociais, por meio de crenças, valores, normas, projetos e expectativas de vida, enfim, modos de se viver de uma maneira geral.

pensando, o território citadino, diferente de outros territórios, é notadamente marcado por inúmeras disputas e jogos de interesses e poder que se materializam, muitas das vezes, na luta pelos espaços públicos; uma luta que, como sabemos, é social e diferenciada ao longo do processo histórico.

Na busca do entendimento acerca do sentido das transformações verificadas no espaço público das cidades – principalmente, aquelas transformações que, por meio das políticas de *gentrification*⁵, reeditam política e espacialmente as formas de desigualdade e exclusão social ao restringir os usos dos lugares da vida cotidiana –, acredito ser pertinente valorizar as experiências dos diferentes trabalhadores que compõem todo o espaço urbano da cidade de Uberlândia, dando-lhes visibilidade em meio à multiplicidade da trama social.

Diante destas considerações, lidar neste estudo com os pressupostos e paradigmas da História Social é, antes de tudo, compreender a riqueza deste trabalho historiográfico no que se refere à tentativa de buscar, aceitar e conviver com outros olhares sobre a constituição do território urbano. É, de fato, entender a importância que se tem “(...) o deslocamento para um outro tempo, no qual se propõe o espaço da memória social como o da visibilidade de sujeitos reais que têm potência”⁶; o que, em outros termos, significa ceder espaço aos sujeitos – excluídos e dissidentes –, diretamente, envolvidos neste processo fazendo de suas memórias, narrativas, experiências e vivências cotidianas um campo de estudo, reflexão e diálogo.

De maneira geral, a idéia é retomar as experiências de vida dos diferentes trabalhadores que compõe a tessitura social da cidade de Uberlândia permitindo, por meio desta opção, a visualização de suas escolhas mediante as muitas transformações verificadas na paisagem urbana. É preciso, pois, compreender os sentidos, os valores, as possibilidades e os conflitos que surgem no espaço social da cidade em contraponto aos diversos projetos de intervenção política que se apóiam em uma suposta recuperação e valorização das áreas centrais de Uberlândia – o que significa, na prática, a adequação da paisagem urbana e, por que não dizer, dos seus próprios habitantes.

Portanto, na análise de determinados projetos públicos existentes atualmente na cidade

⁵ O termo *gentrification*, derivado do inglês *gentry*, é utilizado para designar uma série de práticas e/ou políticas de intervenção urbana voltadas para o “enobrecimento” e/ou “embelezamento” estratégico das cidades. Em muitos casos, o argumento fundamental que justifica as atuais políticas de *gentrification* continua baseando-se na discutível idéia de uma política seletiva de intervenção no espaço público e, por que não dizer, de restrição e relocação dos sujeitos sociais. VER: LEITE, Rogério Proença. **Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP; Aracaju, SE: Editora UFS, 2007.

⁶ FENELON, Déa Ribeiro (et. al.). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Ed. Olhos d’água, maio/2004, p. 7.

de Uberlândia – a saber, a campanha “*Uberlândia sem Esmolas*” que visa combater à mendicância nas principais ruas e avenidas da cidade e o Projeto “*Olho Vivo*” de videomonitoramento do hipercentro de Uberlândia – os fenômenos sociais e culturais ganham relevância e deixam de ser pensados apenas como reflexo imediato da vida econômica. Analisá-los, como resultado das experiências humanas, significa investigar suas particularidades e, ao mesmo tempo, notar como os próprios valores e necessidades da classe dominante uberlandense aparecem como parte integrante desse jogo de interesses, dominação e força e, principalmente, deste campo de disputa pelas memórias.

Assim sendo, precisar o lugar e o papel dos diferentes sujeitos históricos neste estudo constitui, antes de qualquer coisa, o esforço de identificá-los na sociedade uberlandense a partir das diversas problemáticas propostas. No desenrolar desta pesquisa, mediante o contato com as evidências históricas, é possível constatar a presença destes sujeitos como peças-chave na compreensão de toda esta dinâmica social existente em Uberlândia.

Em meio à iniciativa pública de revitalização e valorização das áreas centrais do município de Uberlândia, é possível notar que certos trabalhadores passam a ser encarados, pela classe social dominante – em geral, constituída por pessoas ligadas às famílias tradicionais, políticos, imprensa, empresários e alguns agentes de segurança pública como juízes, promotores e policiais –, como seres “indesejáveis” e “descartáveis” aos olhos do progresso; aqui me refiro, mais especificamente, aos mendigos, carroceiros, catadores de papel, carrinheiros, flanelinhas e vendedores ambulantes aos quais vêm sendo destinadas as áreas “invisíveis” da paisagem urbana.

Todavia, é importante ressaltar que o meu interesse não está voltado, não exclusivamente, às políticas públicas de transformação da cidade; ao contrário, minha intenção é compreender, em meio a todos estes projetos de intervenção política, o papel que assumem os diferentes trabalhadores dentro desta conjuntura marcada por relações conflituosas.

Na tentativa de viabilizar este processo de compreensão e reflexão acerca da multiplicidade de toda a trama social da cidade de Uberlândia, decidi efetuar um levantamento de fontes de pesquisa que me permitissem, para além de dialogar com as minhas problemáticas, analisar as mudanças empreendidas nas formas de se pensar a cidade. Se o meu intuito é perceber as muitas memórias que estão em disputa na paisagem urbana de Uberlândia é preciso, pois, partir em busca de evidências que me permita dialogar com estas memórias que, como sabemos, ora se distanciam, ora se aproximam no fazer-se desta cidade.

Assim sendo, visando trazer à tona uma memória tida como “institucionalizada” ou

“oficial”, optei por efetuar um levantamento na imprensa escrita da cidade – em específico, no *Jornal Correio de Uberlândia* – que me permitisse compreender um pouco da dinâmica do espaço público da cidade de Uberlândia; espaço este que, como sabemos, é marcado por práticas sociais diversas. Faziam parte desta proposta de compreensão da cidade e de suas problemáticas, temas como a migração, saúde, moradia, transporte, trabalho, segurança pública, enfim, questões relacionadas ao viver na cidade de Uberlândia e, conseqüentemente, referentes ao direito de pertencer e desfrutar dos diferentes lugares do espaço público.

Na construção deste grupo de fontes escritas, minha intenção é perceber como um dos principais jornais de Uberlândia – que compartilha e defende os mesmos ideais, interesses e necessidades dos grupos dominantes – procura retratar as muitas transformações ocorridas na paisagem urbana da cidade. Para além desta preocupação, torna-se importante perceber qual a ênfase dada neste veículo de comunicação aos problemas de ordem social verificados no município e, principalmente, qual o espaço destinado aos diferentes trabalhadores que compõem esta realidade social; enfim, o objetivo é perceber em meio às diferentes notícias e cadernos que compõe este periódico que imagem de cidade é esta que, de fato, o *Jornal Correio de Uberlândia* pretende construir e divulgar para a população uberlandense.

Ainda como parte desta documentação escrita, há alguns documentos pertencentes ao Arquivo Público Municipal e a Câmara Municipal de Uberlândia. São alguns Processos da Câmara, o Código de Posturas Municipais dos anos de 1950, 1967 e 1988 e, finalmente, uma gravação concedida pela TV Legislativa de Uberlândia que traz toda uma discussão, proposta pelo promotor Marco Aurélio Nogueira, sobre a importância da campanha “*Uberlândia sem Esmolas*” para a cidade.

Concomitante as pesquisas em arquivos, no diálogo constante com esta memória “oficial”, passei também a me preocupar em fazer uma coleta de fontes orais ⁷ na tentativa de destacar a importância que têm os diferentes sujeitos sociais em meio a todo este processo. Para tanto, optei por efetuar algumas entrevistas com certos trabalhadores da cidade ⁸, que nas

⁷ Abordando a questão do uso das fontes orais como linguagens e práticas sociais na construção do pensamento histórico, Yara Aun Khoury alerta para a necessidade de se explorar as relações sociais, políticas e ideológicas por meio da produção e uso das narrativas orais visando com isso descobrir novas tendências – nem sempre visíveis – impregnadas no processo histórico; tendências estas que, muitas vezes, questionam ou subvertem a ordem estabelecida e, quando devidamente analisadas são capazes de conferir qualidades alternativas à realidade social. VER: KHOURY, Yara Aun. O historiador, as fontes orais e a escrita da história. In: MACIEL, Laura Antunes (et. al.). **Outras histórias: memórias e linguagens**. São Paulo: Olho d’Água, 2006, p. 28.

⁸ Dialogar com as pessoas que vivem na cidade de Uberlândia, sobre cuja experiência torna-se relevante refletir, significa explorar o modo como estas narrativas, pessoais e únicas, podem trazer uma dimensão abrangente do social vivido e compartilhado por estes uberlandenses; em outras palavras, significa reconhecer alternativas em jogo na realidade social, processos de dominação e resistência, horizontes possíveis, limites enfrentados ou a enfrentar. Assim pensando, as entrevistas foram feitas com alguns trabalhadores que – compartilhando

mais distintas situações, experimentam o que seja sobreviver em Uberlândia. Ao propor estas entrevistas, a idéia é reconstruir todo este processo de transformação da paisagem urbana da cidade de Uberlândia buscando estreitar os laços existentes entre história e memória; um resgate constante, bem como, um privilégio das narrativas de cada trabalhador que vive e, de acordo com sua peculiaridade, interpreta estes processos sociais.

Trabalhar nesta perspectiva, centrando as atenções, especialmente, nos modos de viver destes sujeitos históricos demanda, portanto, maior atenção às múltiplas forças que atuam no fazer diário da história. Implica, sobretudo, em perceber estes trabalhadores vivendo ativamente, nas diversas dimensões de suas vidas, toda esta dinâmica social; o que, necessariamente, inclui valores, sentimentos, emoções, hábitos, costumes, enfim, todo e qualquer tipo de manifestação que esteja associada e/ou caracterize as diferentes maneiras destes sujeitos viverem e/ou se relacionarem em sociedade.

Esse trunfo que temos em mãos, a condição de lidar com a narração, interpretação e significado presente nas memórias e nas fontes orais, quando bem utilizado, é capaz de conceder a todos estes trabalhadores – que durante anos viveram no anonimato – a chance e/ou o direito de expressar suas opiniões enquanto personagens principais na constituição e consolidação de todo este processo histórico.

Nesse caminho, tomando as narrativas como atos interpretativos e/ou como processos constantes de atribuição de significados e valores sobre a realidade vivida, interpretar e lidar com estas memórias implica, necessariamente, em encarar o “outro” dentro de um emaranhado de relações concretas em que, cada qual à sua maneira, se situa, vive e interpreta as questões e problemáticas sociais que, querendo ou não, afetam seu modo de viver e de se relacionar.⁹

Retomando algumas questões referentes ao caminho percorrido por esta pesquisa é preciso ressaltar que construir um trabalho historiográfico exige do historiador, antes de qualquer coisa, o enfrentamento de algumas questões e o amadurecimento de suas reflexões com relação a determinados pressupostos. De certa forma este estudo, como não poderia

experiências sociais –, atualmente, se encontram albergados no *Grupo Ramatisiano Albergue Noturno Ramatis* localizado na cidade de Uberlândia; a intenção é perceber, neste universo amplo e distinto, como estes sujeitos vão alimentando e modificando sentimentos de pertencimento a um determinado lugar, vão criando referências culturais próprias e se apropriando de outras, e como essas experiências se fazem em meio a contradições e ambigüidades.

⁹ Compartilhando com Yara Aun Khoury a idéia de que devemos sempre trabalhar as problemáticas de estudo, não como fatos dados, mas como processos em formação, lidar com as memórias destes indivíduos requer pensá-las como peça-chave pertencente ao próprio movimento da história. A grande questão é entender como estas memórias se forjam e se realimentam no interior desta tão contraditória rede de relações sociais. VER: KHOURY, Yara Aun. Muitas memórias, outras histórias: cultura e o sujeito na história. In: FENELON, Déa Ribeiro (et. al.). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Ed. Olhos d'água, maio/2004.

deixar de ser, faz parte de todo este processo de idas e vindas, de encontros e desencontros que é tão característico da atividade intelectual de cada historiador que se propõe, como um homem do seu tempo, pensar a relação existente entre História e vida.

Um momento importante nesta orientação de percurso – que representou aguçar novas sensibilidades, deixar para trás algumas questões e incorporar outras tantas – se encontra articulado a todo o processo de construção da minha monografia ¹⁰ que teve como objetivo investigar os principais aspectos que envolvem os projetos assistenciais tão em voga na cidade de Uberlândia. Na época, ao analisar o surgimento e a incidência deste assistencialismo na sociedade uberlandense – buscando, para além disso, compreender as relações existentes entre os sujeitos inseridos nesta trama –, meu objetivo não era o de pensar o projeto de cidade proposto, ao longo dos anos, pelos governantes locais nem sequer as transformações ocasionadas por estes mesmos projetos na vida dos diferentes trabalhadores.

Mas, o fato é que – apesar de não estar lidando propriamente com as políticas de requalificação da cidade e seus possíveis desdobramentos na vida pública – toda a pesquisa da monografia foi capaz de ampliar, consideravelmente, as possibilidades de interpretação e as perspectivas de investigação sobre os problemas sociais verificados na cidade de Uberlândia. Digo isto porque, o contato com as muitas famílias beneficiadas por esta rede assistencial me fez crer na possibilidade de lançar um novo olhar para a cidade e, principalmente, para a realidade vivida e enfrentada por estes trabalhadores.

Diferente do que se possa imaginar, não se trata de uma mera renovação de temas e/ou objetos de pesquisa; ao contrário, trata-se de assumir a cidade de Uberlândia como um espaço urbano que surge aos olhos dos seus habitantes como um território de disputas que se configuram e se expandem das mais variadas formas. Neste sentido, trata-se de perceber que as várias cidades existentes dentro de uma única Uberlândia convivem no mesmo espaço urbano e podem ser percebidas pela forma como os diferentes trabalhadores se utilizam dos espaços sociais.

De uma forma ou de outra, toda a discussão de pesquisa presente no trabalho de monografia pode ser considerada um primeiro passo para se encarar a cidade de Uberlândia como um espaço ambíguo resultante da ação de certos grupos que buscam construir para si uma noção – por vezes, a única lícita possível – de vida urbana.

Nesse momento, e com tais expectativas, considero importante recuperar que a decisão

¹⁰ SAMORA, Mariana Camin. “EU VÔ TÊ VERGONHA, PRA QUÊ?”. **Empobrecimento e Assistencialismo: um estudo sobre o centro espírita “Missionários da Luz” em Uberlândia**. Uberlândia: UFU, Instituto de História, 2007 (Monografia).

de assumir como temática de estudo a problemática cidade, cultura e memória passa a existir a partir de um campo de debate e de reflexões proposto pela linha de pesquisa Trabalho e Movimentos Sociais do Curso de Mestrado em História da Universidade Federal de Uberlândia.

Neste sentido, longe de ser o primeiro trabalho a abordar todas estas problemáticas referentes à cidade de Uberlândia – tal como sabemos são várias as pesquisas desenvolvidas, não apenas, pela linha Trabalho e Movimentos Sociais da UFU, mas também, por tantas outras entidades acadêmicas visando alcançar este objetivo ¹¹ –, tenho procurado levar em consideração toda essa multiplicidade de fatores e o conjunto de relações inseridas nesta realidade social da cidade de Uberlândia, redimensionando concepções, aguçando novas sensibilidades, deixando para trás algumas noções e incorporando tantas outras, sobre as questões do trabalho, da memória, da hegemonia e, principalmente, das lutas de classe.

Na tentativa de dar continuidade às reflexões propostas pela linha, decidi assumir o compromisso de trilhar o caminho para produzir um trabalho que partisse das questões do presente e que, conseqüentemente, fosse capaz de valorizar os sujeitos históricos, muitas das vezes, silenciados pelos processos históricos de dominação e exploração tipicamente capitalistas.

O ponto de partida deste estudo, portanto, está centrado nos inúmeros questionamentos sobre os atuais problemas a serem enfrentados pela cidade de Uberlândia, ou melhor, nos inconformismos com relação à sociedade uberlandense. Contudo, é necessário destacar que este trabalho não representa a simples constatação de uma realidade que está posta; ao

¹¹ Entre algumas das muitas produções acadêmicas que têm remetido às problemáticas sobre a cidade e a constituição dos espaços urbanos, encontram-se: MACHADO, M. C. T. **A disciplinarização da pobreza no espaço urbano burguês: assistência social institucionalizada – Uberlândia, 1965/1985**. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, 1990; SOARES, B. R. **Da Cidade Jardim ao Portal do cerrado: imagens e representações no Triângulo Mineiro**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 1995; COUTO, A. M. da S. **Trabalho, cotidiano e sobrevivência: catadores de papel e seus modos de vida na cidade – Uberlândia – 1970-1999**. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2000; CALVO, C. R. **Muitas memórias e histórias de uma cidade: lembranças e experiências de viveres urbanos. Uberlândia 1938-1990**. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2001; PETUBA, R. **Pelo direito à cidade: experiência e luta dos ocupantes de terra do bairro D. Almir (1990-1999)**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Uberlândia, 2001; MORAIS, S. P. **Trabalho e Cidade: trajetórias e vivências de carroceiros na cidade de Uberlândia (1970-1999)**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Uberlândia, 2002; MEDEIROS, E. A. **Trabalhadores e viveres urbanos: trajetórias e disputas na conformação da cidade – Uberlândia 1970-2001**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Uberlândia, 2002; BATISTA, S. S. de F. **Buscando a cidade e construindo viveres – Relações entre campo e cidade**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Uberlândia, 2003; MORAIS, S. P. **Empobrecimento e “inclusão social”: vida urbana e pobreza na cidade de Uberlândia/MG (1980-2004)**. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Doutorado em História Social, 2007; INÁCIO, J. L. **“A gente tem que ficar onde tem serviço”: memórias e experiências de trabalhadores no Distrito de Tapuira, Uberlândia/MG**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Uberlândia, 2008; PERES, M. G. **Para além das fronteiras: culturas e experiências de trabalhadores latino-americanos. Uberlândia, 1990-2007**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Uberlândia, 2008.

contrário, trata-se de uma análise de tendências e de possibilidades outras que se fazem presentes na paisagem urbana de Uberlândia e que necessitam ser pensadas enquanto projeto de cidade que se pretende por em prática.

Assim sendo, na tentativa de pensar a constituição do espaço urbano de Uberlândia em meio às suas múltiplas tensões é que propus, inicialmente, analisar as razões por trás da elaboração da campanha “*Uberlândia sem Esmolas*” e do Projeto “*Olho Vivo*” e, conseqüentemente, os possíveis desdobramentos ocasionados pelos mesmos, não apenas, na paisagem urbana da cidade, mas principalmente, nos modos de vida dos trabalhadores uberlandenses. Torna-se necessário evidenciar que o meu interesse em investigar estas políticas públicas de intervenção se dá em virtude da possibilidade de se compreender como as diversas reformas urbanas – traduzidas no processo de revitalização e valorização de certas áreas da cidade – se constitui em um esforço de, não somente, planejar o espaço físico e social do município, mas também em instrumento de correção, coação e normatização do cotidiano urbano.

Neste sentido, parti em busca de elementos e evidências que me permitissem analisar até que ponto a campanha “*Uberlândia sem Esmolas*” – de combate à mendicância – e o Projeto “*Olho Vivo*” – de combate à criminalidade e a violência no município – podem ser encarados como uma das alternativas possíveis, adotadas pela classe dominante da cidade de Uberlândia, como forma de se propor um padrão de cidade como sendo a expressão territorializada de uma cidade ideal, a ser alcançada por intermédio da atuação racional de policiais, assistentes sociais, engenheiros e arquitetos na paisagem urbana.

Diante da necessidade de investigar a realidade social da cidade de Uberlândia buscando, não somente, levantar os principais aspectos envolvendo as políticas de intervenção pública nos espaços da cidade, mas principalmente, como forma de lidar com a multiplicidade de enredos construídos pelos diferentes sujeitos sobre o que seja viver e trabalhar em Uberlândia, decidi efetuar um levantamento junto à imprensa uberlandense como forma de perceber como as várias reportagens do *Jornal Correio* constituem formas específicas de narrar os fatos e acontecimentos e, ao mesmo tempo, fixar “uma” interpretação, entre tantos outras possíveis.

Ao lidar com as evidências trazidas pelo *Jornal Correio* foi possível perceber como este periódico, nas suas páginas e noticiários, é capaz de ajustar certas dimensões da realidade vivida, não apenas, às suas próprias aspirações, mas necessariamente, aos valores, necessidades e projetos – políticos, econômicos e culturais – de toda a classe dominante de Uberlândia que se pretende hegemônica. De uma forma ou de outra, toda esta dinâmica nos

possibilita ler as falas e os relatos da imprensa uberlandense a partir de determinadas relações de poder e de força capazes, muitas vezes, de reelaborar, defender e modificar opiniões acerca de certos sujeitos e do viver em sociedade.

A escolha de palavras, imagens, associações e a cronologia construída não são aleatórias, e os modos de narrar e informar produzem relatos posicionados sobre os acontecimentos que criam novas realidades sociais. Neste sentido, permitem-nos pensar sobre o papel dos jornais diários como forças ativas e em disputa na elaboração de construções históricas e na formação da opinião pública naquele presente, no momento mesmo em que os acontecimentos se desenrolavam.¹²

No *Jornal Correio de Uberlândia*, notei que temas como migração, trabalho, saúde, moradia, questões envolvendo o direito de ir e vir dos trabalhadores e a problemática do pertencimento tem sido pauta de discussão recorrente neste periódico há alguns anos. Se por um lado, a imprensa uberlandense se esforça para divulgar a imagem da cidade sedutora – endossando o mito do “Eldorado do Brasil”, da cidade enquanto terra de oportunidades para todos –; por outro lado, o *Jornal Correio* busca criar meios de dizer que certos trabalhadores não têm o direito de desfrutar da cidade de Uberlândia da forma como lhes convém.

No diálogo constante com as evidências produzidas pela imprensa uberlandense foi possível perceber que tamanho destaque dado a todo um conjunto característico de trabalhadores de Uberlândia – a saber, os mendigos, os flanelinhas, os carroceiros, os catadores de papel e os vendedores ambulantes – não se deve ao fato de estar o poder público municipal preocupado com a maneira que estes sujeitos vivem, moram, se alimentam, suas expectativas, suas necessidades, seus sonhos ou suas pretensões; ao contrário, o que preocupa é o fato de que estes trabalhadores, por vontade própria, decidiram ocupar os espaços da cidade de Uberlândia e, com isso, ocasionaram mudanças na paisagem urbana – mudanças estas que, na prática, não agradam nem um pouco os grupos dominantes da cidade.

Na tentativa de construir uma memória pretensamente oficial e classista, a imprensa uberlandense se esforça, constantemente, para ratificar estereótipos negativos sobre estes trabalhadores. Assim, estes sujeitos – os mesmos que mediante a escassez de oportunidades fazem das ruas de Uberlândia sua casa e o local do seu sustento – passaram a ser tratados pelo *Jornal Correio* – assim como são diariamente tratados pelo poder público municipal e pela elite uberlandense – como “calamidade pública” sendo por isso, constantemente, perseguidos

¹² MACIEL, Laura Antunes. Produzindo notícias e histórias: algumas questões em torno da relação telégrafo e imprensa – 1880/1920. In: FENELON, Déa (et. al.). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Ed. Olhos d'água, maio/2004, p. 38.

sob o pretexto de se eliminar o feio, o sujo, o pobre, o marginal e o drogado da sociedade.

No entanto, não se pode negar que, a respeito desta imagem negativa amplamente divulgada pelos grupos dominantes da cidade, os trabalhadores uberlandenses tecem opiniões contrárias a respeito, muitas vezes, se posicionando criticamente. Nas entrevistas, é comum perceber como estes sujeitos buscam, ao atribuir às suas experiências um sentido de legalidade e direito, construir uma imagem de pessoas lutadoras, trabalhadoras e merecedoras de permanecer na cidade de Uberlândia.

Diante destas considerações considero pertinente trazer à tona para este estudo a categoria memória enquanto campo de reflexão e diálogo para melhor compreensão de toda a diversidade social expressa na cidade de Uberlândia; principalmente, no que se refere a uma tentativa de pensar a memória enquanto um campo de luta política, notoriamente marcado por uma série de conflitos entre sujeitos históricos diversos capazes de construir diferentes versões e significados sobre o que seja viver em sociedade.

Trabalhar nesta perspectiva me inspira, não somente, a lidar com os diferentes modos como as pessoas, por meio das entrevistas, elaboram às suas experiências e reescrevem a história por meio das suas memórias. Demanda, no entanto, em perceber, explorar e compreender melhor os significados – políticos, culturais e históricos – presentes nas narrativas da imprensa, bem como, em meio a tantos outros documentos oficiais; demanda refletir sobre a própria escrita da história e da memória enquanto direção política e cultural.

Levando-se em conta esta etapa de levantamento de fontes e evidências, por diversas vezes, confesso ter acreditado que a possibilidade de dar continuidade a este estudo dependia, integralmente, do acesso ao material produzido pela Prefeitura Municipal de Uberlândia; a meu ver todos estes registros oficiais, lidos em conjunto com outros materiais, trariam à tona as expectativas, as intenções e os sentidos atribuídos aos grupos de poder da cidade para criarem os projetos de intervenção pública – a saber, a campanha *“Uberlândia sem Esmolas”* e o Projeto *“Olho Vivo”*.

Quanto a esta iniciativa, mesmo sabendo da possibilidade de encontrar certas dificuldades junto à Prefeitura Municipal de Uberlândia – justamente, por se tratar de um órgão público e, extremamente, burocrático – confesso que, em momento algum, imaginei que o acesso a esta documentação me fosse negado.

Toda esta restrição, tal como me foi passado pela secretária Iracema Barbosa Marques, deve-se ao fato de que as informações referentes à campanha *“Uberlândia Sem Esmola”* – bem como, os dados do Projeto *“Olho Vivo”* – são confidenciais e, portanto, de caráter exclusivo das pessoas que trabalham junto às secretarias de Desenvolvimento e Ação Social e

Segurança Pública. Na verdade, quando questionada a respeito da postura tomada pelo poder público de Uberlândia, a mesma deixou transparecer que esta restrição é, pura e simplesmente, uma questão política.

Por acreditar que estes materiais, que ora seriam fornecidos pela Secretaria de Desenvolvimento Social e Segurança Pública, fossem de extrema importância para este estudo considere não restar muita escolha a não ser desistir, totalmente, desta temática ou, quem sabe, ir em frente mesmo reconhecendo que, a qualquer momento, este trabalho poderia estar comprometido em virtude desta provável ausência de fontes.

Na realidade, com o decorrer da pesquisa, foi possível perceber que a temática proposta *a priori* neste estudo não se esgota, simplesmente, pela dificuldade de acesso a estes registros oficiais; ao contrário, a pesquisa se enriquece a partir do momento que, mediante a negação de toda esta documentação, tornava-se necessário buscar outros vestígios que, de uma forma ou de outra, me possibilitassem compreender as “causas” e as “consequências” destas políticas públicas nos espaços sociais da cidade e na vida dos seus habitantes.

Ao recorrer, novamente, à imprensa escrita, não apenas, diferentes questões a respeito do cotidiano urbano de Uberlândia emergiram, mas também, novos sujeitos sociais antes esquecidos e apagados – é o caso dos flanelinhas, dos vendedores ambulantes, dos carroceiros, dos catadores de papel e dos carrinheiros que, tal como os mendigos, lutam para retirar das ruas de Uberlândia a sua sobrevivência.

De maneira geral, ao propor olhar as evidências de outra forma, pude perceber a possibilidade de analisar a criação da campanha “*Uberlândia Sem Esmola*” e do Projeto “*Olho Vivo*” como parte integrante de uma proposta que se faz mais ampla: a saber, a construção de um modelo ideal de cidade, sendo o mesmo entendido enquanto a capacidade de adequação do espaço social aos interesses e anseios de uma elite local sem, contudo, considerar que o território citadino é palco incontestável de diferentes segmentos sociais.

Durante as pesquisas realizadas no *Jornal Correio* foi possível notar como os políticos, os empresários, os agentes de segurança, as famílias tradicionais e a própria imprensa uberlandense tenta, de toda forma, se esconder por trás de ações paliativas que visam “mascarar” todo o quadro de desemprego, pobreza e desigualdade social característico da cidade de Uberlândia. Neste sentido, o projeto de revitalização das principais vias e praças da cidade – assim como tantos outros projetos e campanhas – surge como uma das alternativas possíveis e viáveis para se retirar de cena aqueles sujeitos considerados “descartáveis” aos olhos do “progresso”.

A partir destas observações é que procurei, para além de pensar a cidade de

Uberlândia pelo viés da campanha “*Uberlândia sem Escolas*” ou, simplesmente, do Projeto “*Olho Vivo*”, pensar as tensões existentes entre os grupos sociais que constituem a paisagem urbana da cidade a partir do olhar que a imprensa lança sobre os trabalhadores de uma maneira geral e, portanto, a forma com que ela narra a temática do trabalho informal dos vendedores ambulantes, o problema do trânsito nas principais vias em virtude do tráfego de carroças, a questão da necessidade de se regulamentar o trabalho dos “flanelinhas”, as reivindicações e reclamações dos moradores de Uberlândia.

Perceba que, ao buscar na imprensa uberlandense o enfoque dado a estas temáticas e problemáticas, minha intenção é notar como o território citadino de Uberlândia se constitui em um espaço marcado por tensões, disputas, dominação e resistências onde diferentes sujeitos – trabalhadores na sua maioria –, a todo instante, se encontram, se confrontam, se encaixam e/ou se modificam. Ao avançar a partir destas problemáticas, considerando as experiências e memórias destes trabalhadores, esta reflexão torna-se objeto primordial para a construção de toda uma trajetória de vida destes diferentes sujeitos que, constantemente, se esforçam para continuar “vivos” e “presentes” em uma cidade que, tal como Uberlândia, demonstra ser tão desigual e injusta.

Partindo destas considerações, na tentativa de permitir ao leitor uma perspectiva coerente e equilibrada de todo o processo histórico em questão, principalmente, o processo referente à disputa pela memória que é tão marcante na cidade de Uberlândia, todo este estudo se encontra organizado em três capítulos.

No **primeiro capítulo** analiso dois aspectos fundamentais para a compreensão da realidade social de Uberlândia: por um lado, a questão da migração na cidade e, por outro, a problemática do trabalho. Neste caso, procuro problematizar – por meio da imprensa, dos censos demográficos e das narrativas orais – até que ponto a imagem da cidade sedutora, do mito do “Eldorado do Brasil”, tem de fato relevância e força em meio toda uma conjuntura de dificuldades e privações em que vive parte considerável dos moradores de Uberlândia; em outras palavras, até que ponto a cidade de Uberlândia é, de fato, a “terra de oportunidades” para todos.

No que se refere mais especificamente ao dia-a-dia destes trabalhadores – migrantes ou não-migrantes – em Uberlândia é preciso reconhecer, não apenas, a forma como os mesmos constroem e reelaboram seus sonhos, sentimentos, valores e significados sobre a realidade vivida na cidade, mas principalmente, perceber como estes sujeitos lidam com as frustrações diárias, com as privações, com o desprezo e com o descaso do poder público frente à presença dos mesmos na sociedade uberlandense.

Como a sociedade produz estes sujeitos? Quais as suas motivações? O que fazem na cidade de Uberlândia? Como vivem? São, de fato, algumas das problemáticas que perpassam este primeiro capítulo e que, de alguma forma, nos possibilita compreender como viver e trabalhar na cidade de Uberlândia constitui-se, atualmente, em um exercício de constante luta, não apenas, por parte daqueles que vieram para a cidade de Uberlândia, mas também, por aqueles que nela nasceram.

No **segundo capítulo** meu intuito é perceber, a partir do olhar que a imprensa uberlandense lança sobre os trabalhadores e, conseqüentemente, do enfoque dado aos problemas sociais da cidade, como convivem as várias cidades existentes dentro de uma única Uberlândia. Em meio às páginas e no noticiário do *Jornal Correio* é preciso analisar até que ponto a *cidade ideal* e a *cidade real* se influenciam e se complementam neste processo característico de construção do território citadino. Quais os valores e interesses em jogo ao narrar certos acontecimentos e não outros? Que imagem de cidade é esta que a imprensa uberlandense pretende divulgar e construir? Quais os espaços, dentro deste periódico, destinado às diferentes classes que compõem à sociedade uberlandense?

Partindo de algumas destas inquietações, cabe evidenciar as carências, expectativas, lutas e acomodações desta cidade, bem como, compreender em meio a todo este movimento como grupos específicos se constituem como sujeitos históricos e, ao mesmo tempo, como estes mesmos grupos dão contorno – em meio a pressões e limites – a história da cidade de Uberlândia. De fato, trata-se, não somente, de trabalhar com questões que envolvam o direito destes diferentes trabalhadores de desfrutar da cidade de Uberlândia, mas também, verificar suas percepções e estratégias de sobrevivência.

O **terceiro capítulo**, por sua vez, traz como problemática as relações de poder e de força instituídas no âmbito social de Uberlândia. Torna-se importante compreender, por meio dos fatos e acontecimentos narrados pela imprensa uberlandense, como a campanha “*Uberlândia sem Esmolas*” e o Projeto “*Olho Vivo*” se constituem em instrumentos de dominação ou, simplesmente, em estratégias de classe adotadas para se manter a ordem e o poder daqueles grupos que por anos exercem o controle e a direção – política, econômica, social e cultural – na sociedade uberlandense.

Para além disto, implica em perceber como estes projetos de intervenção política muito pouco – ou quase nada – tem de concreto no combate à pobreza e a desigualdade no município de Uberlândia. Neste caso, é preciso problematizar a postura adotada pelos grupos dominantes de Uberlândia que insiste em pregar uma “visão de empobrecimento” como sendo algo do qual ninguém pode escapar; por isso é que, ao invés de combater a pobreza, a miséria

e o desemprego de forma veemente, políticos, empresários, agentes de seguranças e as famílias ricas de Uberlândia preferem repreender, perseguir e remover das áreas de maior visibilidade pública aqueles trabalhadores que, porventura, se encontram nesta condição.

Espero que por meio desta organização da dissertação as problemáticas discutidas possam ser bem compreendidas, uma vez que o trabalho pretende significar alguma relevância social. Além disso, anseio ter podido contribuir para com um conjunto maior de discussões que procuram colocar em análise as relações sociais marcadamente desiguais de nossa sociedade. Sociedade esta em que sujeitos disputam o direito a pertencer à cidade, mas, principalmente, o direito ao trabalho e a vida.

CAPÍTULO I

“SE EU GUENTÁ FAZÊ, EU TÔ INDO... A MINHA VIDA FOI TRABAÍÁ!”: MIGRAÇÃO E RELAÇÕES DE TRABALHO NA CIDADE DE UBERLÂNDIA.

Localizada na Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, entre a maior cidade da América Latina (São Paulo) e a capital do país (Brasília), a cidade de Uberlândia – tal como constatado nos jornais e censos demográficos – assume o posto de segunda maior cidade do Estado de Minas Gerais, economicamente a segunda maior do interior do Brasil e o principal centro urbano da região do Triângulo Mineiro.

Ao considerarmos estas informações não é de se espantar o fato do município de Uberlândia, no auge dos seus 121 anos, apresentar não apenas uma taxa de crescimento populacional bem superior à média nacional, mas principalmente, o fato de, em pleno século XXI, a cidade se deparar com mais de 634 mil habitantes¹³.

Se levarmos em conta este crescimento expressivo da população uberlandense é possível atribuir este fato à presença de dois fatores. O primeiro deles, está diretamente ligado ao crescimento vegetativo da população representado pelos nascimentos. O segundo fator, capaz de influenciar diretamente estes números, está vinculado aos altos índices de migração observados na região de Uberlândia.

No que concerne mais especificamente a este segundo fator é preciso dizer que, embora a partir do ano de 2000 o número de migrantes vindos para o município de Uberlândia seja consideravelmente menor que o constatado na década de 1980, ainda assim é possível notar na imprensa e nos censos demográficos que Uberlândia continua mantendo uma posição de “cidade referência” dentro da dinâmica migratória nacional.

De uma forma ou de outra, é possível observar que este fato garante, em parte, ao município taxas expressivas de crescimento populacional ao considerarmos que a cidade de Uberlândia é tida como um dos locais de preferência da maioria desta população migrante. Assim sendo nos cabe questionar: O que significa dizer que Uberlândia é hoje “cidade

¹³ Ver: **IBGE**. Estimativas populacionais para os municípios brasileiros em 01/07/2009. Disponível em: < http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2009/POP_2009_TCU.pdf>. Acesso em: 15 mar.2010.

referência” para estes migrantes? E, o mais importante, até que ponto o município é necessariamente um local preferencial para estes sujeitos?

De acordo com os dados divulgados pelo Centro de Estudos, Pesquisas e Projetos Econômico-sociais da Universidade Federal de Uberlândia (CEPES/UFU), Uberlândia registrou, no ano de 2000, uma taxa de crescimento da população local de 3,5%, ao passo que, neste mesmo período, foi constatado um crescimento de 1,4% para o Estado de Minas Gerais e 1,6% para o restante do Brasil.

Observando as informações apresentadas na tabela abaixo é possível perceber que, apesar das taxas de crescimento populacional relativas à cidade de Uberlândia terem sofrido uma queda considerável a partir da década de 1990 (3,9%) em comparação ao período de 1970/1980 (6,7%), ainda assim os índices de crescimento da população uberlandense são expressivos se comparados com os valores apresentados, no mesmo período, para o Estado de Minas Gerais e o restante do país como um todo.

TABELA 1: Município de Uberlândia – Minas Gerais.

População Total e taxa de crescimento anual (%).

Total de Crescimento (%)	1970/1980	1980/1991	1991/2000
População Total	6,7	3,9	3,5
Homens	6,8	3,8	3,5
Mulheres	6,6	4,0	3,6
Minas Gerais	1,5	1,5	1,4
Brasil	2,5	1,9	1,6

Fonte: FIBGE – Censos Demográficos 1970, 1980, 1991 e 2000 (CEPES/UFU).

Se levarmos em conta todas estas informações, é preciso considerar que o simples fato de pensar a moderna configuração da cidade de Uberlândia nos leva a considerar, dentre tantos outros fatores, que a sociedade uberlandense é resultado, em parte, de todo um processo migratório acentuado que marcou a década de 1980, e que ainda, em pleno século XXI, é parte incontestável da realidade do município. Assim sendo, ao refletir a respeito da constituição da paisagem urbana da cidade de Uberlândia em meio às suas múltiplas tensões e conflitos torna-se pertinente efetuar um levantamento sobre a migração, levando-se em conta não apenas os fatores que a impulsionaram, mas principalmente os impactos gerados pela mesma na configuração econômica e espacial da cidade de Uberlândia.

Na tentativa de melhor compreender o processo de construção da cidade de Uberlândia e, conseqüentemente, a configuração social da mesma, torna-se pertinente identificar não apenas quem são estes migrantes, mas necessariamente até que ponto estes sujeitos se

movimentam em função da sua própria condição de classe – classe explorada, dominada e expropriada, que busca, incessantemente, sobreviver, custe o que custar.

Por que, então, deixar para trás a segurança de seus lares e família para enfrentar o desconhecido? Por que estes sujeitos se movimentam? O que necessariamente estão buscando? Será, simplesmente, o prazer pela aventura? Ou, será a tentativa de garantir a própria sobrevivência?

É preciso dizer, entretanto, que o ato de efetuar um levantamento sobre os principais aspectos envolvendo a migração no município, não se trata simplesmente de traçar a trajetória de vida destes trabalhadores. Trata-se de pensar, antes de qualquer coisa, a partir das múltiplas tensões e conflitos característicos da paisagem urbana de Uberlândia, até que ponto a vinda destes sujeitos para o município é capaz de ocasionar mudanças na cidade, no cotidiano da sociedade uberlandense e, o mais importante, na vida destes trabalhadores.

A proposta aqui apresentada consiste em verificar em que medida a constituição do espaço urbano da cidade de Uberlândia, bem como o tão sonhado projeto de construção e modernização – idealizado pela elite uberlandense – que visa transformar o município no “Eldorado do Brasil”, pode ser alterado mediante a presença destes trabalhadores, bem como, até que ponto a presença destes sujeitos é vista como elemento intensificador de todo o quadro de transformação constatado, em pleno século XXI, principalmente nas relações de trabalho da cidade.

“Os mais pobres entre os pobres”: cultura e memória dos trabalhadores na paisagem urbana de Uberlândia.

(...) a minha decisão é de procurar é um trabalho... Se eu guentá fazê, eu tô indo... a minha vida foi trabaia! (...) aí eu procurei, e vim pra... pra Uberlândia que é um lugar mais de serviço... por falar muito que aqui tem muito serviço... (...). Serviço que eu falo é... trabalho mesmo! Trabalhar pra ganhar o dinherim... (...).¹⁴

Sabemos que a luta pelos espaços da cidade é social e que, portanto, ela se explicita de forma diferenciada ao longo do tempo. Neste sentido, historicizar essas lutas pressupõe a valorização da memória destes sujeitos; uma valorização que não está restrita apenas às suas lembranças pessoais, mas no resultado e nas marcas que as inúmeras tensões e conflitos deixam registradas em suas vidas, nos seus espaços de convivência ou, simplesmente, pelas

¹⁴ Entrevista concedida por Sebastião de Souza Gama, 51 anos, nascido na cidade de Urandi (BA), mas residente na cidade de Janaúba (MG). Uberlândia, julho de 2009.

ruas e avenidas de onde vivem.

É comum encontrar, nas inúmeras experiências descritas pelos diferentes sujeitos que compõem a sociedade uberlandense, uma bagagem cultural e histórica única que nos revela, de forma nítida, a maneira como estes trabalhadores vão deixando impressas, não somente, suas marcas no espaço urbano da cidade, mas principalmente, como eles vão criando novas posturas em relação ao trabalhar, ao habitar, ao sobreviver em Uberlândia.

No diálogo constante com estes trabalhadores, e em meio as diferentes interpretações sobre o que seja viver em Uberlândia, é possível traçar considerações importantes, não apenas, a respeito das relações sociais vividas, mas principalmente a respeito de como o processo de migração se constrói na prática – analisando, até que ponto, os seus sonhos e projetos têm se tornado reais no dia-a-dia da cidade ou, em último caso, meras expectativas frustradas.

Por isso, relatos como o do Sr. Sebastião de Souza Gama – 51 anos, natural da cidade de Janaúba/MG e morador do *Albergue Noturno Ramatis* – são relevantes para este trabalho. Nas entrelinhas destes diálogos é possível notar como as relações de poder se constroem no âmbito social, como as memórias são constantemente disputadas e, mais do que isso, como certos valores, hábitos e costumes são reverenciados em detrimento de tantos outros. O que prevalece no momento destas narrativas é o lado estritamente individual das memórias destes trabalhadores que nos permite, entre outras tantas possibilidades, perceber as formas dos sujeitos aqui citados compreenderem e expressarem as transformações impostas, ao longo do tempo, no espaço da cidade.

Diante desta perspectiva optei por acompanhar de perto o cotidiano dos inúmeros trabalhadores que atualmente vivem nos albergues públicos de Uberlândia – em particular, o *Grupo Ramatisiano Albergue Noturno Ramatis* e o *CEAMI Resgate*. A tarefa é perceber, em meio a este universo amplo e distinto, em que vivem estes sujeitos, como eles vão alimentando e modificando sentimentos de pertencimento à cidade, vão criando referências culturais próprias e se apropriando de outras, e como essas experiências se fazem em meio a uma série de contradições e ambigüidades características do espaço urbano de Uberlândia.

Quem são estes migrantes? Que razões os trouxeram para Uberlândia? O que os movimenta? Por que deixar para trás a segurança dos seus lares e família para sair, sem destino certo, percorrendo outros cantos deste país?

Considerando todas estas inquietações, julguei necessário buscar evidências que me permitisse, antes de tudo, traçar o perfil destes trabalhadores. Para tanto, entrei em contato com os moradores dos albergues públicos de Uberlândia como forma de encontrar, em um

único espaço, um número considerável de trabalhadores que compartilham as mesmas experiências, sonhos, angústias e privações. A partir deste diálogo foi possível determinar não apenas o local de origem destes sujeitos, mas principalmente, suas pretensões e a maneira com que eles constroem as suas estratégias diárias de sobrevivência.

Em se tratando deste exercício de lidar com as informações referentes aos trabalhadores que constituem o espaço urbano da cidade de Uberlândia, vale dizer que todo o material de pesquisa foi coletado junto ao *Albergue Noturno Ramatis* e, por último, no *CEAMI Resgate*. O contato com estas duas instituições foi, sem sombra de dúvida, determinante para o andamento de todo este estudo, principalmente, no que se refere ao trabalho de posteriormente dialogar com as inúmeras informações contidas no *Jornal Correio de Uberlândia*, principal veículo de comunicação do município.

Antes mesmo de prosseguir na tarefa de adentrar o cotidiano das ruas e dos viveres destes trabalhadores de Uberlândia, gostaria de aproveitar a oportunidade para traçar alguns comentários sobre o dia-a-dia destes albergues na cidade, evidenciando, principalmente, o trabalho desenvolvido pelas instituições, os possíveis problemas enfrentados e, conseqüentemente, o papel que estes abrigos assumem frente a esta política local que insiste em construir uma unidade social por meio da destruição das experiências dos sujeitos e da supressão das diferenças.

O *CEAMI Resgate*, instituição que funciona em sistema de albergue, amparando moradores de rua e migrantes, pode ser considerado um dos braços de apoio da instituição *CEAMI – Reabilitação Para a Vida* que há mais de 13 anos atua na cidade de Uberlândia na recuperação de dependentes químicos (álcool e drogas). Em parceria com a Prefeitura Municipal de Uberlândia, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Social e Trabalho, a instituição *CEAMI – Reabilitação Para a Vida* é responsável pela parte operacional de duas unidades do *CEAMI Resgate*, uma localizada na Rua Santa Bárbara, número 990, Chácara Panorama, e a outra unidade na Rua José Soares Ferreira, número 281, Bairro Presidente Roosevelt.

Os voluntários que trabalham no *CEAMI Resgate*, em geral, saem pelas ruas da cidade de Uberlândia, juntamente com uma assistente social e um policial, para buscar aqueles sujeitos que por hora se encontram nas ruas da cidade necessitando de auxílio; no geral, para estas pessoas é oferecida a oportunidade de receber um abrigo, banho, refeição e cama limpa, pelo período de cinco dias. Ainda de acordo com os voluntários do *CEAMI Resgate*, enquanto permanecem na instituição, estes trabalhadores recebem amparo na área da saúde física, emocional e espiritual; o objetivo é garantir a sua melhoria como ser humano integral, com

vistas à promoção da auto-estima, da dignidade e da retomada de uma vida produtiva.

Para além do *CEAMI Resgate*, é possível verificar em Uberlândia um outro albergue de grande representatividade, no que diz respeito a este trabalho de atendimento aos moradores de rua e migrantes. Aqui me refiro ao *Grupo Ramatisiano Albergue Noturno Ramatis*, uma organização não-governamental, que se encontra localizada na Avenida João Pinheiro, número 3150, Bairro Brasil.

No que se refere, mais especificamente, ao *Albergue Noturno Ramatis* é preciso dizer que o mesmo tem enfrentado nos últimos anos certa “pressão” da população uberlandense e, principalmente, do poder público local que exige a sua remoção para um local tido como mais “adequado” para a sua instalação. A maioria destes sujeitos que cobram, o mais rápido possível, a sua transferência alegam estar preocupados com a segurança das pessoas que moram ou trabalham naquela região. Na prática, o que se percebe em meio ao discurso deste grupo, é certo preconceito e sentimento de repulsa em relação a estes albergados que, muitas das vezes, são apontados como pessoas que podem colocar em risco a ordem e o crescimento do comércio naquele local; em outras palavras, quando chegam ao albergue, por estarem sujos e com uma aparência maltrapilha, sem as devidas condições de higiene, muitos destes trabalhadores são tratados como baderneiros, drogados e criminosos.

Não estou querendo, neste instante, tirar a razão destes moradores do entorno do *Albergue Noturno Ramatis* dizendo que estejam errados ao demonstrar certa preocupação com a segurança no local. Na realidade, os próprios funcionários que trabalham no albergue admitem que, muitas vezes, eles lidam com pessoas que estão aparentemente alcoolizadas e/ou drogadas e que, no geral, se sentem apreensivos quanto a isso. Diante de todo este fato, uma pergunta deveria ser feita: Será que para solucionar um problema que é, antes de tudo, social basta apenas uma mudança de endereço? Não seria mais conveniente enfrentar esta questão propondo soluções capazes de reintegrar estas pessoas na sociedade uberlandense, ao invés de, simplesmente, transferir o problema para outra região?

De uma forma ou de outra, o que se percebe é que toda a discussão acerca da transferência do *Albergue Noturno Ramatis* para outra localidade na cidade de Uberlândia é algo corrente dentro da instituição. E, sinceramente, acredito ser algo possível de acontecer a qualquer momento. Basta termos em mente os inúmeros projetos e as políticas públicas adotadas pelos governantes de Uberlândia visando sanear a cidade; a tendência é sempre a mesma, expulsar para regiões cada vez mais distantes do grande centro a população pobre, relegando à estes sujeitos as inúmeras conseqüências das políticas de segregação social exigidas por um suposto projeto de modernização.

Observe o mapa abaixo da cidade de Uberlândia e perceba, para além da localização espacial de cada albergue, o quanto este desenvolvimento da cidade tende a empurrar, cada vez mais, os abrigos públicos para áreas remotas do município. Tal fato pode ser facilmente comprovado a partir da construção da unidade III do *CEAMI – Resgate* feita a mais de 5 anos na cidade de Uberlândia; note como o poder público local tratou de levar este abrigo para uma região extremamente distante do centro urbano e, com isso, garantindo a expulsão, para longe das ruas e avenidas centrais do município, dos muitos andarilhos, pedintes e migrantes.



Mapa 6 - Localização espacial dos albergues públicos na cidade de Uberlândia/MG.

- CEAMI – Resgate (Unidade I)
- CEAMI – Resgate (Unidade III)
- Albergue Noturno Ramatis

Com relação à documentação apresentada pelas duas instituições é preciso dizer que, em parte, este material possui elementos próximos entre si, principalmente, no que se refere à clientela atendida pelos dois abrigos.

No que concerne à documentação apresentada pelo *Albergue Noturno Ramatis* foi possível verificar que o departamento de serviço social tem sempre o cuidado de preencher algumas fichas com informações referentes aos indivíduos que passam pelo albergue. No geral, são fichas – preenchidas, uma diariamente e outra mensalmente – contendo informações básicas que visam, não apenas, a identificação destes trabalhadores, mas também

a garantia de poder ajudá-los mediante a constatação dos seus problemas. Em se tratando, mais especificamente, do *CEAMI*, vale dizer que esta casa também possui o hábito de trabalhar com as fichas de atendimento, porém, são apenas fichas diárias que, neste caso, servirão de comparação com o material obtido no *Albergue Noturno Ramatis*.

Quanto ao caminho de pesquisa é preciso evidenciar que, durante o diálogo com as fontes e as evidências, os relatórios de atendimento do serviço social do *Albergue Noturno Ramatis* foram mais requisitados do que as fichas apresentadas pelo *CEAMI*. Na verdade, o privilégio dado ao material apresentado pelo *Ramatis* é proveniente do fato destes relatórios conterem um número maior de elementos referentes aos trabalhadores atendidos por este abrigo. Em hipótese alguma, isso implica em dizer que um abrigo é mais importante do que o outro dentro da dinâmica social de Uberlândia, uma vez que, no atendimento a estes sujeitos ambos assumem o mesmo grau de importância para a cidade e, conseqüentemente, para esta pesquisa.

Partindo das muitas informações obtidas junto a esta documentação específica dos albergues foi possível notar que, para além dos trabalhadores, vindos de outras cidades e estados do país, há também um grupo de pessoas atendidas pelos abrigos públicos de Uberlândia constituída por não-migrantes, ou seja, pessoas naturais da cidade de Uberlândia.

Observando os dados apresentados na tabela 2, é possível notar que do total de trabalhadores atendidos pelo *Albergue Noturno Ramatis* temos uma média de 34% dos albergados naturais da cidade de Uberlândia, em contraposição a 67% vindos de cidades vizinhas e regiões mais distantes. Embora haja uma diferença relativa entre o número de trabalhadores migrantes e de não-migrantes atendidos pelos abrigos públicos da cidade, o que nos chama atenção é o percentual considerável de pessoas nascidas em Uberlândia, o que nos leva a crer que as oportunidades, inclusive para os naturais do município, não são tão favoráveis assim.

TABELA 2: Albergue Noturno Ramatis – Serviço Social
Clientela Atendida pelo Albergue Noturno Ramatis.

Período/2009	Pessoas atendidas (Total)	Migrantes (%)	Não-migrantes (%)	Homens (%)	Mulheres (%)
Jan.	372	60,75	39,25	86,9	13,1
Fev.	317	55,84	44,16	86,95	13,05
Mar.	404	63,4	36,63	84,9	15,1
Abr.	379	62,8	37,2	84,6	15,4
Mai.	322	66,15	33,85	96,76	5,24

Jun.	280	66,42	33,58	97,3	2,7
Jul.	293	66,9	33,1	94,3	5,7
Ago.	228	65,35	34,65	94,64	5,36
Set.	259	75,28	24,72	96,82	3,18
Out.	283	57,25	42,75	96,3	3,4

Fonte: Relatório estatístico de atendimento mensal - *Albergue Noturno Ramatis* (2009).

No que se refere mais especificamente a este grupo formado pelos trabalhadores não-migrantes é preciso dizer que a presença dos mesmos não é algo exclusivo do *Grupo Ramatis*; ao contrário disso, durante algumas conversas tidas com os funcionários do *CEAMI* foi possível notar que estes sujeitos também são presença constante no dia-a-dia da instituição. Com relação a este grupo específico de pessoas atendidas pelos albergues de Uberlândia, vale lembrar que se trata de sujeitos nascidos na cidade e que, no geral, se utilizam destas instituições para dormir e se alimentar. Em grande parte, são pessoas que não tem casa própria nem sequer família em Uberlândia; embora, não raras às vezes, seja possível encontrar entre eles alguns sujeitos que, apesar de ter família residindo no município, abandonaram suas casas por ocasião de problemas pessoais e, até terem condição de possuir um local próprio para viver, estão decididos a permanecer nos albergues da cidade.

Fica evidente, portanto, que não são apenas os trabalhadores migrantes que sofrem os problemas sociais constatados na cidade de Uberlândia. Há também os nascidos na cidade que, sem ter a mesma sorte que os demais uberlandenses, hoje sofrem por não ter onde morar, por não ter o que comer e, muitas vezes por ocasião das péssimas condições de estudo e qualificação profissional, por não ter os meios adequados de se sustentar.

Ainda no que se refere aos dados contidos na tabela 2, não podemos deixar de mencionar a grande incidência de homens atendidos por estes abrigos públicos de Uberlândia, em média 91% do total de sujeitos, em comparação a um número bastante reduzido de mulheres, cerca de 9%. De certa forma, este aspecto torna-se um elemento importante no processo de análise da constituição do espaço urbano da cidade e, principalmente, no estudo da composição social da sociedade uberlandense, uma vez que ele nos permite refletir acerca das atuais condições de trabalho nesta sociedade.

Será o alto índice de homens atendidos por estes abrigos um reflexo das possíveis mudanças no mercado de trabalho que acabam por ocasionar um desemprego crescente? Será este número um fator significativo para se pensar o poder de “atração” que a cidade de Uberlândia exerce sobre os milhares de trabalhadores, homens em sua maioria, que buscam por melhores condições de sobrevivência?

Durante as diversas vezes em que estive nestes albergues, em meio a algumas conversas com os voluntários e a própria assistente social destas instituições, foi possível notar que, ao longo das 24 horas em que os albergues se encontram em funcionamento, muitas pessoas vindas das mais diferentes localidades procuram ajuda, alimento e um lugar para descanso. Em se tratando dos trabalhadores atendidos por estes abrigos, sejam eles migrantes ou não-migrantes, os mesmos são enfáticos ao dizer que “(...) *se não fosse o albergue, nós tava é perdido...*”.¹⁵

No que se refere, mais especificamente, ao acolhimento destes indivíduos, os funcionários de ambos os abrigos foram bem enfáticos ao dizer que não recebem na instituição pessoas, aparentemente, alcoolizadas e drogadas; tal iniciativa é mera questão de segurança tanto para os internos quanto funcionários da casa.

(...) o dia-a-dia aqui no albergue? Ah, é bom... é divertido. (...) A gente levanta cedo, aí toma o café, vem pra cá pra fora... faz horas... quem trabalha, vai pra rua... aí as mulher fica aqui, lava a roupa, ajuda as pessoas da limpeza... daí tem o almoço, meio dia, onze horas... daí a gente volta de novo... aí quatro horas tem o lanche... aí entra, toma um banho... aí sete horas, a janta. Aí tem uma oração, a tarde, com umas pessoas espíritas, com uns espíritas que vêm aí... uma reunião oito horas... uma reunião de, mais ou menos, umas meia hora... e aí, pronto... aí a gente vai dormir. (...) A gente foi atendido super bem por todo mundo... (...) quando eu cheguei aqui, quem estava aqui era o seu Antonio, esse aqui... [Elaine aponta para o Sr. Antonio, funcionário do Albergue, que estava na porta atendendo algumas pessoas]... aí, ele atendeu nós super bem... já botou a gente pra dentro, já falou como é que era aqui... aí falou: ‘Oh, de início vocês vão ficar um pouco assustado, porque tem muito malandro, esses meninos de rua que vem pra cá e tal’... (...) Mas... se não fosse o albergue, nós tava é perdido... não seria nada... porque... não tinha nenhuma solução... nenhuma outra solução... porque a gente não conhece ninguém aqui... que possa ter apoiado nós, né... a gente ia passar fome, em primeiro lugar... sono... ia dormir na friagem, tudo isso. Mas, graças a Deus, tem o albergue, né...¹⁶

Dentre os albergados, observa-se que parte considerável destes trabalhadores é proveniente de cidades do entorno de Uberlândia, bem como, das demais regiões do Estado de Minas Gerais. Dentre as demais regiões de procedência destes sujeitos é possível perceber que a maioria deles advém do Estado de São Paulo, Goiás e, em último caso, das regiões Norte e Nordeste do país. Sozinhos ou acompanhados pelas mulheres e filhos, estes trabalhadores continuam vindo para a cidade de Uberlândia, em maior ou menor proporção, sempre a

¹⁵ Entrevista concedida por Elaine Feitosa da Silva, 21 anos, natural da cidade de Gurupi (TO). Uberlândia, julho de 2009.

¹⁶ Ibidem.

procura de meios que lhe permitam condições diferentes das encontradas nas suas cidades de origem, muitas vezes, marcadas por dificuldades e privações diversas.

(...) quando desembarcamos na rodoviária... a gente de cara já encontrou um moto-táxi... aí, a gente começou a conversar com ele, ele já ensinou onde era... aí, a gente falou que não conhecia e ele veio trazendo nós... aí, trouxe nós até aqui... até o albergue. (...) O meu marido é pintor, sabe? E... como pintor... é... não tinha serviço pra ele lá e aí a gente veio pra cá... porque, lá onde a gente mora tem... tá com muita falta de emprego (...) e aí, a gente veio pra cá, a procura de melhoras(...).¹⁷

No que diz respeito, especificamente, à região de procedência destes trabalhadores, percebe-se a partir das informações contidas na tabela 3 como é grande a incidência de pessoas atendidas pelos albergues públicos de Uberlândia vindas, principalmente, da região Sudeste do país – em média, 81% do total destes migrantes. Este fato torna-se algo importante na tentativa de se desmistificar a idéia de que todo trabalhador vindo para Uberlândia seja, necessariamente, um “nordestino”. Basta observar os números para que esta confirmação seja feita: em todo o ano de 2009, dentre os trabalhadores atendidos pelos albergues públicos de Uberlândia, o número de pessoas vindas da região Norte e Nordeste do país é algo praticamente irrisório, não ultrapassando a casa dos 5%.

Em compensação o alto índice de trabalhadores atendidos pelos albergues de Uberlândia, vindos da região Sudeste, é um indicativo de que nestes estados crescem consideravelmente o número de pessoas que, por estarem na condição de desempregados, fogem dos inúmeros problemas sociais característicos de suas cidades, buscando assim sobreviver em outras partes deste país.

TABELA 3: Albergue Noturno Ramatis – Serviço Social
Procedência/Região de Origem (%).

Período/2009	Norte	Nordeste	Sudeste	Centro-Oeste	Sul	Outros Países
Jan.	1,0	0,66	83,66	14,37	0,31	*
Fev.	1,16	0,74	79,65	17,9	0,55	*
Mar.	1,0	1,0	82,5	15,0	0,5	*
Abr.	1,4	1,5	81,5	14,8	0,8	*
Mai.	1,25	3,23	80,3	14,86	0,36	*
Jun.	1,14	3,4	81,5	13,8	0,16	*
Jul.	1,05	2,77	83,16	11,92	1,1	*
Ago.	1,65	2,42	82,1	13,75	0,08	*

¹⁷ Ibidem.

Set.	0,65	3,1	80,4	15,6	0,25	*
Out.	0,22	3,68	84,92	10,98	0,2	*

Fonte: Relatório estatístico de atendimento mensal - *Albergue Noturno Ramatis* (2009).

No que concerne aos motivos que trouxeram estes trabalhadores para Uberlândia, de acordo com as informações contidas nas fichas de atendimento dos albergues públicos da cidade, o motivo trabalho é fator predominante – em média 48% do total de pessoas atendidas por estas instituições afirmam ser esta a razão que os trouxeram para a cidade.

Este fato, inclusive, pode ser facilmente percebido a partir da entrevista concedida pela Sra. Elaine Feitosa da Silva, 21 anos e grávida de 3 meses, que saiu da cidade de Gurupi no Estado do Tocantins para acompanhar o seu marido que, viu no município de Uberlândia, a chance concreta de mudar de vida.

(...) um colega dele falou que aqui é bom pra emprego. E aí a gente veio. (...) Então... aí ele falou que aqui tá fácil de achar emprego e ele veio pra cá... (...) E aí ele começou a trabalhar... a gente chegou aqui na terça, na quarta ele começou a trabalhar já! (...). Ele... a gente chegou, ele me trouxe pra cá, me deixou aqui e saiu na rua procurando... e daí já achou, já voltou com... resposta... (...). Quando ele receber... o primeiro pagamento dele, que vai ser no sábado, provavelmente... a gente vai alugar uma casa, né... esse é o primeiro passo!¹⁸

TABELA 4: Albergue Noturno Ramatis – Serviço Social
Motivo da migração para Uberlândia – MG (%).

Período/2009	Trabalho	Tratamento de Saúde	Documentação	Outros
Jan.	45,98	10,88	7,18	19,1
Fev.	49,10	12,86	8,74	10,9
Mar.	45,3	10,9	8,2	20,0
Abr.	44,8	11,2	8,6	19,8
Mai.	47,25	11,1	4,1	12,03
Jun.	51,13	11,75	4,32	12,6
Jul.	59,15	11,3	4,3	12,3
Ago.	53,67	9,76	4,92	16,94
Set.	61,35	9,06	4,65	15,2
Out.	51,85	9,98	3,47	19,97

Fonte: Relatório estatístico de atendimento mensal - *Albergue Noturno Ramatis* (2009).

Como é possível observar na tabela 4, a opção trabalho foi ao longo de todo o ano de 2009 uma constante na realidade dos albergados atendidos pelas instituições de Uberlândia. O

¹⁸ Ibidem.

sonho de se conquistar uma vida melhor, a “facilidade” de se encontrar um emprego em uma cidade que supostamente cresce a cada dia, tudo isto faz parte do imaginário destes muitos trabalhadores que, por ocasiões diversas, se encontram nestes abrigos. Entretanto, vale lembrar que, embora o trabalho ainda seja fator predominante, ele não é algo único e exclusivo; ao contrário, é comum notar outras razões que determinaram a vinda destes sujeitos para Uberlândia. Os tratamentos médicos e as questões de ordem pessoal – sujeitos que estão fugindo de problemas familiares ou que, simplesmente, estão acompanhando outros membros da família – são fatores que constantemente aparecem na fala de alguns destes albergados.

A Sra. Elaine, que anteriormente aparece mencionando as razões que a trouxe para a cidade de Uberlândia, é um exemplo claro de que muitos destes trabalhadores, principalmente as mulheres, deixam para trás o pouco que tem para buscar a realização de um sonho, a construção de uma nova vida. No geral, estas mulheres abandonam a sua cidade de origem, muitas vezes acompanhadas dos próprios filhos, para seguir incondicionalmente os seus companheiros. Cheias de expectativas, embora temendo o novo e o desconhecido, a estas mulheres resta apenas lutar, ao lado dos seus respectivos parceiros, para conquistar tudo o que a família tanto deseja: *“(...) se eu falar que eu não tenho medo, eu tô mentindo, né... porque sempre assusta... mas, devido eu tá do lado da pessoa que eu gosto, que eu amo... e que eu confio... eu me sinto protegida”*.¹⁹

Levando-se em consideração as muitas experiências relatadas por estes trabalhadores – toda esta multiplicidade de gêneros que transita pelos albergues de Uberlândia –, não podemos nos esquecer de mencionar o quanto é grande a incidência, entre os internos, daqueles sujeitos que acreditam encontrar na cidade de Uberlândia, não apenas um emprego estável, mas também um tratamento médico de qualidade.

É comum notar, nas narrativas destes trabalhadores, o desejo de garantir não somente o próprio sustento, mas o esforço de conquistar tudo aquilo que, de alguma forma, lhes são de direito; tudo aquilo que, de alguma maneira, sua cidade natal não foi capaz de oferecer. O fato é que se na minha cidade eu não tenho emprego, se eu não consigo sustentar a minha família por meio do meu trabalho, a alternativa é buscar este recurso em outro lugar; da mesma forma, se na minha cidade eu não tenho saúde de qualidade e, mais do que isso, um atendimento gratuito, a alternativa, infelizmente, é também buscar este serviço em outro lugar.

¹⁹ Ibidem.

O interessante é perceber que estes trabalhadores não se movimentam por que gostam, estes trabalhadores não se deslocam de um lado para outro porque querem; na verdade, o que os movimenta é a necessidade de sobrevivência. Será, realmente, que se estes trabalhadores tivessem emprego, moradia, educação e tratamento médico gratuito e de qualidade nas suas cidades eles, simplesmente, abandonariam tudo para ficar, de um lado para outro, andando a mercê da própria sorte?

Por diversas vezes, na fala destes trabalhadores é fácil perceber como, de uma forma ou de outra, eles se “encantam” ao chegar à cidade de Uberlândia; e isso, pelo simples fato, de talvez conseguir, a partir do Hospital de Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia e do sistema municipal de saúde – UAIs (Unidades de Atendimento Integrado), o tratamento médico de que tanto necessitam. A questão é que, o fato de existir atendimento médico gratuito na cidade de Uberlândia não faz dela o melhor lugar para se viver – até mesmo porque, como sabemos, a cidade de Uberlândia está muito aquém de ser o paraíso com seus muitos problemas de ordem social; entretanto, mesmo assim, diante da inexistência total de serviço e da carência em que vivem muitas pessoas em outros estados e municípios, o pouco que estes trabalhadores encontram em Uberlândia já é o suficiente para dizer que “(...) é o único lugar onde... a medicina aqui do Uberlândia é muito boa... muito bom... aqui dentro do Uberlândia nós temos uma medicina muito boa...”.²⁰

(...) É bom... é bom... é muito... é ótimo! Pelo menos, todas as vezes que eu fui, fui muito bem atendido... Não tenho nada de que reclamá! Muito bem atendido... inclusive, foi... agora esses dias, a doutora Luciana me atendeu, foi um espetáculo... a doutora me atendeu com paciência, com educação... gentil mesmo!²¹

É preciso observar, contudo, que o fator saúde não é destaque apenas nas palavras dos trabalhadores que hoje habitam os abrigos da cidade. Não são raras às vezes que encontramos estampada nas principais páginas do *Jornal Correio de Uberlândia*, principal veículo de comunicação do município, reportagens enfatizando um suposto desenvolvimento, crescimento e certa qualidade de serviço prestada pela rede pública de saúde de Uberlândia.

Com um hospital federal, Hospital do Câncer, sete Unidades de Atendimento Integrado (UAIs), 10 Unidades Básicas de Saúde (UBSs), 42 equipes

²⁰ Entrevista concedida por João Afonso Nunes da Silva, 54 anos, natural da cidade de Bonança (MG). Uberlândia, julho de 2009.

²¹ Entrevista concedida por Sebastião de Souza Gama, 51 anos, nascido na cidade de Urandi (BA), mas residente na cidade de Janaúba (MG). Uberlândia, julho de 2009.

médicas atuando no Programa de Saúde da Família (PSF) e um hospital municipal sendo planejado, Uberlândia é referência no setor para a região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, Noroeste de Minas e Sul goiano. (...) Na visão do secretário de Saúde, Gladstone Rodrigues da Cunha Filho, a estrutura oferecida, como, por exemplo, o Hospital de Clínicas, que atende cerca de 2.659 pessoas por dia e possui 503 leitos, é um grande ganho para a cidade e região. Outra vantagem que ele cita é o investimento da Prefeitura de 30% dos recursos próprios no setor. “São poucas as cidades que podem afirmar ter o dobro do orçamento previsto pela legislação em investimentos em saúde. Se olharmos o País como um todo, Uberlândia tem um nível de saúde muito bom”.²²

A partir deste instante, gostaria de chamar a atenção de todos a respeito destas informações contidas no *Jornal Correio* a respeito dos serviços prestados na área da saúde na cidade de Uberlândia. Aqui me refiro à saúde, mas, por diversas vezes, é comum notar a imprensa de Uberlândia fazendo menção a outros tantos assuntos e serviços – mercado de trabalho, educação, lazer e vários outros – como se a cidade fosse, realmente, o melhor lugar para se viver e trabalhar, como se as oportunidades estivessem batendo na porta dos seus habitantes e só não aproveita quem não quer.

Neste sentido, gostaria de chamar a atenção para a postura assumida pela imprensa do município de Uberlândia – seja ela escrita ou televisionada – já que a mesma não se trata de um espelho da realidade vivida pela população uberlandense. Torna-se importante perceber até que ponto a imprensa de Uberlândia, ao comprar e divulgar a ideia de cidade sedutora e cheia de oportunidades para todos, entre neste jogo de disputas que é tão característico do momento histórico em que vive a sociedade uberlandense.

Ao incorporar a imprensa como fonte de pesquisa, é preciso considerar que, em muitas ocasiões, as diversas informações contidas nos cadernos e páginas deste jornal contêm certas ideias e pensamentos que contribuem para instaurar e legitimar todo este empreendimento, proposto pelos grupos dominantes locais – famílias tradicionais da cidade, empresários, investidores, políticos, promotores e juízes, que como sabemos visa elevar o município de Uberlândia à categoria de “cidade modelo” – o verdadeiro “Eldorado do Brasil”.

Assim sendo, ao retratar os assuntos referentes à área da saúde na cidade, o *Jornal Correio de Uberlândia* propõe destacar todo o trabalho que vem sendo feito pelo poder público municipal de Uberlândia na tentativa de garantir um atendimento de qualidade para os seus moradores. Nota-se, entretanto, que não basta retratar os serviços oferecidos, mas sim, destacar a participação efetiva e a iniciativa dos governantes da cidade neste processo.

²² Município investe 30% do orçamento na saúde pública. Hospital municipal terá 250 leitos, mas com capacidade de dobrar atendimento. **Jornal Correio**. Caderno Especial 119 Anos. Uberlândia, 31/08/2007. p. 20.

Fortalecendo a área [da saúde], a obra do Hospital Municipal e Maternidade está prevista para começar em outubro. A nova estrutura terá aproximadamente 14 mil metros quadrados em uma área de 55 mil metros quadrados. Serão cerca de 250 leitos, entre Unidades de Terapia Intensiva (UTIs), maternidade, pediatria e internação. (...) Além disso, o projeto possibilita a expansão para até 500 leitos em uma segunda etapa.²³

Perceba, a partir deste trecho, como é nítida a intenção do *Jornal Correio* de mostrar, a todo instante, este suposto potencial da cidade de Uberlândia na área da saúde pública e, principalmente, de chamar a atenção da própria população para o fato do poder municipal estar se empenhando, com recursos próprios, para garantir um serviço de qualidade para os seus cidadãos. Neste ponto, mais uma vez, a imprensa se insere como um dos componentes neste cenário social de relações conflituosas, assimilando e defendendo certos projetos que, como vemos, estão vinculados à elite uberlandense, em particular, o grupo ligado ao atual prefeito da cidade, Odelmo Leão Carneiro (2009/2012)²⁴, que propõe a construção do próprio hospital municipal.

Na prática, é possível notar que a imprensa e a elite uberlandense ao atuar em conjunto, pela divulgação e defesa do projeto de construção do hospital municipal, pretendem a todo custo demonstrar o empenho do poder municipal em garantir e disponibilizar um atendimento digno para os moradores de Uberlândia. Entretanto, a esta iniciativa, some não apenas uma preocupação freqüente e uma necessidade de se evidenciar o quanto os governantes de Uberlândia são peças-chave dentro deste processo empreendimento, mas principalmente a maneira descarada que a imprensa compra, defende e divulga esta ideia: a de que a cidade de Uberlândia caminha, a passos largos, rumo a um “futuro notável”.

(...) Gladstone Rodrigues [secretário de Saúde do Município de Uberlândia] faz uma ressalva: “Estamos sempre planejando o futuro, imaginando a cidade daqui 10, 20 anos, porém, dependemos de vários outros setores”. O secretário diz que o sucesso na área da saúde é resultante da água potável, esgoto tratado, trânsito, educação, emprego, etc. “Se a população não tem acesso a estas questões, a saúde certamente vai sofrer os reflexos. Ela é a consequência e não a causa”, enfatizou.²⁵

²³ Município investe 30% do orçamento na saúde pública. Hospital municipal terá 250 leitos, mas com capacidade de dobrar atendimento. **Jornal Correio**. Caderno Especial 119 Anos. Uberlândia, 31/08/2007. p. 20.

²⁴ O atual prefeito de Uberlândia, Odelmo Leão Carneiro (PP) é considerado por muitos – de acordo com os cargos ocupados por ele ao longo de carreira política – como sendo uma personagem de grande participação e influência no cenário nacional. Foi deputado federal entre os anos de 1991 e 2005 sendo eleito por quatro vezes consecutivas. Em 2004, foi eleito prefeito da cidade de Uberlândia. No ano de 2008, Odelmo Leão conseguiu se reeleger no primeiro turno, permanecendo no comando da cidade de Uberlândia por mais quatro anos.

²⁵ Município investe 30% do orçamento na saúde pública. Hospital municipal terá 250 leitos, mas com capacidade de dobrar atendimento. **Jornal Correio**. Caderno Especial 119 Anos. Uberlândia, 31/08/2007. p. 20.

De fato, tal como afirma o secretário de saúde Sr. Gladstone Rodrigues, uma cidade que acredita no futuro e, conseqüentemente, no seu potencial de crescimento tem que estar preparada para fornecer à sua população completa infra-estrutura e qualidade de vida. Entretanto, é preciso dizer que não bastam, simplesmente, investimentos maciços na área da saúde; ao contrário, é necessário o investimento em projetos e obras públicas que garantam a integração e a participação de toda a população em diversos setores da sociedade. Uma educação de qualidade, emprego para todos, água potável, tratamento de esgoto, esporte, lazer e entretenimento, são todos os setores que devem ser lembrados quando o assunto é a garantia de uma vida digna aos moradores da cidade de Uberlândia, ou, pelo menos, quando a intenção é defender o mito da cidade que seduz.

Todavia sabemos que a teoria não se aplica à prática quando o assunto é qualidade de vida para todos na cidade de Uberlândia. Em pleno século XXI, é possível encontrar ainda pela cidade comunidades inteiras sem ruas asfaltadas, rede de esgoto, água encanada, sem transporte público de qualidade e fornecimento elétrico. Na realidade, o que vemos aos montes pelos cantos mais remotos da cidade, são pessoas convivendo diariamente com esgoto a céu aberto, ligações clandestinas de energia, ruas esburacadas e de terra, enfim, bairros inteiros à mercê da própria sorte.

No bairro Prosperidade, a dona de casa Joana Severino (...) está feliz, porque comeu arroz e feijão “novinhos” na noite da ceia natalina, em barraco feito de lona e madeira. (...) Enquanto muitos se lamentam por não ter um banquete, os moradores da periferia de Uberlândia se contentam em ter algum alimento para matar a fome. (...) Na verdade o que estas pessoas gostariam de ter recebido de presente do Papai Noel era uma condição digna de vida. “Tudo o que eu queria era dois cômodos para eu ir para acabar com os meus problemas quando vier a chuva. Não me importo de comer arroz e feijão, não”, garante a dona de casa, que mora com o marido e o filho.

Apesar de já poder desfrutar de energia elétrica e rede de esgoto, Elenice Rosa, que mora no bairro Joana D’Arc há 12 anos, sonha em ver sua rua asfaltada. Ela reclama, também, das más condições do posto de saúde mais próximo. “A pessoa só é atendida quando está quase morrendo. É assim: entra vivo e sai morto”, avaliou. (...)

No dicionário o significado da palavra prosperidade é fartura, abundância, acúmulo de bens materiais, fortuna e riqueza. No entanto, o bairro que traz esse nome reflete uma situação bem diferente. O adolescente de 11 anos Maicou Douglas Pereira dos Santos, filho de Joana Severino, tem problemas pulmonares (...). Quando Maicou passa mal, Joana tem de andar a pé até o posto de saúde do bairro Dom Almir e pedir que a ambulância vá buscá-lo. O motivo é a escassez de linhas de ônibus no bairro: “Nosso meio de transporte são nossas próprias pernas mesmo”, lamenta.²⁶

²⁶ Moradores querem arroz, feijão e vida mais digna. Moradia é sonho número 1 de quem vive no bairro Prosperidade. **Jornal Correio**. Caderno Cidade. Uberlândia, 26/12/2007. p. A5.

Como é possível notar, a partir deste trecho extraído do *Jornal Correio de Uberlândia*, são péssimas as condições em que vivem a maioria dos trabalhadores uberlandense, principalmente, no que se refere àqueles que moram nas áreas mais distantes do grande centro da cidade. Este fato, porém, por pior que seja nos leva a refletir sobre uma questão: que progresso é este que os governantes da cidade de Uberlândia tanto insistem em afirmar se sequer à sua população tem acesso às mínimas condições de sobrevivência? Ou melhor, dizendo, que “cidade sedutora” é esta que não consegue sequer acompanhar o crescimento da população e, o que é pior, não consegue incluir e oferecer a estes trabalhadores os mais diversos serviços? Até que ponto é possível dizer que um dia o mito do “Eldorado”, a “Terra das Oportunidades”, existiu?

Se de fato Uberlândia possui toda esta potencialidade como dizem alguns dos seus representantes políticos, principalmente, no que se refere aos serviços prestados na área da saúde, no quesito trabalho, moradia, lazer e educação, não nos compete, não neste instante, julgar. O que, realmente, cabe aqui registrar é a seguinte pergunta: se Uberlândia não é capaz sequer de sanar as necessidades da sua própria população porque, ainda assim, tantos trabalhadores vêm para a cidade? Por que escolheram preferencialmente a cidade de Uberlândia e não um outro município qualquer? O que buscam estes trabalhadores?

A questão é que, para muitos destes trabalhadores, a vinda para a cidade de Uberlândia ainda assim é a chance real de emprego, a oportunidade de cura e/ou de tratamento para muitos dos problemas de saúde apresentados, a possibilidade concreta de sair do aluguel, de ter comida e educação para oferecer para seus filhos. E é, justamente, por isso que estas pessoas continuam vindo, em maior ou menor proporção, porque buscam o sustento, buscam saciar a fome, sair da miséria e da pobreza, buscam um trabalho para ter algum trocado no final do mês.

Levando-se em conta este fato, bem como, as informações obtidas a partir das entrevistas feitas nos abrigos, não nos interessa avaliar se estes trabalhadores estão errados, ou não, ao acreditar que a cidade de Uberlândia seja capaz de lhes oferecer a tão sonhada oportunidade de trabalho. O que nos compete, neste instante, é analisar até que ponto todo este fluxo migratório, a vinda destes trabalhadores para Uberlândia, é resultado direto da campanha empreendida há anos pelos governantes uberlandenses na tentativa de divulgar uma imagem de cidade sedutora.

O mito do “Eldorado”: desconstruindo a ideia da cidade sedutora.

(...) Eu penso pra mim... é... Uberlândia... é... igualzinho à São Paulo, né!... São Paulo foi bom... até 90! De 90 pra cá, São Paulo é uma ilusão... o cara tá na terra dele, vir pra outra terra... é ilusão! Eu acho que é... é o que aconteceu comigo. (...) É ilusão... penso que é! Eu tiro por mim mesmo... eu tava bem, na cidade lá em Rio Preto [São José do Rio Preto], né... fui procurá outra coisa... (...) não consegui o que eu queria, não achei emprego, fiquei com baixa estabilidade... onde no Brasil é tão difícil ter uma estabilidade... mesmo assim, isso às vezes, ainda acontece!²⁷

Como bem sabemos, Uberlândia tem experimentado, desde os anos de 1980, um forte movimento migratório que, embora no decorrer do século XX e XXI este número tenha apresentado certo decréscimo se comparado aos anos anteriores, ainda assim esta capacidade de “atrair” pessoas continua sendo uma constante na realidade da sociedade uberlandense, bem como, elemento significativo de análise ao considerarmos que os desdobramentos advindos deste movimento migratório são relevantes no processo de constituição do espaço urbano da cidade.

A questão é: Que poder de atração é este capaz de transformar Uberlândia em “cidade referência” em meio a todo este movimento migratório? Ou, melhor dizendo, o que estes trabalhadores tanto buscam em Uberlândia? Será, de fato, que a cidade de Uberlândia tem tanto a lhes oferecer? E, caso a resposta seja positiva, será esta uma característica restrita apenas ao município Uberlândia? Será, realmente, que o quê estes sujeitos buscam somente se encontra na sociedade uberlandense?

Em meio às peculiaridades existentes neste processo de trocas migratórias ocorridas ao longo dos anos na cidade de Uberlândia, fica evidente a possibilidade e a necessidade de se levantar alguns aspectos que permeiam este processo de migração buscando desta maneira, não apenas, determinar a origem e o destino deste movimento, mas principalmente, as prováveis razões que levaram os migrantes a escolher Uberlândia como o seu local de destino. No que concerne, especificamente, a este possível fator de atração que Uberlândia, porventura, exerça sobre a maioria destes trabalhadores cabe ainda a árdua tarefa de desconstruir o mito de cidade sedutora que, supostamente, faz do município o verdadeiro “Eldorado do Brasil”.

No que se refere ao movimento migratório característico da cidade de Uberlândia e, conseqüentemente, os impactos causados na realidade social da cidade, é preciso dizer,

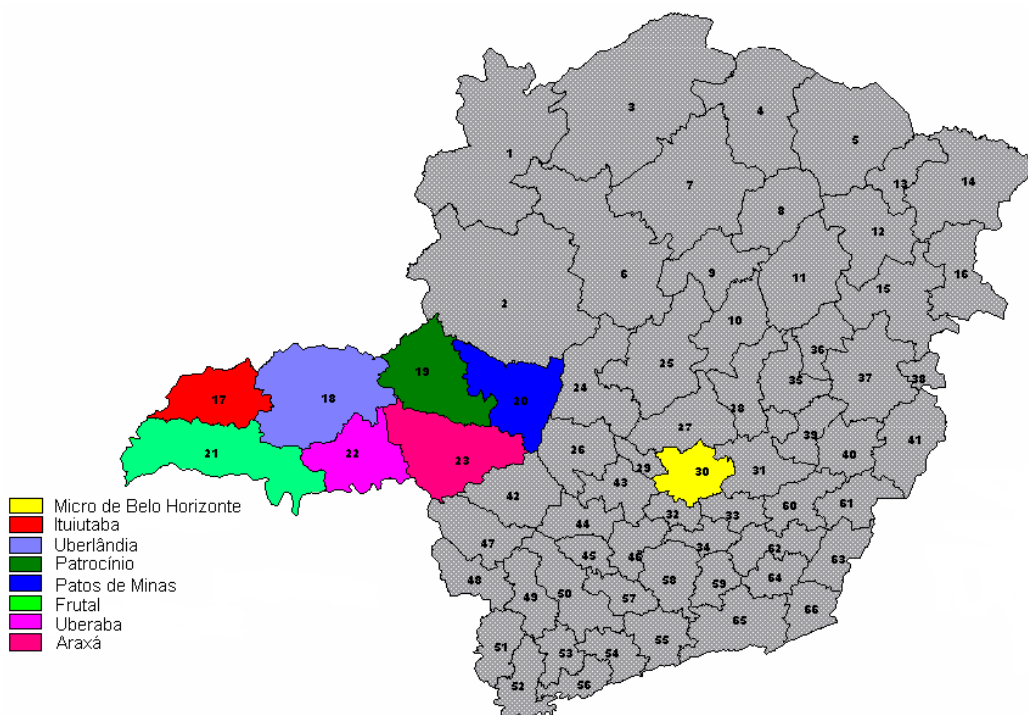
²⁷ Entrevista concedida por Severino José de Lima, 55 anos, nascido na cidade de Maringá (PR). Uberlândia, julho de 2009.

contudo, que o mesmo é parte incontestável de um processo mais abrangente que vem ocorrendo, há algum tempo, no país como um todo. Por esta razão, considero pertinente destacar que as trocas migratórias verificadas na cidade de Uberlândia não podem ser consideradas práticas exclusivas e isoladas dentro do Estado de Minas Gerais; ao contrário, é importante dizer que elas se manifestam de forma semelhante em cada cidade e estado que compõem o território nacional.

Desde a década de 1980, a Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (MTMAP) – diga-se de passagem, região a qual pertence à cidade de Uberlândia –, por se tratar de uma área de expressivo valor econômico para o Estado de Minas Gerais, vem recebendo um crescente número de trabalhadores vindos, não somente, de outros estados do país, mas também, provenientes de deslocamentos internos ocorridos entre as microrregiões e municípios que compõem a MTMAP (ver mapa abaixo). Estudos recentes têm demonstrado grande participação do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba na recepção destes trabalhadores (18% do total), perdendo apenas para a Região Metropolitana de Belo Horizonte – que absorve em média 23,5% destes sujeitos.²⁸

Mapa 7 - ESTADO DE MINAS GERAIS

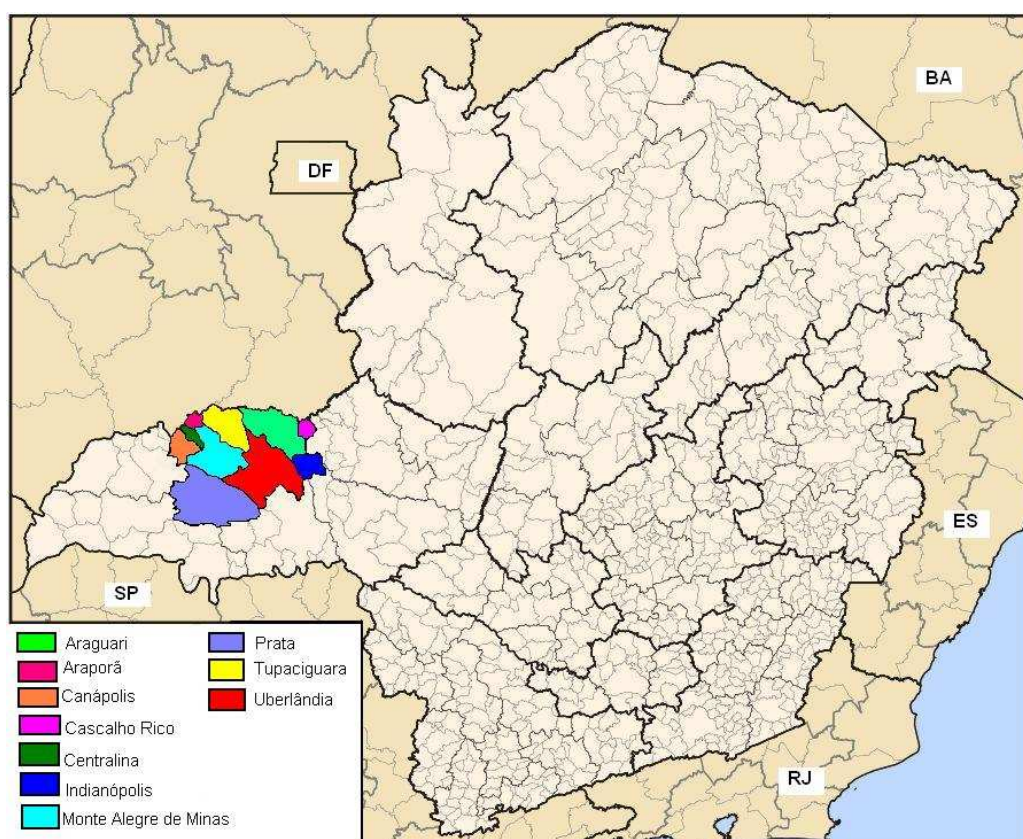
Divisão Territorial da Unidade da Federação, por microrregiões geográficas - (MC).
(destacadas estão as cidades que compõem a MTMAP, com exceção de BH).



²⁸ Ver: BERTOLUCCI JR, Luiz. **Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba e a Microrregião de Uberlândia: trocas migratórias nos quinquênios 1975/80 e 1986/91.** Sessão Temática: Dinâmica Demográfica. Anais do X Seminário sobre a Economia Mineira. Diamantina – MG. Junho de 2002.

Em meio a estas trocas migratórias verificadas dentro do Estado de Minas Gerais, de fato, algumas cidades se destacaram mais do que outras no sentido de absorver um número maior de trabalhadores vindos de outras localidades do país. É o caso, por exemplo, de determinadas cidades que compõem a microrregião de Uberlândia e, inclusive, o próprio município de Uberlândia que continua sendo, dentre as áreas que compõem a MTMAP, uma das cidades preferidas para o destino destes trabalhadores migrantes – embora, seja preciso dizer, que Uberlândia não é a única cidade preferida.

Mapa 8 - ESTADO DE MINAS GERAIS - Microrregião de Uberlândia.



O fato de algumas cidades, que compõem a MTMAP, se destacarem como pólo de atração entre estes trabalhadores pode ser facilmente percebido a partir da comparação feita entre as mesmas utilizando-se as respectivas taxas de crescimento destes municípios. Observando os dados contidos na tabela 5 é possível notar que, embora os valores referentes ao período de 1991/2000 sejam inferiores aos constatados ao longo de 1970/1980, ainda assim a cidade de Uberlândia, bem como, os municípios de Uberaba, Patos de Minas, Araguari, Monte Carmelo e Perdizes apresentam taxas consideráveis de crescimento populacional.

TABELA 5: Municípios do entorno de Uberlândia – MG.**Taxa de crescimento anual (%) – 1970/2000.**

Município	Crescimento (%) 1970/80	Crescimento (%) 1980/91	Crescimento (%) 1991/2000
Uberlândia	6,69	3,90	3,56
Uberaba	4,64	0,56	1,97
Patos de Minas	1,09	1,64	2,10
Araguari	2,67	0,81	1,25
Ituiutaba	1,07	1,19	0,58
Araxá	3,88	2,48	1,38
Patrocínio	2,03	2,90	2,10
Frutal	0,97	1,74	1,32
Monte Carmelo	2,64	2,35	2,67
Tupaciguara	-0,25	0,45	-1,53
Prata	0,45	2,12	-0,49
Campina Verde	-0,48	-0,47	-0,56
Monte Alegre de Minas	0,17	1,56	0,05
Capinópolis	-0,84	1,23	-0,50
Perdizes	-0,94	1,37	1,60
Canápolis	-3,25	7,86	-4,66
Centralina	3,00	1,91	-3,31

Fonte: FIBGE - Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991 e 2000.

De uma forma ou de outra, os números apresentados na tabela acima nos revela que, em meio à dinâmica migratória nacional, a cidade de Uberlândia perde o posto de referência para outras cidades brasileiras de mesmo porte. Basta observar que, no período de 1991/2000, outros tantos municípios, dentro do próprio Estado de Minas Gerais, apresentaram um crescimento populacional significativo o que, de uma forma ou de outra, nos leva a crer que alguma coisa mudou na opinião destes trabalhadores migrantes, principalmente, no que se refere ao possível local de destino.

De fato, todos estes dados apresentados pelo IBGE e os estudos feitos pelo CEPES/UFU, confirmam certa tendência dentro deste movimento migratório; uma tendência que assume características mais abrangentes dentro da própria dinâmica nacional e não, especificamente, restritas a um local em particular. Na verdade, uma tendência que nos leva justamente a questionar a imagem de cidade sedutora que tanto defendem a elite local e os políticos de Uberlândia.

Como é possível perceber, nos últimos anos, contingentes de migrantes – trabalhadores de uma maneira geral –, em maior ou menor proporção, deslocam-se pelo país, de cidade em cidade, a procura de garantias e oportunidades outras que o seu estado ou município de origem não foi capaz de oferecer. Em geral, estes trabalhadores se movimentam

em direção às cidades de médio porte intensificando assim o que muitos estudiosos denominam processo de “interiorização” do território brasileiro.

Já se disse que a principal característica da demografia nacional está no fato de os brasileiros se concentrarem na costa — de costas para o vasto interior, o sertão, o coração da pátria. Até pouco tempo atrás, havia bons motivos para isso acontecer. Universidades reputadas, empregos bem remunerados, hospitais equipados, redes de supermercados e shopping centers eram privilégios restritos às grandes capitais brasileiras. Quem não abrisse mão de tais serviços era automaticamente obrigado a conviver com congestionamentos, alto custo de vida, poluição e violência crescentes. Não é mais assim. Recém-concluído, um estudo do IBGE com base no levantamento populacional de 1996 atesta: hoje, o segmento da população que mais cresce no país está em 181 cidades médias pulverizadas pelo interior (...). O número de moradores desses municípios multiplica-se à média de 2,2% ao ano, 60% maior que o índice nacional, que é de 1,38%. É o único grupo de cidades com crescimento demográfico acima da média brasileira, e isso não acontece porque os habitantes dessas cidades sejam entusiasmados adeptos de proles numerosas. Caracteriza, isso sim, uma verdadeira corrida em direção ao interior, que inverte o fluxo migratório firmado ao longo de séculos, sempre apontado para as metrópoles litorâneas do Sul maravilha.²⁹

Inserida nesta lógica migratória, a cidade de Uberlândia, assim como tantas outras cidades de mesmo porte, faz parte de todo este processo que leva os trabalhadores a expandir fronteiras, fugindo das mazelas das cidades grandes, rumo ao interior do Brasil. Contudo, é importante destacar que, este processo de “interiorização” do território brasileiro, ao contrário do que muitos possam imaginar, não deve ser visto apenas como um simples sonho campestre de retorno à vida rural. Trata-se, na verdade, do retorno a uma vida que as grandes cidades brasileiras ofereciam antes de ser invadidas pela criminalidade, tráfico de drogas, congestionamentos, desemprego, pobreza e as loucuras do dia-a-dia.

A questão é que, a partir do instante em que estes trabalhadores vêm para Uberlândia, cada vez com maior frequência, é comum vermos estampado nos mais diferentes meios de comunicação a imagem da “cidade modelo” capaz de abraçar e acolher a todos, sem exceções, e que tudo tem a oferecer. A partir deste momento, nasce o mito do “Eldorado”, da Uberlândia que cresce e se desenvolve livre dos problemas das grandes metrópoles, com emprego e infra-estrutura urbana ao alcance das mãos.

De fato, na visão de alguns grupos – em geral, pessoas ligadas às famílias tradicionais, políticos, empresários, imprensa, sujeitos que exercem certos cargos de

²⁹ EDUARDO, Junqueira. A boa vida no interior. Em busca de tranquilidade, 41% dos brasileiros querem distância das metrópoles. **Revista Veja**. Março de 1998, n.º 1537. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/110398/p_070.html>. Acesso em: 15 mar. 2010.

visibilidade pública, como juízes e promotores –, Uberlândia tornou-se, em determinados aspectos, este modelo de cidade ideal que tantos trabalhadores buscam para viver: um local tranquilo, ordeiro, dotado de governantes empreendedores e de uma gente trabalhadora que “não tem medo do batente”.

Todo este suposto quadro de urbanização e progresso, notoriamente transformado em campanha pelo poder público local e divulgado nos mais distintos meios de comunicação, pode ser considerado, em parte, como o responsável pela atração de um número razoável de trabalhadores que, vindos de várias partes do país, sonhavam abarcar uma fatia desta “fabulosa” máquina de oportunidades.

(...) “Uberlândia é uma cidade que nasceu à margem de um rio, assim como nasceu Londres e Paris. Pela posição geográfica estratégica essa é uma cidade que nasceu para vencer. São coisas do destino. Foi a natureza das coisas. O poder logístico e de aglutinação do nosso povo foram importantes para o destino de todo o contexto nacional”, avalia Rondon. (...) Essa é a observação de um homem cuja história se confunde com a da cidade. Até no nome de uma das principais avenidas uberlandenses há esta associação. Com os seus 87 anos completados há exatamente um mês (...), o ex-governador Rondon Pacheco viveu intensamente mais de dois terços deste período de emancipação política uberlandense e foi um dos protagonistas da história que transformaram a pacata São Pedro de Uberabinha, no século 19, na Uberlândia de hoje – pujante e voltada para o novo milênio.³⁰

Tal como é possível perceber no trecho acima, Rondon Pacheco – ex-governador do Estado de Minas Gerais – em entrevista concedida ao *Jornal Correio* é reticente ao afirmar que, a cidade de Uberlândia, por estar posicionada em meio à área de maior expansão econômico-financeira do país – o Estado de São Paulo e os Estados de Goiás e Mato Grosso do Sul – bem como, em relação ao centro político – o Distrito Federal –, é referência no cenário nacional por, justamente, pertencer a um importante pólo de progresso e desenvolvimento.

De uma forma ou de outra, as palavras do ex-governador merecem nossa atenção. Trata-se de um comportamento comum, possível de ser notado entre determinados grupos que compõem a sociedade uberlandense – em específico, pessoas de posse e prestígio na cidade e, principalmente a imprensa –, que busca legitimar a ideia do mito do “Eldorado”, difundindo o empreendimento da elite uberlandense e justificando a vinda destes trabalhadores por meio da imagem da “terra gentil que seduz”.

³⁰ Uberlândia no curso do seu destino. Posição estratégica justifica ocupação e pujança alcançada pelo município. **Jornal Correio**. Caderno Cidade. Uberlândia, 31/08/2007. p. B1.

A imprensa, novamente, compactua com a construção deste mito e colabora com o desenrolar desta campanha progressista. É comum, por diversas vezes, vermos estampada nas principais manchetes do *Jornal Correio*, as prováveis justificativas para este suposto crescimento e desenvolvimento econômico que tanto atrai os trabalhadores para Uberlândia. De um lado, a “posição geográfica privilegiada” do município – aspecto segundo o qual a imprensa não se cansa de falar –; por outro, dois fatores que somados garantem a cidade de Uberlândia o posto de “capital regional”: sua vocação agro-industrial e, finalmente, a alta empregabilidade no setor de serviços.

Não é de se espantar que todo este esforço empreendido pela imprensa e pelos grupos dominantes, de apresentar a cidade de Uberlândia como um “*out door*” de desenvolvimento e urbanidade, tenha gradativamente se transformado em um dos elementos possíveis para determinar – ou, simplesmente, influenciar – o “destino” da maioria dos trabalhadores rumo ao município.

Por certo, não se pode negar que, este forte poder de atração que Uberlândia por anos vem exercendo sobre esta parcela de trabalhadores migrantes seja, em parte, influenciado por toda esta campanha progressista que, no decorrer do tempo, ganha as páginas das principais revistas de circulação nacional e, assim, começa a se difundir de boca a boca. Mas, será realmente este o motivo que faz com que trabalhadores de toda a parte do país venham para a cidade de Uberlândia? Até que ponto estes trabalhadores se movimentam atraídos pelo sonho de pertencer ao “Eldorado brasileiro”? Não será a migração, constatada na cidade de Uberlândia, o reflexo de transformações mais abrangentes que se fazem presente em todo o canto do país? Por que razão estes trabalhadores escolheram justamente a cidade de Uberlândia? O que, na prática, Uberlândia tem a oferecer?

Vejamos este trecho extraído da entrevista concedida pelo Sr. Severino, natural da cidade de Maringá (PR), atualmente morador do *Albergue Noturno Ramatis*.

Eu nunca tinha saído pelo mundo assim... sempre... Rio Preto [São José do Rio Preto]... trabalhava, chegava lá tinha até o... tinha minha casa, meu barraquinho... quatro cômodo... fechava, a vizinha ficava com a chave pra limpar, tal... aí eu inventei de sair. O que aconteceu comigo? Fui pra Espírito Santo... passei lá 30 dias, o dinheiro acabou eu vim embora! Aí eu pensei... eu vou pro... pro Uberlândia... lá eu pego uma carona com a turma conhecida, na garagem da Nacional, pego uma passagem e venho embora, né... aí neste dia eu fui... naquele dia quando eu cheguei, fui até o... até a medicina e fiquei... (...). Eu já fui pra Vitória por causa de serviço... num fiquei lá por causa de estabilidade... (...) já fui pra Uberaba... num fiquei

por causa de estabilidade (...).³¹

Ao levarmos em conta o relato deste trabalhador é preciso reconhecer que a cidade de Uberlândia é ainda considerada como um dos locais de referência para estes trabalhadores; entretanto, vale dizer, *um dos* locais de referência para estes sujeitos e não, necessariamente, o *único* local. O que, na prática, movimenta estes trabalhadores? O que, na verdade, faz com que pessoas como o Sr. Severino saiam da sua cidade natal para percorrer tantas outras cidades?

É importante perceber que, para estas perguntas, a resposta é clara. Estes sujeitos vão para Uberlândia, vão para o Espírito Santo, vão para Uberaba não porque querem, mas porque necessitam. Estão correndo atrás das oportunidades que tanto procuram: trabalho, moradia, educação, saúde e segurança; estão buscando a chance de sobreviver. E, por isso, eles saem pelo mundo, sempre a procura daquilo que a sua cidade natal não foi capaz de oferecer.

O fato de virem para Uberlândia significa que, por acaso, a cidade tem as oportunidades e vantagens que tanto desejam? Não necessariamente; mas, estes trabalhadores virão sempre, em maior ou em menor número, por necessidade e não por opção.

O que quero dizer é que Uberlândia foi escolhida como “cidade referência” não porque ela seja referência em alguma coisa, não porque ela tenha necessariamente algo a oferecer. Uberlândia é uma das opções possíveis, encontradas por estes trabalhadores, para fugir das privações existentes nas suas cidades de origem, para se buscar trabalho, para conseguir alimento, para retirar, nem que seja das ruas, o sustento da própria família. O fato é que estes trabalhadores escolheram vir para a cidade de Uberlândia, mas poderiam ter escolhido ir para qualquer outro lugar; e, já que aqui se encontram o que resta a estes sujeitos é lutar pela própria sobrevivência.

Diante destas constatações, gostaria de chamar a atenção de todos para o fato de como as experiências vivenciadas por estes trabalhadores – atualmente, moradores dos albergues de Uberlândia – servem para elucidar e exemplificar a vida dos milhares de sujeitos que hoje vivem em Uberlândia e que são “(...) *cada vez menos vistos, como alguns os querem ainda mais apagados, riscados, escamoteados dessa sociedade (...)*”.³²

De uma forma ou de outra, o fator migração não é algo restrito apenas à cidade de Uberlândia. É um elemento comum a diversas regiões do território brasileiro e pode, sem

³¹ Entrevista concedida por Severino José de Lima, 55 anos, nascido na cidade de Maringá (PR). Uberlândia, julho de 2009.

³² FORRESTER, Viviane. **O Horror Econômico**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997, p. 15.

dúvida alguma, ser associado a uma busca constante, por parte dos envolvidos neste processo, de se conseguir sempre mais e melhor para suas vidas.

Assim, na intenção de compreender mais a fundo todo este processo migratório – característico, porém, não exclusivo da cidade de Uberlândia – buscando, principalmente, identificar as razões deste movimento e os impactos do mesmo na vida destes trabalhadores, considero pertinente a contribuição de Viviane Forrester como uma das referências para se pensar as muitas transformações verificadas na sociedade uberlandense. De uma forma ou de outra, ela nos ajuda a compreender a atual conjuntura do mercado de trabalho na cidade, bem como, a situação de extrema exclusão e marginalização em que se encontram a maioria destes trabalhadores como um todo.

A autora, a partir da análise do desemprego e das práticas econômicas vigentes na França em plena década de 1990, trata da questão da alienação e regressão em que se encontram os diferentes sujeitos, em face da impossibilidade de reconhecer o nível de deformação em que se encontra a sociedade nos dias de hoje.

Um desempregado, hoje, não é mais objeto de uma marginalização provisória, ocasional, que atinge apenas alguns setores; agora, ele está às voltas com uma implosão geral, com um fenômeno comparável a tempestades, ciclones e tornados, que não visam ninguém em particular, mas aos quais ninguém pode resistir. Ele é o objeto de uma lógica planetária que supõe a supressão daquilo que se chama trabalho; vale dizer, empregos.³³

Essa declaração de fim, tal como reconhece Viviane Forrester em sua obra, está circunstancialmente dada pelas ações políticas e ideologias neoliberais as quais, de alguma forma, são estruturadas em nome da globalização e do mercado. Neste sentido, segundo Forrester, a categoria trabalho adquire a posição de algo “sacralizante”, ou seja, torna-se cada vez mais inacessível àqueles indivíduos que não são eleitos por meio de determinados tipos de poderes e privilégios. Na tentativa de nos chamar a atenção para este fato, seu intuito é de demonstrar que o desemprego não é, simplesmente, um momento de transitoriedade, mas ao contrário, uma nova face do mundo do trabalho.

Diante destas considerações apresentadas por Viviane Forrester, uma questão nos vem à mente: Será todo este fenômeno, descrito no livro *O Horror Econômico*, algo circunscrito apenas à França? Ou, será todo este fenômeno algo capaz de atingir proporções incalculáveis e, por que não dizer, os lugares mais remotos?

Infelizmente, sabemos que o desemprego e todas as transformações que atingem a

³³ Ibidem, p. 11.

esfera do trabalho, não é algo restrito apenas à França. Ao contrário disso, ele opera à vista de todos e propaga-se por todas as partes; passa a ser perspectiva que se avizinha, mas cujas percepções muitos ainda parecem não se dar conta. É algo corriqueiro a diversos países, por sinal, o Brasil; é algo comum, inclusive, à cidade de Uberlândia.

Mas, afinal de contas, o que toda esta discussão apresentada por Viviane Forrester tem, de fato, a ver com o crescente fluxo migratório registrado, não somente, na cidade de Uberlândia, mas no território brasileiro como um todo?

Compartilhando com Viviane Forrester a noção de que devemos sempre ter em mente a imagem de uma sociedade, seja no âmbito social ou no âmbito econômico, comandada pelas influências mútuas exercidas a partir do trabalho, lidar com a questão da migração requer pensar, para além do problema do desemprego que atinge consideravelmente várias pessoas, no quadro de empobrecimento e desigualdade comum a diversas cidades brasileiras.

De fato, o que ocorre em Uberlândia não é algo exclusivo desta região. Não tenhamos, neste sentido, uma visão ingênua e inocente de mundo. O que quero dizer é que se todo este processo de trocas migratórias se faz cada vez mais freqüente na sociedade, se cada vez mais trabalhadores chegam à cidade de Uberlândia fugindo do desemprego, da fome, da pobreza e da miséria é porque, de fato, existem pessoas que detêm grande parte de tudo o que é produzido e usufruem destes privilégios como lhes convêm; em outras palavras, é porque ainda há muita desigualdade e injustiça social, há muitas pessoas sendo exploradas e expropriadas, sem trabalho, sem ter onde morar, dormir, sem ter o que vestir e, muito menos, o que comer.

Multidões de seres lutando, sozinhos ou em família, para não deteriorar-se, nem demais nem muito depressa. Sem contar inúmeros outros na periferia, vivendo com o temor e o risco de cair nesse mesmo estado. Não é o desemprego em si que é nefasto, mas o sofrimento que ele gera (...).³⁴

Neste contexto nos caberia indagar: O que fariam, então, estes trabalhadores sem emprego e com uma família para sustentar? Como sobreviver, na cidade de Uberlândia, diante de uma realidade em que, constantemente, estes trabalhadores são taxados de supérfluos e, por essa razão, “nocivos”?

O trabalho foi – e, em muitos casos, ainda é – a peça-chave para a sobrevivência destes sujeitos; e, infelizmente, na sociedade uberlandense isso não é diferente. Em muitos casos, por mais que as pessoas passassem por privações e dificuldades, elas ainda tinham do

³⁴ Ibidem, p. 10.

que se orgulhar, pois, possuíam um emprego que lhes dava condição, embora precária, de sustentar sua própria família. Na atual condição em que se encontra o mundo do trabalho, ou seja, diante da ameaça de desaparecimento do emprego, o que dizer para aqueles indivíduos que, simplesmente, aguardam o “retorno do trabalho” após um longo período de “crise”?

A alternativa encontrada por muitos, na maioria das vezes, para não sucumbir às agruras da vida, é sair pelo mundo percorrendo as cidades a procura de um emprego que lhes garanta a chance de sobreviver; neste sentido, a cidade de Uberlândia, para muitos, tem sido a saída. Em meio a todo este quadro de total impossibilidade de uma resposta favorável, os sujeitos – excluídos e marginalizados – tratam de criar seu próprio “estado de providência”, isto é, buscam construir estratégias no seu dia-a-dia para lutar contra as misérias da vida. A migração, o constante fluxo migratório rumo ao município de Uberlândia e tantas outras cidades é isso: é o “estado de providência” destes trabalhadores, é a busca constante pelo trabalho para suprir suas necessidades.

(...) a exclusividade de Uberlândia, é por que... têm o serviço! Aqui não trabaia em Uberlândia quem não quer trabaia... porque o serviço tem em Uberlândia (...) você sabendo tirá leite, você vai pra fazenda e tira o leite... se você trabaia de pedreiro, se vai... numa... pras obra, que têm obra uma atrás da outra aí... trabaia... se você é servente, a mesma coisa... então, dentro do Uberlândia têm serviço, só não trabaia no Uberlândia quem não quer trabaia! (...) têm muito serviço dentro do Uberlândia, muito serviço... se o cara falar que dentro de Uberlândia não têm serviço, eu falo: “É mentira!” (...) Pra você vê só uma coisa... eu já trabaiei aqui... eu trabaiei... nesse colégio aí... foi, recentemente, eu trabaiei no Camaru, mas lá eu trabaiei de vendedor com cerveja na época da festa, né... é... (...) e trabaiei aqui no... no Posto Planalto... eu trabaiei no restaurante (...).³⁵

De uma maneira geral, as experiências vividas por estes trabalhadores, ao contrário do que muitos possam imaginar, não podem ser encaradas de forma isolada, descoladas do restante da cidade e distante da realidade destes sujeitos. Na verdade, trata-se de um relato comum a todos aqueles que, sem destino certo, perambulam por diversas cidades sempre a procura de uma vida diferente daquela levada na sua cidade de origem. Indo e vindo, estes trabalhadores não perdem a esperança de um dia encontrar a tão sonhada “estabilidade” que tanto procuram; “estabilidade” esta que se faz refletida no emprego com carteira assinada, na casa própria, na escola de qualidade, no atendimento médico gratuito, no alimento farto à mesa.

³⁵ Entrevista concedida por João Afonso Nunes da Silva, 54 anos, natural da cidade de Bonança (MG). Uberlândia, julho de 2009.

O interessante, a partir de então, é perceber que a presença destes trabalhadores é evidência “representativa” de toda uma dinâmica social que, de alguma forma, faz com que estes sujeitos venham para a cidade de Uberlândia trazendo consigo várias expectativas: a possibilidade de encontrar um trabalho fixo, uma melhora financeira e, por que não dizer, a esperança de deixar para trás as limitadas condições de sobrevivência do lugar de onde vieram.

Entretanto, se, de fato, a cidade de Uberlândia – conhecida país afora pela fama de ser o “Eldorado brasileiro” – é capaz de oferecer oportunidades em abundância para quem quer que seja, então, por que será que estes trabalhadores necessitam tanto do auxílio dos albergues?

O interessante é perceber que a cidade de Uberlândia – apesar de todos os seus problemas, apesar de não ser a cidade sedutora e repleta de oportunidades – ainda assim atrai, cada vez mais, um número maior de pessoas que buscam atender de alguma forma uma necessidade momentânea. E, o que é pior, este movimento migratório, que possibilita aos trabalhadores se movimentarem em uma sociedade de classes, se faz possível em função justamente da sua própria condição de classe; condição esta que é intrínseca a toda e qualquer sociedade onde prevalecem as desigualdades e injustiças sociais, onde saltam aos olhos os direitos de poucos em detrimento da exploração de muitos trabalhadores que, sem alternativa, acabam vivendo à mercê da própria sorte.

Por isto estes trabalhadores, vão e vem de um lado para outro, de cidade em cidade, não porque eles gostam de sair sem destino certo, mas realmente porque estes sujeitos necessitam garantir sua sobrevivência, necessitam de um trabalho para sustentar a esposa e os filhos, necessitam de um teto para fugir da chuva, necessitam de alimento para saciar a fome, de roupa para se proteger do frio.

É preciso, entretanto, dizer que apesar das dificuldades e das limitações que muitos trabalhadores relatam sofrer na cidade de Uberlândia, ainda assim, a elite uberlandense insiste em defender uma imagem de cidade modelo, rica e poderosa, muito aquém da realidade. Por sua vez, a imprensa local endossa esta campanha, divulgando matérias que levam as pessoas a crer que o município está em pleno crescimento e desenvolvimento e, por isso, é capaz de oferecer vagas de emprego para todos.

Uberlândia seguiu a tendência nacional na criação de vagas formais e fechou o mês com 8.961 contratações e saldo de 986 novas vagas no mercado. É o que mostra levantamento do Ministério do Trabalho e Emprego, com base no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged). Desde 2000,

quando a pesquisa começou a ser divulgada, nunca se contratou tanto no mês de fevereiro no município. O aumento do saldo de contratações foi de 42,4% em comparação ao mesmo mês do ano passado. Nos últimos 12 meses, a cidade somou mais 8.311 postos de trabalho, a maioria (58%) no setor de serviços, que reúne empresas de diferentes áreas, como telemarketing, atacadistas, bares, restaurantes e hotéis.³⁶

Reportagens como está, para além, de endossar o mito da cidade sedutora deixam os trabalhadores, que hoje vivem nos albergues de Uberlândia, cada vez mais confiantes de que a situação de “dependência” em que vivem seja passageira e reversível. O sonho de “fazer parte” da cidade se torna real a partir do instante em que os mesmos conseguirem um trabalho – qualquer que seja – capaz de lhes oferecer as condições necessárias para o seu sustento e, quem sabe, para a aquisição da casa própria: *“Eu vou é ficar aqui dentro do Uberlândia... vou conseguir um jeito de trabalhar aqui e comprar um lugarzinho pra mim morar”*.³⁷

No que se refere, mais especificamente, aos aspectos relacionados ao mercado de trabalho, conversando com os moradores do *Albergue Noturno Ramatis*, por diversas vezes estes sujeitos foram enfáticos ao dizer que a cidade de Uberlândia – e isso, para eles, não é mera estatística, mas sim uma realidade – possui vários postos de trabalho a oferecer. Nas palavras destes trabalhadores, Uberlândia é sim uma cidade que merece ser vista como a “terra da oportunidade”, principalmente, no quesito empregabilidade.

Se eu guentá fazê, eu tô indo... a minha vida foi trabalhar! (...) Toda vida eu toquei serviço na... em fazenda aqui... inclusive aquele... na... quando tinha a Ceife, até onde tá os sem-terras hoje... (...). Eu trabalhei uns quatro a cinco anos tocando turma e... e fazendo calvão... em 91, 92, 93 e 94!. Olha... Uberlândia... Uberlândia tem muito serviço... muito... os daqui só não dá conta! Mas só tem que, muitos daqui, também não queira trabalhar (...).³⁸

Com o passar dos dias, no entanto, a partir dos relatos destes trabalhadores é possível notar que a vida na cidade de Uberlândia não é tão fácil como parecia. O trabalho começa a faltar e as oportunidades vão se tornando escassas. Qual a saída? Na difícil tarefa, de tentar sobreviver na cidade de Uberlândia, estes trabalhadores, em último caso, podem recorrer ao auxílio prestado pelos albergues. Nestes casos, estes sujeitos são reticentes ao dizer o quão importante é o papel que assumem estes abrigos em suas vidas; e isso, não somente, durante

³⁶ Criação de vagas é recorde em fevereiro. Saldo de empregos criados com carteira assinada foi de 8.986, aumento de 42,4% diante do mesmo mês de 2009. **Jornal Correio**. Caderno Economia. Uberlândia, 18/03/2010. Disponível em: <<http://www.correiodeuberlandia.com.br/texto/2010/03/18/44039>>. Acesso em: 18 mar. 2010.

³⁷ Entrevista concedida por João Afonso Nunes da Silva, 54 anos, natural da cidade de Bonança (MG). Uberlândia, julho de 2009.

³⁸ Entrevista concedida por Sebastião de Souza Gama, 51 anos, nascido na cidade de Urandi (BA), mas residente na cidade de Janaúba (MG). Uberlândia, julho de 2009.

os prováveis tratamentos médicos – aquisição de remédios, marcação de consultas e transporte para os hospitais e unidades de atendimento –, mas principalmente, nas atividades mais simples do dia-a-dia, pois, para além de representar um local de descanso, estes albergues representam para a maioria destes trabalhadores – que aportaram em Uberlândia, um tanto quanto, sem rumo – um lugar para que os mesmos possam realizar suas refeições diárias – café, almoço e jantar – e, inclusive, para que possam tomar um banho e lavar suas roupas.

(...) eu vim procurar serviço aqui... Aí eu adoeci... O albergue aqui me... Me recolheu... Fiz meus tratamentos todos, foi de pulmão... Aí eu tive uma melhora boa, fui trabalhar... Tornei a piorar traveis agora, voltei, retornei é... ao albergue. Eu não tenho outro lugar pra mim ir... (...). Eu tô doente... Já fiz consulta médica e tô usando remédio... E tô tendo repouso aqui no albergue... (...). Aqui eu como... né... eu como, durmo aqui... e vou pro médico. (...) a médica é aqui pertinho, né... não demora eu já tô lá... (...). Agora, quando é... quando precisa ir longe, às vezes que a perna tá muito inchada e muito doeno, eles liga aí pra... é... aqui mesmo do albergue e chama a ambulância... e aí eu... nunca... me faltô. (...).³⁹

Desde o dia que eu cheguei eu já passei mal duas vezes... porque eu tenho muito enjôo (...) e daí eu já fui no médico mais o rapaz que trabalha aqui. (...) Já fui atendida lá... não fiquei em fila... lá no Tocantins não... lá enfrenta uma fila enorme pra ser atendida e sem falar que é pra marcar... e depois de uma ou duas semanas que eles vão atender a gente... e aqui não... já cheguei e fui atendida. (...) Se não fosse o albergue nós tava é perdido... não seria nada... por que... não tinha nenhuma solução... nenhuma outra solução... porque a gente não conhece ninguém aqui... que possa ter apoiado nós, né... a gente ia passar fome, em primeiro lugar... sono... ia dormir na friagem, tudo isso. Mas, graças a Deus, tem o albergue (...).⁴⁰

Como é possível perceber, a vida na cidade de Uberlândia é dura para esta “*classe-que-vive-do-trabalho*”⁴¹; classe esta que, diariamente, se esforça por meio do próprio suor

³⁹ Entrevista concedida por João Afonso Nunes da Silva, 54 anos, natural da cidade de Bonança (MG). Uberlândia, julho de 2009.

⁴⁰ Entrevista concedida por Elaine Feitosa da Silva, 21 anos, natural da cidade de Gurupi (TO). Uberlândia, julho de 2009.

⁴¹ Segundo Ricardo Antunes, a expressão “*classe-que-vive-do-trabalho*” tem como primeiro objetivo conferir validade contemporânea ao conceito marxiano de classe trabalhadora. Quando tantas formulações vêm afirmando a perda da validade analítica da noção de classe, tal designação adotada por Antunes pretende enfatizar o sentido atual da classe trabalhadora, em outras palavras, sua forma de ser. Portanto, ao contrário dos autores que defendem o fim das classes sociais, o fim da classe trabalhadora, ou até mesmo o fim do trabalho, a expressão “*classe-que-vive-do-trabalho*” pretende dar contemporaneidade e amplitude ao ser social que trabalha. Nesse sentido, a “*classe-que-vive-do-trabalho*” hoje inclui a totalidade daqueles que vendem sua força de trabalho, tendo como núcleo central os trabalhadores produtivos – aqueles que produzem diretamente mais-valia e participam ativamente do processo de valorização do capital – e também os trabalhadores improdutivos – aqueles cuja forma de trabalho são utilizadas como serviço, seja para uso público ou capitalista, e que não se constituem como elemento diretamente produtivo, como elemento vivo do processo de valorização do capital e da criação da mais-valia. VER: ANTUNES, Ricardo. A classe-que-vive-do-trabalho. A forma de ser da classe

para se manter vivos e ativos em uma sociedade que a todo o momento vem reforçar a idéia de serem estes sujeitos seres sobrantes e, ao mesmo tempo, supérfluos na paisagem urbana. Será, de fato, preciso merecer viver para ter o direito de pertencer à sociedade atual? ⁴²

Como lidar, então, com as diferentes formas de se enxergar todo este processo de migração que, muitas vezes, condena os diferentes sujeitos a viver nos albergues de Uberlândia? Como contornar as diferentes formas de exclusão visíveis em cada canto da cidade?

A questão, pela qual devemos nos atentar, está vinculada a toda uma discussão de pertencimento que é característica da cidade de Uberlândia nos últimos anos. Torna-se impossível não perceber como, na mesma proporção em que estes trabalhadores desembarcam na cidade, crescem as manifestações do poder público contrárias à presença dos mesmos na sociedade uberlandense, a ponto de se questionar, inclusive, o direito destas pessoas de pertencer a este meio.

De fato, para os grupos que exercem maior influência e poder na cidade de Uberlândia – em geral, os políticos, empresários, as famílias de prestígio, pessoas ligadas à segurança pública (juizes, promotores e policiais) –, alguns destes trabalhadores não são vistos com “bons olhos”. Dentre eles, estão aqueles que, por ocasião de uma série de fatores, não tiveram a mesma sorte ao chegar à cidade de Uberlândia e, por isso, hoje se encontram transitando pelas ruas, muitos entregues aos vícios, ganhando o seu sustento por meio da mendicância, da venda de CDs e DVDs piratas, do lixo retirado das ruas.

De alguma forma, nos últimos anos, é possível avaliar que o problema para esta elite uberlandense já não é mais a vinda destes trabalhadores para a cidade, tal como verificado em anos anteriores. A questão, que tanto incomoda estes grupos dominantes, se refere à parcela de contribuição dada por cada um destes trabalhadores migrantes para que, efetivamente, o projeto de idealização e “embelezamento” da cidade possa ser colocado em prática tal como desejam os políticos uberlandenses.

Estes sujeitos, que a sociedade diariamente produz – sejam eles mendigos, carroceiros, flanelinhas e trabalhadores informais – e que, porventura, não estão “escondidos” nos

trabalhadora hoje. In: **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.

⁴² Segundo Viviane Forrester, se este ‘merecer’ passar pelo dever de trabalhar, de ser empregado, então, a resposta é sim. De fato, é preciso ‘merecer’ viver. Contudo, sabemos que uma parcela mínima da sociedade já nasce, deliberadamente, com este direito uma vez que detém certos privilégios e poderes. E o restante da humanidade? Esta sim, a cada dia que passa, tem que se mostrar cada vez mais ‘útil’ para aquela parte da sociedade que administra e domina se, contudo, não quiser ser tida como um ser supérfluo. Lembrando que, ‘útil’ neste caso significa quase sempre ‘rentável’. Ver: FORRESTER, op. cit., 1997.

albergues de Uberlândia acabam sendo tratados como “calamidade pública” pelo poder municipal da cidade por, justamente, representar um contraponto ao ideal de progresso e civilização proposto por alguns grupos. Por não haver espaço para estes trabalhadores na sociedade uberlandense, é possível notar que os mesmos são mais do que ignorados pelo poder público; são, na prática, perseguidos sob o pretexto de se eliminar o feio, o sujo, o pobre, o marginal e o drogado das ruas de Uberlândia.

Torna-se necessário, a partir de então, pensar todos estes acontecimentos que marcam o cotidiano da cidade de Uberlândia por um outro ângulo. É preciso reconhecer que esta luta, eminente em cada canto da cidade, é, antes de tudo, social. Uma luta que se concretiza por meio de ações políticas capazes de instituir projetos e campanhas voltados para controlar, submeter, coibir e regulamentar o cotidiano destes sujeitos menos favorecidos. Uma luta que, como sabemos, reflete certas estratégias de classe produzidas a partir dos diferentes olhares lançados sobre a cidade e os viveres dos diferentes trabalhadores.

É importante perceber que esta luta social, que se verifica nas ruas da cidade de Uberlândia, passa a ser determinada por uma série de interesses hegemônicos que são capazes de impor, a um determinado segmento da população, um estilo de vida em detrimento de outro. A ideia de pertencimento para estes trabalhadores, que tem como referência a cidade, começa a perder forças na medida em que uma nova visão de cidade – baseada na ratificação de um modelo ideal de urbanização e civilidade – ocasiona a expulsão e a retirada desta população pobre de áreas mais privilegiadas pelo poder público.

Ao colocar em movimento as expectativas destes trabalhadores, vindos de várias partes do país para Uberlândia, percorrendo por meio das suas experiências narradas o cotidiano da cidade, torna-se evidente como, em um mesmo espaço social, diferentes viveres se entrecruzam com outros. Múltiplas linguagens, valores e consciências trazem à tona a potência de cada sujeito no fazer-se histórico das relações de classe vividas.

No fazer-se desta cidade, para além das vivências destes trabalhadores, o entendimento da memória enquanto um campo de disputas também me inspira a pensar o papel que a imprensa assume na construção e na legitimação de uma memória classista – uma memória que, como sabemos na cidade de Uberlândia, se pretende hegemônica.

Apoiando-se na ideia de um discurso imparcial, mas comprometida com as elites uberlandenses, por vezes o *Jornal Correio* se esforça para elaborar outras imagens, sentidos e visões sobre a cidade de Uberlândia e, ao mesmo tempo, sobre a realidade vivida pelas pessoas comuns, pelos trabalhadores.

De fato, qual o papel que a imprensa assume neste processo de construção e

idealização do espaço urbano de Uberlândia? Será que a imprensa, por meio do seu discurso, é capaz de ratificar determinadas ideias e comportamentos?

A intenção é perceber, nos diferentes cadernos e reportagens deste jornal, não apenas como os diferentes problemas sociais da cidade de Uberlândia são retratados, mas especificamente que olhares esta imprensa lança sobre cada trabalhador uberlandense. Quais serão, de fato, as verdadeiras preocupações desta imprensa? Para quem ela escreve? O que ela tanto se esforça para mostrar?

Afinal, trata-se de perceber até que ponto a imprensa de Uberlândia busca, não somente, questionar, esconder e criticar certas práticas, mas também como ela tenta, ao defender determinados interesses minimizando certos problemas, fazer com que a cidade apareça sempre como um lugar ideal para se viver, para investir em negócios e, portanto, com amplas oportunidades de trabalho.

CAPÍTULO II

PRODUZINDO HISTÓRIAS E DISPUTANDO MEMÓRIAS: O PAPEL DA IMPRENSA NA PAISAGEM URBANA DE UBERLÂNDIA.

As memórias e histórias abordadas neste trabalho, referentes àquelas produzidas no diálogo com os diferentes trabalhadores dos albergues, me permitiram perceber como diferentes modos de viver se entrelaçam e se influenciam reciprocamente dentro de uma única Uberlândia. Vários sujeitos, várias cidades, sentimentos e expectativas diversas, compondo um mesmo espaço social; um espaço marcado por lutas, resistências e desistências que, de alguma forma, definem a paisagem citadina como um espaço de produção de relações conflituosas.

Nesta perspectiva procurei inserir, não apenas, as interpretações que os trabalhadores fazem sobre si mesmo, seus modos de vida e a cidade onde vivem, mas também, os diferentes sentidos e olhares que a imprensa da cidade de Uberlândia, assim como todo o grupo a quem ela se encontra atrelada, lança sobre estes sujeitos, sobre suas expectativas e pretensões, sobre a cidade e seus problemas. Afinal, torna-se relevante investigar como as relações vividas pelas diferentes classes sociais aparecem registradas nas páginas de um dos maiores jornais de circulação na cidade de Uberlândia, a saber, o *Jornal Correio*.

Como expressão de relações sociais, a imprensa assimila interesses e projetos de diferentes forças sociais que se opõem em uma dada sociedade e conjuntura, mas os articula segundo a ótica e a lógica dos interesses de seus proprietários, financiadores, leitores e grupos sociais que a representa.⁴³

Compor outros significados, outras versões para o viver na cidade de Uberlândia, a partir da visão da imprensa local, pressupõe considerar os diversos interesses em jogo na realidade social. Implica em pensar, não somente, como tudo “(...) aquilo que o jornal noticia – os acontecimentos e os sujeitos que anuncia – (...), é geralmente aceito como parâmetro seguro do que de fato ocorreu (...)”⁴⁴ no conjunto da sociedade uberlandense, mas principalmente, como certas notícias e relatos sobre determinados acontecimentos, por

⁴³ MACIEL, op. cit., 2004, p. 15.

⁴⁴ Ibidem, p. 14.

vezes, são capazes de moldar formas de agir, definir papéis sociais e, conseqüentemente, generalizar posições e significados que se pretendem compartilhados e universais na cidade de Uberlândia.

Mas, afinal de contas, até que ponto o *Jornal Correio* é consenso entre a população uberlandense? Que papel ele assume hoje em Uberlândia? Que imagem de cidade ele pretende construir? Qual a sua importância na constituição dos diferentes sentidos e no ordenamento da realidade? Quais as suas conexões com as instituições e os grupos dominantes da cidade de Uberlândia? Qual a sua contribuição na criação dos projetos de políticas públicas?

De uma forma ou de outra, é possível notar que a história do *Jornal Correio* muitas vezes se confunde com a própria história da cidade de Uberlândia, principalmente, no que se refere aos grupos envolvidos na sua fundação e personalidades de destaque dentro da sociedade uberlandense.

O *Jornal Correio* foi criado, há 72 anos, pelo produtor rural Osório José Junqueira que vindo da cidade de Ribeirão Preto decidiu iniciar este “novo empreendimento” na cidade de Uberlândia. Dono de outros sete jornais na cidade de São Paulo, Junqueira vinha para Uberlândia apenas duas vezes na semana; quem, na prática, tomava conta do *Jornal Correio* era seu filho, Luiz Néelson Junqueira.

Em 1940, Osório José Junqueira vende o *Jornal Correio* para um grupo de cotistas ligados à UDN (União Democrática Nacional). Entre os integrantes deste grupo destacam-se personalidades que, com o tempo, fizeram história na vida econômica, social e política da cidade de Uberlândia: João Naves de Ávila ⁴⁵, Nicomedes Alves dos Santos ⁴⁶ e Alexandrino

⁴⁵ Nascido na cidade de Santa Juliana/MG, no ano de 1892, João Naves de Ávila aos 17 anos mudou-se para a cidade de Uberlândia – na época, ainda denominada Uberabinha – onde exerceu a profissão de carreiro, açougueiro e negociante de carne suína e bovina. Em 1914, quando se casou com D. Alda Custódio de Ávila – moça de família próspera e tradicional da região de Uberlândia – João Naves de Ávila adquiriu sua primeira fazenda, *Tira Couro*. Na época, como boiadeiro, João Naves, penetrando pelos sertões de Goiás, trazia gado para os matadouros de Passos e Barretos. Com o passar dos anos, o fazendeiro foi ampliando suas propriedades e investindo em novos negócios: além de adquirir outras sete fazendas, João Naves comprou, de Nicomedes Alves dos Santos, a charqueada Omega transformando-a num dos maiores frigoríficos da cidade de Uberlândia. João Naves de Ávila fez fortuna na cidade de Uberlândia: além de ser proprietário de vários terrenos espalhados pela cidade de Uberlândia, foi também um dos fundadores do *Crediminas* – estabelecimento bancário de renome no município. Ver: TEIXEIRA, Tito. **Bandeiras e Pioneiros do Brasil Central – História da criação do município de Uberlândia**. 1ª ed. Uberlândia: Ed. Uberlândia Gráfica Ltda., vol. 2, 1970, p. 271-273.

⁴⁶ Nascido, em 1897, na cidade de Uberlândia, Nicomedes Alves dos Santos desde criança se viu envolto nos negócios de sua família: compra e venda de gado e formação de lavouras. Aos 15 anos, após a morte de seu pai, Nicomedes assume a direção dos negócios, perpetuando assim a tradição de sua família no comércio pecuário. No setor social, desde o início do seu casamento com D. Marieta de Castro Cunha, Nicomedes passa a promover, divulgar, amparar e incentivar diversos eventos sociais na cidade com o intuito de fortalecer a cultura uberlandense. Além do seu tino no setor pecuário – como proprietário de um dos maiores frigoríficos da região, o *Frigorífico Omega* –, Nicomedes Alves dos Santos aparece envolvido em vários empreendimentos na cidade de Uberlândia: participou da criação de bairros na cidade e, inclusive, da Cidade Industrial doando terrenos de sua propriedade; foi um dos fundadores da *Associação Rural de Uberlândia*, do *Rotary Clube* e da *Sociedade*

Garcia ⁴⁷.

Ao longo das décadas de 1950 e 1970, entretanto, o *Jornal Correio* enfrentou algumas dificuldades, entre elas, a escassez de matérias que, por vezes, fez com que a direção e os redatores recorressem a recortes de outros jornais para preencher os espaços vazios. Neste período, inclusive visando solucionar uma série de problemas internos, diversas reformulações foram feitas no jornal – a criação de uma nova linha editorial e a aquisição de novas máquinas – sem, necessariamente, surtir os efeitos pretendidos.

A situação do *Jornal Correio*, entretanto, sofre uma guinada considerável a partir do ano de 1986 quando o *Grupo Algar* – grupo empresarial, de atuação nacional, criado por Alexandrino Garcia –, por meio da *Algar Midia*, assume o controle acionário do periódico. Desde então, o *Jornal Correio* passou por uma série de transformações gráficas e editoriais – tiragem diária, com novos conteúdos, cadernos, suplementos, colunas e seções – que, de uma forma ou de outra, possibilitaram, mediante o atendimento a um público variado, uma ampla cobertura dos fatos e acontecimentos da cidade de Uberlândia. Não é de se espantar que, a partir desta época, o periódico tenha se firmado como um dos principais órgãos de imprensa,

dos Amigos de Uberlândia reunindo pecuaristas, classes conservadoras, políticos e industriais; foi proprietário da *CICOL* – empresa imobiliária responsável pela construção de vários edifícios em Uberlândia e Goiânia – e dono de uma das maiores redes de cinemas da época – a *Diversões Triângulo Mineiro S/A* –, cujo circuito de projeção contava com as cidades de Uberlândia (matriz), Ribeirão Preto, Franca, Barretos e Goiânia; foi proprietário e fundador da Rádio Educadora de Uberlândia, tendo cooperado junto as autoridades competentes na concessão de um canal de televisão para a cidade de Uberlândia. Torna-se importante dizer que, como político de destaque na cidade, Nicomedes tornou-se conhecido, pessoalmente, de vários presidentes e governadores de estado o que, de uma forma ou de outra, colaborou para inserir Uberlândia no circuito nacional. Ver: TEIXEIRA, op. cit., 1970, p. 385-390.

⁴⁷ Nascido em Portugal, no ano de 1907, Alexandrino Garcia começou a vida trabalhando na lavoura com seus pais. Ainda jovem, veio com a família para o Brasil ganhar a vida, passando a trabalhar de servente de pedreiro, ferreiro, mecânico e motorista do caminhão. Com 17 anos, Alexandrino conseguiu criar seu próprio negócio, uma cerealista, em sociedade com seu pai e irmãos. A partir do ano de 1941, Alexandrino passou a investir em outro empreendimento: alugou um posto de combustíveis que, em 1944, foi ampliado, tornando-se revendedora da *General Motors*; com o sucesso, logo abriu outra empresa no mesmo ramo, a *Garinco*. Entre 1953 e 1955, presidindo a *ACIUB* – *Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Uberlândia*, Alexandrino liderou a constituição da sociedade anônima que assumiria o controle da Empresa Telefônica Teixeira, que, em 1954, tornou-se a *CTBC* – *Companhia de Telefones do Brasil Central*. A nova empresa expandiu-se rapidamente e consolidou-se em dezenas de cidades brasileiras, sempre sob o comando de Alexandrino que iniciava assim sua atividade empresarial na área de telecomunicações. Desde então, Alexandrino agregou dezenas de empresas e constituiu um grupo empresarial de atuação nacional – *Grupo Algar*. Na cidade de Uberlândia, o *Grupo Algar* para além de ser uma organização empresarial que atua no ramo de telecomunicações – com as empresas *CTBC*, *ACS*, *Lista Sabe* e *Engeset* – é também um grupo que conseguiu expandir sua área de atuação para outros setores dentro da sociedade uberlandense. No setor de agronegócios, o *Grupo Algar* opera a *ABC Inco* – empresa que trabalha com a criação de gado nelore e plantação e beneficiamento de soja e milho –; no setor de turismo o *Grupo Algar* opera o *Rio Quente Resorts* – o maior parque aquático de águas quentes do Brasil – e, finalmente, no setor de serviços de infra-estrutura, o *Grupo Algar* conta com a *ABC Táxi Aéreo* – manutenção e fretamento de aeronaves – a *Space* – empresa de segurança patrimonial e de documentos – e a *Comtec* – administração de terminais urbanos e centros comerciais. Todo este patrimônio construído por Alexandrino Garcia e familiares não é de se espantar toda a influência exercida há alguns anos na cidade de Uberlândia. Ver: **Centenário Alexandrino Garcia: memórias, ideias e ideais**. Disponível em: <<http://www.alexandrinogarcia.com.br/>>. Acesso em: 15 mar.2010.

em meio impresso e internet, da cidade de Uberlândia e região.

Ao buscar refletir sobre o período envolvendo a fundação do *Jornal Correio de Uberlândia*, considerando principalmente as diversas forças e personalidades por trás de todo este processo, é que percebo o quanto à imprensa uberlandense – por estar arraigada aos políticos, empresários, investidores e as famílias tradicionais da cidade –, procura, não apenas, ajustar a sua forma de narrar os acontecimentos aos anseios e pretensões desta classe elitista, mas também como ela procura fazer dos seus relatos à única interpretação possível, e plausível, da realidade vivida e enfrentada pelos diferentes moradores da cidade.

Na construção de sentidos e no ordenamento da realidade a partir da constituição de memórias hegemônicas, o *Jornal Correio de Uberlândia* torna-se elemento importante de análise por representar um espaço de disputas e lutas características da produção social das memórias. A tarefa é investigar como – nas páginas deste periódico, nas mais distintas categorias e temas – as diversas forças capazes de produzir representações históricas constroem e/ou destroem práticas e experiências sociais diversas, afirmam novas tendências, possibilidades e sujeitos e, inevitavelmente, procuram apagar outras memórias, histórias e sujeitos dissidentes.

Considerando todos estes aspectos, acredito ser pertinente evidenciar o papel que o *Jornal Correio* assume – mediante a sua intencionalidade na divulgação de determinados fatos e sujeitos – neste processo de intervenção ativa, promovido pela Prefeitura Municipal de Uberlândia e pelos grupos dominantes, na paisagem urbana da cidade visando, não apenas, problematizar a intensidade e o poder do mito da cidade sedutora, do “Eldorado do Brasil”, mas, ao mesmo tempo, investir na atualização de toda uma imagem que procura fazer de determinados sujeitos – na maioria, trabalhadores pobres e desempregados da cidade de Uberlândia – seres supérfluos a serem “banidos” da sociedade.

A cidade que se apresenta nas narrativas do *Jornal Correio*, por vezes é aquela que tem a sua origem no suposto “espírito de liderança” de seus formadores – os grandes latifundiários, políticos e empresários uberlandenses – que, seguindo esta interpretação, a “construíram” e a “civilizaram”. Neste sentido, pensar a constituição do espaço urbano da cidade de Uberlândia, o “embelezamento” de suas ruas e seu “progresso”, pela visão da imprensa, requer, para além de pensar as investidas e as obras públicas realizadas por este grupo elitista, pensar “(...) a cidade como espetáculo, onde as luzes se acendem e seus habitantes são representados como espectadores civilizados que vagueiam por uma cidade

sem conflitos”.⁴⁸

Distante de ser uma “cidade espetáculo”, onde seus habitantes assistem inertes as muitas transformações empreendidas na paisagem urbana, o espaço da cidade de Uberlândia se constitui a partir de relações sociais desenvolvidas em um terreno compartilhado, notoriamente, marcado por resistências, tensões e pelo exercício do poder. Fazendo emergir esta cidade, a partir das experiências e das expectativas destes trabalhadores, é que percebo que a luta pelos espaços, pelo direito de pertencer à cidade, se faz à luz das suas necessidades; necessidades estas que se constroem numa realidade cada vez mais conflituosa, dividida entre “regulamentações” e “normatizações” dos espaços sociais.

É por isso que, por vezes, muitos trabalhadores, por não concordarem com os apontamentos da hegemonia estabelecida, manifestam sua contrariedade e passam a reivindicar, não apenas, novas atitudes por parte do poder público e/ou da sociedade civil, mas principalmente, a elaborar suas próprias estratégias de sobrevivência.

(...) o cenário apresenta-se cada vez mais composto por um número maior de excluídos que, ao mesmo tempo, buscam e se vêem forçados ao imprevisto e às “saídas” para sobrevivência. Tal observação está fundamentada no crescimento do número de favelados, nas ocupações dos terrenos ociosos e na multiplicação dos loteamentos “irregulares”, bem como nas construções à beira dos córregos, rios, encostas, causando profundos impactos ambientais. Como parte disso, emerge a luta por moradia na cidade de Uberlândia.⁴⁹

É interessante notar também que a luta destes trabalhadores pelo direito de desfrutar de cada canto da cidade de Uberlândia, a verdadeira luta pela garantia da sobrevivência, para além de representar apenas a luta por moradia, também se traduz na luta constante por trabalho, saúde, educação, lazer, transporte; enfim, uma série de serviços que, o crescimento urbano e o planejamento atribuído ao poder público, lhes foram negados.

Neste sentido, a cidade de Uberlândia – tal como pensa e defende a imprensa e a elite uberlandense – está bem distante de ser um espaço homogêneo, inerte e sereno. Ao contrário disto, Uberlândia pode ser definida como um local marcado por uma constante multiplicidade de processos sociais que se constituem, ao longo de todo o processo histórico, por ocasião das muitas experiências urbanas. Compreender toda esta dinâmica social, a partir dos inúmeros

⁴⁸ DIÊGOLI, Leila Regina. Prestes Maia e seus projetos de cenografia urbana. In: FENELON, Déa Ribeiro (org.). **Cidades**. PUC/SP. São Paulo: Ed. Olho d'Água, 1999, p. 38.

⁴⁹ ALMEIDA, Paulo Roberto de. Encantos e desencantos da cidade: trajetórias, cultura e memória de trabalhadores pobres de Uberlândia – 1970-2000. In: FENELON, Déa Ribeiro (et. al.). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Ed. Olhos d'água, maio/2004, p. 140.

problemas urbanos verificados – principalmente, aqueles retratados nas páginas do *Jornal Correio de Uberlândia* –, é o primeiro passo para se dar inteligibilidade a todo este território citadino.

Assim, o espaço da cidade de Uberlândia que aparece nas diferentes narrativas do *Jornal Correio* deixa de ser, tão somente, o espaço dos acontecimentos triviais, das ruas, das praças, das casas e dos carros, e passa a ser pensado e compreendido como um espaço singular onde a experiência social merece ser resgatada. Trabalhar nesta perspectiva incide na necessidade de se compreender, não apenas, como convivem no cotidiano urbano de Uberlândia – e são retratados nas páginas deste periódico –, as várias vivências que forjam o variado conjunto das relações sociais, mas principalmente, analisar o possível confronto existente entre o que se denomina *cidade ideal* (planejada) e *cidade real* (instituída).

Diante da possibilidade de compreensão de como o meio urbano é capaz de tecer tais relações, este trabalho leva em consideração as experiências e as memórias de um conjunto de trabalhadores próprios da cidade de Uberlândia como vendedores ambulantes, carroceiros, carrinheiros, flanelinhas, além daqueles que vivem – e sobrevivem – no meio urbano com a persistência da solidariedade alheia: os mendigos.

Em se tratando mais especificamente dos conceitos – *cidade ideal* e *cidade real* – considero importante destacar os estudos de Giulio Carlo Argan como uma das referências para se pensar as diferentes questões que envolvem os espaços urbanos das cidades e seus consecutivos problemas, a partir de uma concepção que propõe uma analogia recíproca entre arte e cidade.

Giulio Carlo Argan, considerado um dos mais expressivos historiadores da arte do século XX, em seu livro intitulado *História da arte como história da cidade*, não apenas aponta para a existência de um diálogo constante travado, ao longo do tempo histórico, entre arte e cidade, mas principalmente defende a idéia de ser a cidade um produto intrinsecamente artístico: “(...) ela não é apenas um invólucro ou uma concentração de produtos artísticos, mas um produto artístico ela mesma”.⁵⁰

Neste sentido, a cidade – evidentemente tal como toda obra de arte – traz em si um sentido para quem a fez, para quem a vive e, conseqüentemente, para aquele que a opera; em outras palavras, a cidade – entendida como uma realidade histórica, com conteúdo social e pluralidade de funções – deve sempre ser tratada e pensada como a obra de arte que de fato é: um objeto de estudo histórico-artístico, dotado de inúmeros sentidos e, inevitavelmente, um

⁵⁰ ARGAN, Giulio Carlo. **História da arte como história da cidade**. 5ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. 73.

elemento representativo do momento histórico em que foi construído.

Essa declaração de identidade e união entre arte e cidade, tal como reconhece Giulio Carlo Argan em sua obra, está diretamente ligada ao ponto de partida dos estudos deste autor, a saber, uma suposta relação entre *cidade ideal* e *cidade real*, ambas entendidas enquanto “(...) *pólos de uma dialética constante no interior da cidade histórica, melhor ainda, constitutivos da sua historicidade profunda (...)*”.⁵¹

Compartilhando com Argan a idéia de que “(...) *sempre existe uma cidade ideal dentro ou sob uma cidade real, distinta desta como o mundo do pensamento o é do mundo dos fatos*”⁵², é preciso dizer que a *cidade ideal* nada mais é do que um ponto de referência em relação ao qual se medem os problemas da *cidade real*, a qual pode ser concebida como uma obra de arte que, no decorrer de diferentes épocas, passa por inúmeras modificações, alterações, acréscimos, diminuições e/ou deformações na sua paisagem urbana.

Desta forma, pensar o desenho da “Uberlândia ideal” requer, antes de qualquer coisa, propor um valor de qualidade – praticamente imutável – à “Uberlândia real”. Em outras palavras, a “Uberlândia ideal”, mais do que um modelo a ser seguido, garante, de fato, que se realize, no interior da *cidade real*, por meio de certas “técnicas”, o valor de qualidade por vezes pretendido por diferentes grupos sociais.

Na prática, o que se percebe ao colocar em diálogo as diversas fontes – os noticiários do *Jornal Correio* em contraponto aos relatos dos sujeitos que experimentam esta relação diária com a cidade a partir de uma outra perspectiva, a da dominação e da exclusão – é que a maioria dos problemas sociais verificados na paisagem urbana de Uberlândia se deve, em grande parte, ao fato de que o informalismo da *cidade real* – em termos, a realidade vivida e perceptível em cada canto da cidade – em nada se aproxima do formalismo programático da *cidade ideal* – que é aquela cidade modelo, desejada, pensada e projetada nos seus mínimos detalhes.

Por certo, que a *cidade real* jamais corresponde às formas idênticas dos modelos ideais de cidade. Entretanto, sendo óbvio que a cidade é uma construção e que o ponto de partida de toda uma construção é a sua construtibilidade e o resultado de todo este processo, uma questão merece ser analisada: Quais seriam, de fato, os fatores que determinam as mudanças no interior de uma cidade? Ou melhor, não teriam estas transformações relação com uma incessante busca pela qualidade do espaço urbano?

No que se refere mais especificamente ao cotidiano da sociedade uberlandense cabe

⁵¹ Ibidem, p. 05.

⁵² Ibidem, p. 73.

ainda analisar: Em que medida é possível notar, na prática, a viabilidade do tão sonhado projeto de *cidade ideal* proposto pelos governantes da cidade de Uberlândia? Qual a contribuição da imprensa nesta busca constante pela perfeição, ou melhor, na construção desta “Uberlândia ideal”?

Na verdade, o que se nota na cidade de Uberlândia é que este projeto de *cidade ideal* por vezes se encontra ligado a um valor de qualidade que é representativo de certos grupos que pretendem, seja pela competitividade ou seletividade, seja pela gradualidade da máxima perfeição em detrimento do mínimo de problemas, ou, simplesmente, pela segregação da maioria dos sujeitos, impor uma imagem de cidade modelo muito distante da realidade vivida pelos seus habitantes.

Faz-se necessário, portanto, procurar compreender como, inevitavelmente, convivem e são disputados em um mesmo território citadino estes múltiplos projetos no cotidiano urbano de Uberlândia. De um lado, a presença de uma cidade indisciplinada, irracional, silenciosa, cativa, solidária, com estratégias próprias de sobrevivência que é “construída” pela maioria da população uberlandense. Em contraponto, a existência de uma cidade “codificada” e desejada, racional, disciplinada, ordenada, higienizada e civilizada, possível de ser concebida a partir de certas intervenções na sociedade uberlandense.

“Cidade Sonho” e “Cidade Real”: a normatização do espaço urbano pelo olhar da imprensa uberlandense.

(...) diferentes tipos de agregação social colocam de maneira diferente a relação de qualidade e quantidade e que não só a história da ideologia do poder, como também toda a vivência da sociedade e dos indivíduos constituem a mutável, mas sempre eloqüente imagem da cidade.⁵³

Na maioria das vezes, logo que se pensa em analisar o cotidiano da cidade de Uberlândia a partir das páginas e no noticiário do *Jornal Correio*, é bem provável que duas imagens de cidade possam parecer. A primeira imagem – a da *cidade real* – está diretamente ligada à cidade que é percebida pela maioria da população uberlandense que, por vezes, transita pelas principais ruas e avenidas do município: um espaço caótico, frenético, que por meio da defesa e legitimação de determinados projetos e ações públicas tende a excluir e a segregar os mais pobres e a “acolher” e privilegiar as classes mais abastadas. A outra imagem é a da “cidade sonho”, projetada, planejada ou, simplesmente, imaginada por trabalhadores

⁵³ Ibidem, p. 77.

urbanos, migrantes e não-migrantes, moradores do centro ou da periferia de Uberlândia: um espaço que se pretende acolhedor, urbanizado, pujante, próspero e livre de todos os problemas sociais.

De fato, se levarmos em conta estas observações é possível aferir que a “Uberlândia ideal” e a “Uberlândia real” existem concomitantemente disputando o mesmo espaço. Diferentes sujeitos, de diferentes classes, transitam pelos mais variados espaços urbanos, indo e vindo das áreas centrais à periferia de Uberlândia. Estes sujeitos, a sua maioria, pessoas que lutam para não permanecerem segregadas e apagadas – não necessariamente das manchetes dos jornais, das ruas, praças e principais avenidas de Uberlândia, mas sim da visibilidade pública – por vezes se encontram e se confrontam com uma elite dominante que tende a impor mudanças na sociedade uberlandense com o intuito de ratificar uma nova ordem urbana, distante do caos dos grandes centros.

Qual seria, então, o papel da imprensa uberlandense na construção desta nova ordem urbana? Qual a sua participação frente a este confronto diário, existente entre dominantes e dominados, pelos espaços públicos da cidade?

No diálogo com as evidências, se nos atentarmos aos aspectos pertinentes a história da cidade de Uberlândia, veremos que a imprensa uberlandense opera uma tarefa importante: a de “deformar” a realidade da sociedade uberlandense ou, simplesmente, a de escondê-la. Tal como os grupos dominantes da cidade – políticos, empresários, famílias tradicionais, entre tantas outras personalidades de destaque –, o *Jornal Correio de Uberlândia* se esforça para defender, nas suas páginas e noticiário, uma memória pretensamente oficial de cidade próspera e cheia de oportunidades para todos. Ao mesmo tempo, quando busca enfatizar a “Uberlândia real”, com seus problemas e dificuldades, o periódico age tal como os grandes grupos da cidade: mascara as desigualdades e injustiças sociais, delegando aos trabalhadores pobres a culpa pela sua condição de miserável.

Nos últimos anos, é comum notarmos em meio às narrativas do *Jornal Correio* uma tentativa de se convencer a população uberlandense sobre a necessidade de se colocar em prática, o quanto antes na cidade, um projeto de revitalização das áreas centrais do município. Todo este projeto, cuja iniciativa está assentada na tentativa de se solucionar supostamente os inúmeros problemas estruturais e sociais que se acumulam pelas ruas de Uberlândia, é destaque muitas vezes nas entrevistas concedidas pelo atual prefeito, Sr. Odelmo Leão Carneiro, à imprensa uberlandense.

Se os problemas estruturais e sociais que se acumulam hoje em Uberlândia

não forem resolvidos, não haverá formas de se equacionar a dinâmica do crescimento populacional versus carências de equipamentos públicos. É nisso que acredita o prefeito Odelmo Leão Carneiro. Por isso, ele diz trabalhar para resolver o hoje, tentando suprir carências que incomodam a população há anos. (...) “Estamos melhorando a vida do nosso cidadão agora, porque, se não fizermos isso no presente, não temos como garantir o futuro”, argumentou o prefeito.

Odelmo Leão não se cansa de visitar os bairros e detectar a carência de equipamentos públicos em muitos deles. “Temos um déficit populacional de 14 mil casas populares e já temos em andamento os processos necessários para a construção de 3 mil, vamos licitar 780 apartamentos no São Jorge e temos muita coisa sendo feita”, afirmou.

Ele defende o que desde a década de 80 já era proposto por pesquisadores da Universidade Federal de Uberlândia: que a cidade pare de crescer para a periferia e ocupe seus espaços vazios. Em vez de criar um conjunto habitacional fora do perímetro urbano, Odelmo Leão quer acomodar os novos moradores em espaços entre um e outro bairro, como no caso do residencial Jardim Célia. (...)

“Não podemos mais crescer para fora do perímetro urbano, precisamos aproveitar os equipamentos públicos que já existem”, disse o prefeito.

Ele acredita que somente com intervenções políticas e administrativas corretas poderá tornar a cidade mais agradável para quem nela vive hoje e, com isso, garantir que o crescimento gradativo que levará o Município a ter 1 milhão de habitantes possa vir acompanhado de um pouco mais de qualidade e bem menos carências.⁵⁴

De uma forma ou de outra, para além de pensar melhorias no plano arquitetônico e urbanístico da cidade, o prefeito de Uberlândia reconhece ser necessário propor mudanças para suprir certas “carências” que há anos incomodam a população uberlandense. Neste sentido, contornar ou solucionar estes possíveis “problemas” requer, necessariamente, projetar o futuro da cidade; um futuro que, na visão da elite uberlandense e da imprensa local, passa, não apenas, pelas diversas alternativas encontradas para diminuir os inúmeros problemas sociais, mas necessariamente, pela iniciativa de se retirar da visibilidade pública aqueles sujeitos – na sua maioria, trabalhadores informais, pobres e desempregados – apontados como os possíveis responsáveis por todo este caos.

Outro aspecto interessante de se notar nesta passagem do *Jornal Correio* é o fato do poder público de Uberlândia, por vezes, reconhecer a pobreza, a desigualdade e a injustiça social que milhares de pessoas experimentam sendo moradores da cidade. Neste sentido, a construção de uma memória oficial que pretende convencer parte da população sobre as ações positivas da prefeitura deve ser entendida como mais uma das estratégias adotadas pelo poder público municipal na tentativa de garantir a ordem e a dominação dessas classes menos

⁵⁴ Administração Pública. Odelmo prefere pensar no presente: Prefeito diz que intervenções são feitas para suprir carências herdadas. **Jornal Correio**. Especial 119 anos. Uberlândia, 31/08/2007, p. 04.

favorecidas. Assim sendo, não é de se espantar que, na fala do prefeito de Uberlândia, as carências e desigualdades sociais – típicas do sistema capitalista de produção – apareçam como pequenos desvios da ordem – diga-se de passagem, “bem sucedida” – que estes dirigentes políticos tanto defendem e reproduzem.

Estes e outros motivos, por certo, são elementos que nos levam a considerar os possíveis fatores que desencadearam as campanhas de valorização e remodelação das áreas centrais de Uberlândia. Sobre o pretexto de transformar a cidade em um local muito mais “agradável” para se viver, a elite uberlandense, os políticos locais e a própria imprensa procuram esconder a real natureza de suas ações: retirar de cena todos aqueles trabalhadores que insistem em fazer das ruas o seu espaço de sobrevivência.

O centro de Uberlândia reúne a maioria dos problemas urbanísticos enfrentados por grandes cidades: trânsito caótico, muito barulho, calçadas e praças ocupadas por vendedores ambulantes, falta de vagas para estacionamento. Pessoas idosas, com carrinho de criança ou com deficiência física ou visual são as mais prejudicadas. Várias medidas foram adotadas pela Prefeitura com a intenção de amenizar os problemas, mas as reclamações da população persistem. O prefeito Odelmo Leão pretende lançar uma nova proposta de reestruturação ainda esta semana. A intenção é contratar uma empresa especializada para levantar as necessidades de intervenção e apontar soluções (...).⁵⁵

Mas, como retirar de cena estes trabalhadores pobres sem, contudo chamar a atenção da população uberlandense? O que fazer com estes sujeitos que tanto incomodam o poder público?

De uma forma ou de outra, é possível notar ao longo da história de Uberlândia que a “cidade sonho”, idealizada pela elite uberlandense e endossada pelo *Jornal Correio*, vem sendo concebida a partir destes múltiplos projetos públicos que visam, não somente, apresentar novos planos para o traçado urbanístico do município, mas também, novas formas de ocupação do espaço, dos serviços da cidade e, conseqüentemente, de normatização da vida dos trabalhadores da urbe.

Todavia, é preciso dizer que esta “cidade sonho”, distante do que se possa imaginar, não é objeto de desejo apenas da elite uberlandense que, como sabemos, almeja elevar à cidade de Uberlândia à categoria de modelo de desenvolvimento e progresso para toda a região e adjacências. A cidade de Uberlândia é sonho na medida em que é cobiçada, diariamente, por todos aqueles que buscam, não somente, o direito de pertencer e de desfrutar

⁵⁵ Prefeitura retoma planos de reorganizar a área central. **Jornal Correio**. Capa. Uberlândia, 01/07/2007.

o espaço citadino, mas também a possibilidade concreta de trabalho, a chance da casa própria, a construção de uma vida digna e livre de privações; em outras palavras, a “cidade sonho” é desejada por todos aqueles trabalhadores que, de alguma maneira, compõem o território citadino, sejam os grupos dominantes ou, simplesmente, a parcela menos privilegiada da sociedade uberlandense que disputa, negocia e ocupa os diversos espaços da cidade na busca pela realização de seus próprios projetos.

Vejamos abaixo, neste trecho extraído do *Jornal Correio*, como os trabalhadores elaboram expectativas diversas sobre o que seja viver na cidade de Uberlândia.

Debaixo da ponte sobre o rio Uberabinha, o grupo de sem-teto com 11 integrantes sobrevive com a ajuda de doações. “Até a nossa panela é esse balde aí”, aponta para fogueira já apagada. O almoço desta segunda-feira foi um macarrão requentado. (...) Eles contam que nunca tiveram a oportunidade de morar em uma casa de alvenaria. “O meu teto sempre foi o céu. É o melhor que eu achei até hoje”, define José Carlos Medeiros da Silva. “A minha vida foi sempre assim. O meu sonho é ter um lugar para morar com a minha família. Mas eu nem consigo me aposentar”, reclama, contando que já trabalhou na Ceasa. (...) Sob o concreto da obra-de-arte, evidentemente, não há banheiro. Por isso, todos são obrigados a tomar banho no rio Uberabinha, em um trecho do leito onde o mau cheiro da poluição é facilmente percebido.⁵⁶

De uma forma ou de outra, são muitas as dificuldades e privações enfrentadas por cada um dos trabalhadores que hoje vivem na cidade de Uberlândia. Ainda assim, apesar dos inúmeros problemas da “Uberlândia real”, estes sujeitos têm sonhos e muitos projetos a serem alcançados na “Uberlândia ideal”: o sonho da casa própria, de ter comida na mesa, as mínimas condições de higiene e segurança, e em específico, de conseguir a aposentadoria. Esse é o projeto de vida do Sr. José Carlos Medeiros da Silva, mas, evidentemente, é o sonho de tantos outros moradores da cidade de Uberlândia, bem como, de tantas outras cidades brasileiras; por certo, é neste contexto que estes sujeitos, para além de experimentar o que seja viver e trabalhar em Uberlândia, procuram elaborar a sua própria visão de cidade.

Como é possível notar, as categorias *cidade real* e *cidade ideal* não são conceitos fechados em si, nem sequer, exclusivos de uma única classe social. A *cidade ideal* – mas do que um modelo propriamente dito – é um exemplo de adequação da *cidade real*, ou seja, uma necessidade de “ajuste” do espaço público a uma profunda mudança histórica; uma mudança que, como sabemos, não provém de algo puramente estético, mas sim de uma necessidade

⁵⁶ Falta de moradia faz da rua o lar de muita gente. Maior problema é fazer com que os moradores tenham onde se instalar. **Jornal Correio**. Caderno Cidade. Uberlândia, 28/08/2007, p. B1.

verificada pelos diversos grupos sociais, sejam eles dominantes ou dominados, de determinar certos lugares (e não outros) no espaço da cidade de Uberlândia e, principalmente, de garantir o seu direito de circular pelas ruas e avenidas sem que isto seja algo estritamente proibido.

O objetivo, então, é identificar e analisar estes meandros existentes nas relações sociais constituintes da paisagem urbana de Uberlândia. Em meio a todo este cenário, cresce a necessidade de entender os diferentes modos de viver, de morar, de lutar e de trabalhar destes trabalhadores uberlandenses que, com suas experiências, são capazes de deixar marcas na cidade; marcas estas que se modificam no decorrer do tempo histórico e que, sem sombra de dúvida, traduzem a maneira como os diferentes grupos sociais se relacionam.

Torna-se necessário, portanto, pensar estes acontecimentos que marcam o cotidiano da cidade de Uberlândia por um outro ângulo. É preciso reconhecer que esta luta, eminente em cada canto da cidade, é, antes de tudo, social. Uma luta que se concretiza, de forma desigual, por meio de ações políticas capazes de instituir projetos e campanhas voltados para controlar, submeter, coibir e regulamentar o cotidiano destes sujeitos menos favorecidos.

É importante perceber que esta luta social, que se verifica nas ruas de Uberlândia, passa a ser determinada por uma série de interesses hegemônicos que são capazes de impor, a um determinado segmento da população, um estilo de vida em detrimento de outro. A idéia de pertencimento para estes sujeitos sociais, que tem como referência a cidade, começa a perder forças na medida em que uma nova concepção de cidade – baseada na ratificação de um modelo ideal de urbanização e civilidade – ocasiona a expulsão e a retirada desta população carente das áreas mais privilegiadas pelo poder público.

O problema, entretanto, tende a se tornar mais complexo na medida em que percebemos que todo este processo de (re)construção e adequação espacial da cidade de Uberlândia, o mesmo que por hora tem provocado o desenraizamento de certos trabalhadores das principais áreas do município, é resultado da ação de certos grupos – constituídos, na maioria das vezes, pelas famílias ricas e influentes da cidade, pelos grandes empresários e investidores, alguns políticos, juízes, promotores e policiais – que constroem sua própria visão de cidade. O embate de forças existentes entre a *cidade real* e a *cidade ideal* faz-se mais visível, a partir deste instante, quando uma classe específica – a elite dominante e dirigente – procura tornar sua própria leitura de cidade à única lícita e possível.

A questão é: Até que ponto, a imprensa uberlandense é capaz de colaborar com este projeto pretendido pelos grupos dominantes? Afinal de contas, que imagem de cidade é esta que prevalece nas páginas do *Jornal Correio*? Será a imagem da “cidade sonho”? Ou, será a imagem da “Uberlândia real”, com os seus inúmeros problemas?

A imagem de Uberlândia que emerge aos olhos dos leitores do *Jornal Correio* é, por vezes, a imagem de um espaço, um tanto quanto, ambíguo. De um lado, são comuns as matérias enaltecendo o mito da cidade sedutora, acolhedora, próspera e rica; por outro, são freqüentes as reportagens que, a todo o momento, demonstram ser a “Uberlândia real” um espaço caótico e desordenado, marcado por conflitos, reclamações, protestos e reivindicações por parte dos habitantes da cidade. Esta “Uberlândia real”, experimentada pela maioria dos trabalhadores pobres e miseráveis, aparece como um espaço em constante adequação, não somente, por ocasião das políticas públicas de normatização e regulamentação dos espaços, mas sim por ser um local em constante construção.

É preciso, entretanto, ter sempre em mente que o espaço urbano das cidades – e isso não poderia ser diferente com o que se verifica na cidade de Uberlândia – se constitui a partir de relações sociais desenvolvidas em um terreno compartilhado, notoriamente, marcado por resistências, tensões e pelo exercício do poder. Neste sentido, ao pensar a cidade de Uberlândia é preciso considerar que todo este espaço, de uma forma ou de outra, está impregnado de memórias, significações e expectativas que se constroem e se intensificam em meio a um constante embate de forças.

A questão que permeia toda esta discussão, principalmente no que se refere ao papel que a imprensa assume nos dias de hoje na cidade de Uberlândia, está relacionada a uma determinada concepção de cidade que tem articulada em si uma noção de vida urbana. Impor um estilo de vida e uma imagem de cidade em detrimento de outros implica em negar os anteriores e, conseqüentemente, ratificar um tipo específico de urbanização que, tal como é o caso de Uberlândia, tende a erradicar a população pobre das áreas centrais da cidade e de seus modos de vida.

Se levarmos em consideração o conteúdo das diversas matérias do *Jornal Correio*, veremos que todo este processo urbanístico de remodelação das áreas centrais de Uberlândia, longe de transformar somente a materialidade da cidade, traz consigo uma nova forma de operar os inúmeros conflitos urbanos. A cidade, neste aspecto, surge aos olhos da imprensa, dos urbanistas e dos dirigentes políticos como o espaço privilegiado para o domínio da técnica e o exercício da normatização dos modos de viver dos seus moradores. A “regeneração” do espaço urbano de Uberlândia permitiria, portanto, para estes grupos dominantes – políticos, empresários, investidores e famílias tradicionais da cidade – a possibilidade concreta de instauração de um “novo modo de vida”, livre dos “vícios” do passado e dos “entraves” do progresso.

A Prefeitura de Uberlândia contratou um estudo (...) de requalificação do Centro da cidade. “Vivemos o presente construindo o futuro”, argumenta o secretário de Turismo (...). Ele lembra que a cidade tem um funcionamento único e precisa ser vista como um ser vivo (...). Se o comportamento dos cidadãos muda, a cidade muda junto e precisa de intervenções que levem à integração das pessoas que residem nos bairros e circulam pelo Centro. (...) São pessoas que trabalham (...), que usam os serviços viários ou que fazem suas compras. Não deixar este espaço deteriorar é um dos desafios da Prefeitura, que estuda a possibilidade de (...) adequações diversas para que a locomoção pelo Centro seja fácil e prazerosa.⁵⁷

Justamente por considerar a paisagem urbana de Uberlândia um espaço marcado por múltiplas tensões é que se torna importante lidar com as narrativas do *Jornal Correio* sobre os acontecimentos e fatos marcantes da realidade social da cidade, não apenas, na tentativa de desvendar as diversas razões por trás dos muitos projetos de intervenção urbanística tão em voga nos últimos anos, mas principalmente, como forma de considerar os possíveis desdobramentos advindos dos mesmos nos modos de vida e de trabalho da população uberlandense. Neste sentido, pensar os inúmeros projetos públicos a partir das páginas deste periódico requer, antes de tudo, um esforço constante de pensar a coletividade, representada a partir das relações estabelecidas entre os diferentes sujeitos, como resultado de normas legais estabelecidas pelos poderes públicos, por modelos de comportamentos formais, pela regulamentação da vida e do trabalho e, conseqüentemente, pela manutenção do anonimato da maioria dos seus trabalhadores.

Não se pode negar que, nos últimos anos, as relações de convívio social verificadas na cidade de Uberlândia passam por processos significativos de mudanças ocasionadas, em grande parte, pelo aumento considerável da população uberlandense, fruto por vezes dos altos índices de migração observados na região. Por certo, se considerarmos todo este crescimento populacional como sendo resultado direto das trocas migratórias, veremos que a imprensa tem papel fundamental neste processo.

Não é de se espantar que o número de pessoas vindas para Uberlândia – atraídas pelas possibilidades de trabalho e oportunidades outras de vida – cresça na mesma proporção em que crescem também determinadas reportagens na imprensa local que buscam defender o mito da cidade sedutora – “*Cai índice de violência em relação a 2006*”, “*Projetos minimizam falta de moradia para carentes*”, “*Município investe 30% do orçamento na saúde pública*”, “*Uberlândia emprega mais que a média brasileira*”, “*Prefeito garante 3,3 mil casas até o*

⁵⁷ Centro da cidade será requalificado: Projeto inclui a abertura de novos estacionamento e garagens verticais. **Jornal Correio**. Especial 119 anos. Uberlândia, 31/08/2007, p. 11.

fim do ano”⁵⁸, são exemplos de algumas matérias publicadas no *Jornal Correio* que, querendo ou não, colaboram para fazer de Uberlândia um local na preferência dos trabalhadores pobres e miseráveis que anseiam por garantir melhores condições de vida.

Desde a década de 80, quando foi divulgada nacionalmente como o “Eldorado do Brasil”, Uberlândia se firmou como terra de oportunidades, atraindo gente de todo o País, principalmente para trabalho e estudo. Pesquisa que acaba de ser realizada pelo Instituto Nexus, em parceria com o CORREIO de Uberlândia, indica que apenas 38,8% da população nasceu na cidade. Dos habitantes que vieram de fora, 90,3% se consideram cidadãos uberlandenses, menos da metade mantêm vínculos com a cidade natal e 34,4% nunca mais voltou às origens. “Além de oportunidades de trabalho, Uberlândia têm mais opções de lazer”, avalia o empresário Bruno Ribeiro Ferreira, que nasceu em Ituiutaba e mora em Uberlândia há sete anos. O pastor Ary Scates, que veio dos Estados Unidos e já morou em Campinas e Brasília, afirma que tem orgulho de dizer que é cidadão uberlandense e que considera a cidade organizada, limpa e bonita.⁵⁹

A situação, por vezes, é intrigante. Ao mesmo tempo em que o *Jornal Correio* divulga, nos seus cadernos, suplementos e seções, reportagens contendo informações voltadas para enaltecer o crescimento de Uberlândia, seu progresso, suas riquezas; por vezes, este mesmo periódico faz de suas páginas um instrumento público para questionar a vinda, a presença e a permanência de certos sujeitos na cidade – aqueles mesmos sujeitos que por hora este mesmo jornal, ao divulgar a campanha da “cidade sonho”, atraiu.

“Não tem emprego para todo mundo. Em 2001 a taxa de desemprego era de em torno de 12,5% e acredito que esse número não tenha alterado tanto”,

⁵⁸ Ver: Qualidade de vida na melhor idade. Condomínio terá 24 unidades para abrigar idosos em situação de abandono. **Jornal Correio**. Caderno Cidade. Uberlândia, 14/06/2007, p. B1; Cai índice de violência em relação a 2006. **Jornal Correio**. Caderno Cidade. Uberlândia, 15/08/2007, p. B3; Projetos minimizam falta de moradia para carentes. **Jornal Correio**. Caderno Cidade. Uberlândia, 17/08/2007, p. B1; Uberlândia terá 1 milhão de habitantes em 2020. Cidade tem mais de 600 mil moradores e cresce 3,5% ao ano. **Jornal Correio**. Capa. Uberlândia, 31/08/2007; Uberlândia no curso do seu destino. Posição estratégica justifica ocupação e pujança alcançada pelo município. **Jornal Correio**. Caderno Cidade. Uberlândia, 31/08/2007, p. B1; Cidade cresce mais que a média brasileira. UFU prevê taxa de crescimento da população local de 3,5% ao ano. **Jornal Correio**. Especial 119 anos. Uberlândia, 31/08/2007, p. 03; Município investe 30% do orçamento na saúde pública. Hospital municipal terá 250 leitos, mas com capacidade de dobrar de atendimento. **Jornal Correio**. Caderno Especial. Uberlândia, 31/08/2007, p. 20; Emprego formal será recorde em 2007. **Jornal Correio**. Caderno Economia. Uberlândia, 15/09/2007, p. A6; Terra da oportunidade, cidade seduz forasteiros, Imigrantes se consideram tão uberlandenses quanto os nativos. **Jornal Correio**. Caderno Cidade. Uberlândia, 02/12/2007, p. B3; Uberlândia. Trabalho formal tem saldo positivo de 9,2 mil vagas. Áreas de serviços e comércio foram as que admitiram mais trabalhadores. **Jornal Correio**. Caderno Economia. Uberlândia, 10/01/2008, p. A4; Programa Habitacional. Prefeito garante 3,3 mil casas até o fim do ano. **Jornal Correio**. Caderno Cidade. Uberlândia, 12/01/2008, p. A3; Cai número de pedintes nas ruas. **Jornal Correio**. Caderno Cidade. Uberlândia, 15/02/2008, p. B3; Uberlândia emprega mais que a média brasileira. Mais de 65% da população ativa economicamente está no mercado. **Jornal Correio**. Caderno Economia. Uberlândia, 09/03/2008, p. A6.

⁵⁹ Terra da oportunidade, cidade seduz forasteiros. Imigrantes se consideram tão uberlandenses quanto os nativos. **Jornal Correio**. Caderno Cidade. Uberlândia, 02/12/2007, p. B3.

revelou Luiz Bertolucci Junior. Além disso, ficam sobrecarregados também o mercado imobiliário – devido à grande procura por moradia –, o sistema de saúde e o sistema educacional (...). O economista acredita que todos estes fatores são desafios e dificuldades (...) para as pessoas que chegam e para as pessoas que são daqui.⁶⁰

Tal como é possível perceber acima, ao narrar os acontecimentos e fatos característicos da cidade de Uberlândia, o *Jornal Correio* por vezes se contradiz a respeito da realidade social vivida pelos trabalhadores uberlandenses, principalmente, no que se refere ao mito da cidade sedutora. À tentativa de se afastar da cidade de Uberlândia aqueles mesmos trabalhadores que, em certo momento, o próprio *Jornal Correio* atraiu, soma-se, mais uma vez, a necessidade de se retirar de cena, o quanto antes, todos os trabalhadores pobres e desempregados que por hora circulam pelas ruas da cidade, sem ter onde viver e, muito menos, como se sustentar.

Diante destas considerações, é possível afirmar que o problema de determinados grupos que compõem a sociedade uberlandense já não é mais referente à vinda destes trabalhadores para o município. A questão, que tanto incomoda toda a classe dirigente da cidade e a imprensa local, se refere exclusivamente à “parcela de contribuição” dada por cada um destes trabalhadores para que, efetivamente, o mito do “Eldorado”, o suposto projeto de crescimento e progresso de Uberlândia, com vista à idealização e “embelezamento” das áreas centrais da cidade, possa ser colocado em prática – apesar de sabermos que estes trabalhadores são fundamentais para a realização do mesmo projeto, uma vez que, várias destas pessoas são responsáveis pelo trabalho “duro” na construção civil, no comércio da cidade e na prestação de serviços diversos.

Toda esta discussão referente ao direito destes trabalhadores de pertencer, ou não, à cidade de Uberlândia, por vezes, pode ser notado por meio de algumas reportagens publicadas na imprensa da cidade. É o caso, por exemplo, de uma das matérias de capa do *Jornal Correio* – cujo título é “*Uberlandinos amam Uberlândia*” – que visa, não apenas, chamar a atenção para o número de trabalhadores migrantes na cidade, mas principalmente, atentar a população uberlandense para a parcela de contribuição dada por cada um dos bem sucedidos “uberlandinos”⁶¹ para o município.

⁶⁰ Cidade cresce mais que a média brasileira. UFU prevê taxa de crescimento da população local de 3,5% ao ano. **Jornal Correio**. Especial 119 anos. 31/08/2007, p. 03.

⁶¹ O termo “uberlandino”, criado pelo jornalista Luiz Fernando Quirino durante a década de 1970, refere-se aos milhares de sujeitos que, por vontade própria, saíram de suas cidades de origem para fixar residência no município de Uberlândia. Na prática, são aqueles moradores do município que acabaram, assim como Quirino, “(...) ‘adotando’ Uberlândia de coração e sentindo-se verdadeiros uberlandenses (...)”. Em matéria publicada pelo *Jornal Correio de Uberlândia*, em dezembro de 2007, o filho de Luiz Fernando Quirino, o também

O significado da palavra Uberlândia diz tudo: “terra fértil”. E os uberlandinos que o digam. Conhecida como o “Eldorado do Brasil” na década de 1980, termo sustentado por uma reportagem em uma revista de circulação nacional, a cidade triangulina firmou-se como uma terra de oportunidades. Essa realidade pode ser constatada com o aumento do número de pessoas que, de lá pra cá, fixaram residência no município. O pastor americano Ary Scates, por exemplo, está em Uberlândia há 37 anos. Os motivos que o levaram a escolher a cidade para abrir seu próprio negócio no Brasil foram exatamente estes. Depois de inaugurar uma escola de inglês e, posteriormente, uma comunidade cristã, ele se sente à vontade para dizer que se considera um uberlandense de coração. “Aqui é meu lar”, confirmou.⁶²

De uma forma ou de outra, não se pode negar que o *Jornal Correio*, ao comprar a ideia defendida pela elite uberlandense, assume uma postura de destaque na divulgação e na legitimação de todo este empreendimento que visa fazer da cidade de Uberlândia o “Eldorado do Brasil”. Neste sentido, a imprensa uberlandense, para além de ratificar uma imagem de cidade sedutora e acolhedora, procura atentar a população para o fato de que não são todos os trabalhadores migrantes que vivem na pobreza, ou que, necessariamente, moram nas ruas de Uberlândia; ao contrário, existem sim na cidade muitas pessoas vindas de várias partes do país que afirmam ser o município, não apenas, um dos melhores lugares para se viver, mas também, um ambiente próspero e repleto de oportunidades para todos.

O empresário Bruno Ribeiro Ferreira nasceu em Ituiutaba, mas mora em Uberlândia há sete anos. Ele veio fazer Faculdade de Ciências Contábeis e hoje, com uma empresa na área de computadores instalada no bairro Roosevelt, ele nem cogita a possibilidade de voltar para sua cidade natal. “Me considero um uberlandense. A cidade é muito melhor para se viver. Além de mais oportunidades de trabalho (...)”, justificou. (...) a jornalista Dayana Liz de Souza Teixeira, 25 anos, (...) grávida de seis meses (...), alega que a cidade tem tudo que precisa, mais oportunidades de emprego e escolas melhores para a formação de Lorenzo, que vem aí.⁶³

É interessante notar como, por meio de certas reportagens, o *Jornal Correio* procura defender uma memória de cidade próspera; neste caso, uma imagem muito próxima daquela apresentada pelos grupos dominantes de Uberlândia. Perceba que, a imprensa uberlandense não somente busca mostrar uma cidade cheia de oportunidades para seus habitantes – com

jornalista Maurício Ricardo, afirma que seu pai “(...) cunhou a palavra ‘uberlandino’ como sinônimo de alguém que é um ‘verdadeiro uberlandense’ em espírito, mas nasceu em outra cidade”. Ver: Como nasceu a expressão: Uberlandense ou uberlandino? **Jornal Correio**. Caderno Cidade. Uberlândia, 02/12/2007, p. B3.

⁶² Terra da oportunidade, cidade seduz forasteiros. Imigrantes se consideram tão uberlandenses quanto os nativos. **Jornal Correio**. Caderno Cidade. Uberlândia, 02/12/2007, p. B3.

⁶³ Ibidem.

sujeitos de sucesso colaborando com o crescimento e o progresso do município –, mas também como ela deixa transparecer no seu discurso certa incapacidade por parte daqueles trabalhadores que, porventura, estão passando por dificuldades financeiras.

Neste caso, em específico, fica evidente que o *Jornal Correio* compra o discurso da elite uberlandense e do poder público ao afirmar ser o desemprego e a ausência de oportunidades mera questão de desqualificação individual, falta de aptidão, fracasso ou má vontade dos indivíduos; tentando, a todo instante, convencer a maioria da população uberlandense da ideia de culpa e de responsabilidade sobre cada um dos trabalhadores que atualmente vivem na cidade em situação de miséria, na condição de excluídos, de seres degradados pelas ruas, sobrevivendo da solidariedade alheia por meio da doação de esmolas.

A questão é: Será, de fato, possível considerar que todo este caos social verificado em Uberlândia é produto direto de uma “incapacidade” individual? E, partindo deste pressuposto, será que todos os trabalhadores “competem” de igual para igual na sociedade uberlandense? Será que, na prática, para estes sujeitos são dadas às mesmas chances e condições para se viver e trabalhar em Uberlândia?

O fato é que, esta maneira peculiar do poder público de Uberlândia e do *Jornal Correio* de separar os trabalhadores uberlandenses em seres “úteis” e “supérfluos” para a sociedade, é capaz sim de influenciar ações públicas de intervenção na paisagem urbana, ditar regras, moldar formas de agir e pensar, construir novos sentidos e interpretações para o presente vivido na cidade.

Por este motivo é que a normatização e a regulamentação dos espaços públicos tornam-se temas cada vez mais freqüentes na pauta de discussão da Prefeitura Municipal. Demandas relacionadas à moradia, saúde, transporte e trabalho quando aparecem nas páginas do *Jornal Correio*, evidenciam, não necessariamente, uma preocupação do poder público em relação a estas questões; mas ao contrário disso, escondem uma necessidade de se manter cada sujeito no seu respectivo lugar, dividindo os espaços e os serviços públicos entre territórios “legais” e “não-legais” para se viver e usufruir.

Disputando memórias e espaços sociais: trabalhadores pobres da cidade de Uberlândia.

No início do ano de 2008, a Prefeitura Municipal de Uberlândia assinou um contrato para a elaboração de um projeto de requalificação da área central e bairros adjacentes. A

possível revitalização e requalificação destas áreas específicas da cidade, cuja proposta está assentada numa tentativa de “humanização” do centro de Uberlândia, assume local de destaque entre as principais ações públicas apresentadas pelo prefeito, Odelmo Leão Carneiro.

Visando garantir que todos os setores da sociedade uberlandense possam contribuir com a elaboração deste projeto, o prefeito da cidade de Uberlândia criou a *Comissão do Projeto de Requalificação da Área Central e Fundinho* (Comac), constituída pela Associação Comercial e Industrial de Uberlândia (Aciub), Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), Conselho de Entidades Comunitárias (CEC), Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg), Fundação Maçônica, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Sindicato Rural de Uberlândia (SRU) e outras entidades representativas e inerentes ao processo.⁶⁴

A Prefeitura de Uberlândia, por meio das secretarias municipais de Planejamento Urbano e Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico e Turismo, apresentou (...) as propostas do Projeto de Requalificação do Centro e Fundinho Integrados aos Bairros. O objetivo do projeto é imprimir nova dinâmica na vida cotidiana da região, priorizando a humanização e a requalificação dos seus espaços, de forma a proporcionar qualidade de vida aos cidadãos e identidade à paisagem urbana. A proposta visa também preservar e valorizar o patrimônio edificado e o tombado, dentro do perímetro de abrangência.

Segundo o prefeito Odelmo Leão, (...) “Este é um projeto amplo, que vem sendo elaborado há mais de um ano, com pesquisas técnicas científicas e que tem como objetivo final melhorar a qualidade de vida da população de Uberlândia e finalizar essa interligação tão importante centro-bairro”, ressalta. Para a coordenadora da equipe interdisciplinar que elaborou o projeto, Ana Maria Schmidt, o trabalho foi realizado em função das especialidades da história e das características urbanistas e culturais de Uberlândia. (...) Entre as benfeitorias, o projeto contempla a ampliação de calçadas; criação de canteiros; piso elevado com redutor de velocidade, para ampliar a acessibilidade; iluminação no nível dos pedestres; arborização; implantação do sistema cicloviário e de estacionamentos; valorização de pontos turísticos, culturais, praças e largos; mobiliário urbano e comunicação visual.⁶⁵

Para o secretário municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo de Uberlândia, Sr. Dílson Dalpiaz Dias – presidente da *Comissão do Projeto de Requalificação da Área Central e Fundinho* (Comac) –, todo este projeto contribui, não apenas, com a “qualidade de vida” da população uberlandense, mas principalmente, para “fortalecer o desenvolvimento

⁶⁴ Ver: Prefeito assina contrato para requalificação do centro. **Portal da Prefeitura de Uberlândia**. Agência de Notícias, janeiro de 2008. Disponível em: < <http://www.uberlandia.mg.gov.br/noticia.php?id=1538> >. Acesso em: 12 abr. 2010.

⁶⁵ Prefeito apresenta projeto de Requalificação do Centro e Fundinho Integrados aos Bairros. **Portal da Prefeitura de Uberlândia**. Agência de Notícias, novembro de 2008. Disponível em: <<http://www.uberlandia.mg.gov.br/noticia.php?id=2546>>. Acesso em: 12 abr. 2010.

econômico e ampliar os atrativos turísticos da cidade”.

A questão é: De qual população estamos falando? Será a população uberlandense como um todo ou, simplesmente, aquela parcela restrita da sociedade que por anos se privilegia do acesso irrestrito a todas as áreas da cidade? Será, de fato, que o secretário Dilson Dalpiaz, quando se refere “a qualidade de vida da população uberlandense”, está realmente preocupado com a forma com que a maioria os trabalhadores pobres e carentes da cidade estão vivendo?

Na realidade, ao lidar com as evidências referentes a este projeto de revitalização do centro urbano de Uberlândia a partir de algumas reportagens do *Jornal Correio*, foi possível constatar que toda esta suposta preocupação com a qualidade de vida dos moradores da cidade e, necessariamente, com a preservação e valorização da paisagem urbana do município não é algo exclusivo da administração do prefeito Odelmo Leão. Ao contrário, percebe-se que toda esta discussão é fato corriqueiro no cenário político de Uberlândia, a saber, as diversas propostas e projetos implementados em administrações passadas no sentido de melhor adequar o espaço urbano às necessidades da sociedade de sua época.

Depois de vários anos e muitas promessas, o pontapé inicial para a requalificação da área central de Uberlândia foi dado (...) pelo prefeito Odelmo Leão (...).

A requalificação do centro foi promessa de vários ex-prefeitos de Uberlândia. A discussão começou com o governo de Paulo Ferola, mas foi na época da inauguração do Terminal Central, no mandato de Virgílio Galassi, que o assunto ganhou maior destaque. Na gestão Zaire Rezende (PMDB), algumas mudanças começaram de fato com modificações na Avenida João Pinheiro, que ganhou canteiros e calçadas com piso tátil.⁶⁶

De uma forma ou de outra, em meio aos fatos e acontecimentos narrados pelo *Jornal Correio*, é possível notar que toda a preocupação do poder público de Uberlândia ao propor um projeto de requalificação e valorização dos espaços urbanos da cidade, imprimindo uma “nova dinâmica” na vida cotidiana da região, está centrada na tentativa de suprir uma série de problemas ou carências sociais que incomodam a população uberlandense há alguns anos. Neste sentido, pelo menos na visão dos dirigentes uberlandenses, contornar ou solucionar estas possíveis carências requer, necessariamente, moldar uma “nova identidade” à paisagem urbana de Uberlândia, eliminando todos os fatores – e, necessariamente, todos aqueles sujeitos – que, porventura, possam colocar em risco à ordem, o desenvolvimento e o

⁶⁶ PMU prepara a licitação para melhoria do Centro. Vencedor terá oito meses para criar novo perfil para a região central. **Jornal Correio**. Caderno Política. Uberlândia, 15/08/2007, p. A3.

crescimento da cidade.

Vendedores ambulantes por toda parte; poluição visual saltando aos olhos de transeuntes e motoristas e muito barulho; desorganização no trânsito, em que motociclistas, carros de passeio, ônibus, caminhões e até carroças dividem o mesmo espaço; falta de vagas para estacionamento público e, não raramente, veículos particulares estacionados em locais reservados a aqueles que transportam valores, por exemplo. Esta é uma situação rotineira no centro de Uberlândia, que requer mudanças há muitos anos.

Uma série de medidas isoladas já foi adotada para amenizar as distorções entre a estrutura e as demandas geradas pelo crescimento urbano.

No entanto, a solução definitiva, ou pelo menos mais abrangente e duradoura, ainda deve demorar. (...)

Ao contrário de muitas cidades brasileiras que têm centros abandonados e, por isso, precisam ser revitalizados, em Uberlândia o desafio das autoridades é adequar as estruturas físicas às demandas de milhares de pessoas que se convergem diariamente para a região central, que concentra o comércio, prestação de serviços e as agências bancárias.⁶⁷

Levando-se em consideração este trecho extraído do *Jornal Correio* é possível perceber que, para a elite uberlandense e a imprensa, a “Uberlândia real” aparece como um cenário de completo caos e desordem: trabalhadores informais, os chamados camelôs, espalhados por toda parte da cidade; poluição visual saltando aos olhos de transeuntes e motoristas; uma desorganização constante no trânsito, em que motociclistas, carros de passeio, ônibus, caminhões e até carroças dividem o mesmo espaço; pedintes nas praças e principais esquinas do centro; enfim, são problemas comuns aos grandes centros que necessitam, o mais rápido possível, de uma solução.

Terça-feira, 14h50. Pedestres apressados caminham pelas calçadas, “driblando” os obstáculos no Centro de Uberlândia. Outros atravessam as ruas em locais impróprios, em meio aos veículos que enfrentam um trânsito lento. (...) O cenário é típico dos dias úteis naquela região da cidade (...).

Ao contrário de muitas cidades brasileiras que têm centros abandonados e, por isso, precisam ser revitalizados, em Uberlândia os desafios das autoridades é adequar a estrutura física às demandas de milhares de pessoas que se convergem diariamente para a região central, que concentra o comércio, a prestação de serviços e as agências bancárias. (...)

A principal queixa quanto às deficiências do Centro está relacionada ao trânsito e à mobilidade de pedestres. Nove em 10 pessoas ficam irritadas com a falta de vagas de estacionamento ou com a obstrução dos espaços públicos por vendedores ambulantes, placas de propaganda, entre outros obstáculos. (...) “Deveria-se melhorar o conjunto todo. Encontrar vagas para estacionar, por exemplo, é complicado. Os camelôs nas calçadas também atrapalham a circulação e investimentos em segurança são essenciais”,

⁶⁷ Crescimento Urbano. Região central exige reestruturação: Odelmo Leão pretende lançar projeto que visa apontar soluções nesta semana. **Jornal Correio**. Caderno Cidade. Uberlândia, 01/07/2007, p. B1.

argumenta Lana Márcia de Paula Oliveira, moradora da cidade de Uberlândia.⁶⁸

O que se percebe na história da cidade de Uberlândia, principalmente na constituição do espaço urbano do município, é que toda esta política de regulamentação das áreas centrais da cidade se transforma, gradativamente, em uma tentativa de normatização dos hábitos de viver e trabalhar de cada um dos seus habitantes. Dessa forma, ao passo que os trabalhadores pobres procuram seguir suas vidas, encontrando novas alternativas de moradia e trabalho em Uberlândia – muitos como vendedores ambulantes, carroceiros, catadores de papel e flanelinhas – políticos, urbanistas e engenheiros lhes impõem, em nome do progresso, novas formas de ocupação dos espaços e serviços na cidade.

De uma forma ou de outra, a disputa pelo controle de toda esta rede de serviços e equipamentos públicos que atualmente vislumbramos ocorrer com certa frequência na cidade de Uberlândia, principalmente por meio das páginas do *Jornal Correio*, é parte integrante de todo este suposto projeto de modernização cidadina que visa, o quanto antes, viabilizar a construção da tão sonhada *cidade ideal*. Neste sentido, as políticas de regulamentação do trabalho dos vendedores ambulantes, dos carroceiros, dos carrinheiros e flanelinhas se encontram diretamente ligadas a uma tentativa, por parte dos grupos dirigentes da cidade, de colocar em evidência uma cidade mais racional, com as suas funções espaciais claramente delimitadas.

A questão é que, sem procurar entender o modo de vida e de sobrevivência da maioria desta população carente de Uberlândia – que se utiliza de forma diferenciada do território citadino – as classes dirigentes da cidade, sob o pretexto de eliminar o sujo, o pobre e o feio, colocam em prática a erradicação de alguns valores culturais em detrimento de outros considerados mais “disciplinados” e “civilizados”.

Temas como o trabalho informal dos camelôs, o problema do trânsito nas principais ruas em virtude do tráfego de carroças, a questão da necessidade de se regulamentar o trabalho dos flanelinhas, enfim, são todos temas – comuns e constantes nos noticiários da imprensa uberlandense – que, de uma forma ou de outra, nos permite analisar a cidade de Uberlândia enquanto campo de disputas e resistências frequentes, onde estes diferentes sujeitos se encontram, se confrontam, se encaixam e/ou se modificam no fazer deste território citadino.

No dia-a-dia de Uberlândia, visando tornar a *cidade real* à expressão territorializada

⁶⁸ Ibidem.

da *cidade ideal*, o poder público precisa enfrentar toda a população pobre do município que, nas variadas formas de viver, de morar, de lutar e de trabalhar, com suas ações, vão deixando impressas suas marcas na cultura urbana; marcas estas que são, a todo instante na história da cidade de Uberlândia, duramente reprimidas, perseguidas, proibidas e incessantemente modificadas em nome da ordem, da urbanização, da modernização e do progresso que se pretende atingir na sociedade uberlandense. Neste sentido, novas leis e regras, projetos e ações públicas são criadas visando, para além de coibir a ação dos diferentes trabalhadores que circulam pelas áreas centrais do município, garantir principalmente que as reformas urbanas estejam sempre voltadas para atender as exigências e os interesses de toda a elite uberlandense.

De um lado, a questão da lei e da ordem social; de outro, a necessidade de sobrevivência em um mercado de trabalho competitivo no qual não sobram muitas alternativas para quem não tem outra forma de ganhar a vida. Assim é possível descrever, de forma sucinta, como o problema abrangendo o trabalho informal e a presença dos ambulantes pelas ruas, praças e esquinas da cidade de Uberlândia, aparece nas narrativas do *Jornal Correio*:

Embora a Secretaria de Serviços Urbanos de Uberlândia afirme que aumentou a fiscalização sobre o comércio ambulante no hipercentro da cidade, o problema ainda persiste. Por toda parte (...) é possível encontrar dezenas de vendedores de diversos produtos. Eles continuam invadindo e disputando com os pedestres os espaços públicos. A situação acontece há vários anos e nenhuma situação definitiva ou pelo menos mais eficaz e duradoura foi encontrada pela Prefeitura até hoje.⁶⁹

Se levarmos em consideração o problema do comércio informal na cidade de Uberlândia, é possível aferir que ele não é algo restrito apenas ao município. Ao contrário disso, o trabalho informal – que surge por ocasião da escassez do próprio trabalho formal e da constante necessidade de sobrevivência – opera à vista de todos e propaga-se por todas as partes; passa a ser perspectiva que se avizinha, mas cujas percepções muitos ainda parecem não se dar conta. É algo corriqueiro a diversos países, por sinal, o Brasil; é algo muito comum, inclusive, na sociedade uberlandense.

O problema do comércio informal nas calçadas e praças do hipercentro [de Uberlândia] está longe de ter uma solução. Quem caminha pelo local divide espaço com as barracas de cajamanga, caqui, uva, goiaba, limão, castanha,

⁶⁹ Informais continuam nas ruas. Nem a fiscalização contínua é capaz de impedir a venda ilegal de produtos. **Jornal Correio**. Caderno Cidade. Uberlândia, 31/08/2007, p. B4.

óculos de sol, relógios, meias, cintos, capas para celular e até CDs e DVDs piratas. Só ontem (...), a reportagem do CORREIO contou 78 barracas amontoadas em trechos das avenidas Floriano Peixoto, Afonso Pena e na Praça Tubal Vilela. As barracas espalhadas por todo lado dão a impressão de que a região se tornou uma grande feira livre (...).⁷⁰

De maneira geral, na cidade de Uberlândia, dentre as áreas de maior predomínio do comércio informal, merecem destaque as Praças Tubal Vilela e Sérgio Pacheco, bem como, as avenidas Floriano Peixoto, Afonso Pena e João Pessoa, próximo ao Terminal Central. Nestas regiões, os muitos ambulantes da cidade passam a ocupar os espaços públicos com um número cada vez maior de barracas onde são vendidos os mais variados produtos, desde calçados, roupas, acessórios, produtos eletrônicos e, até mesmo, frutas e verduras.

Na Praça Tubal Vilela, o problema é mais evidente. No local é possível encontrar desde bancas de alimentos perecíveis como frutas, verduras e salgados até produtos como carteiras, cintos, meias, relógios, chaveiros, bijuterias e bonés, além de outros mais vendidos pelos ambulantes, os CDs e DVDs piratas.⁷¹

Na tentativa de melhor compreender a constituição do espaço urbano de Uberlândia, tendo em vista toda a sua dinâmica espacial e as múltiplas tensões que compõem o campo das relações sociais travadas entre os diferentes sujeitos, é que considero importante destacar os principais pontos de atuação dos trabalhadores ambulantes na cidade. A intenção é demonstrar como estes sujeitos, das mais variadas formas, percorrem e ocupam diferentes pontos de Uberlândia e com isso, inevitavelmente, deixam registradas suas marcas e impressões na paisagem urbana da cidade.

Considerando as informações obtidas a partir deste levantamento feito sobre a localização destes ambulantes em Uberlândia, é possível identificar que estes trabalhadores se encontram, estrategicamente, posicionados na área central da cidade, portanto, em pleno centro comercial do município e, conseqüentemente, no espaço onde há uma maior concentração de pessoas. Por um lado, uma área marcada pela luta diária dos trabalhadores pelo direito de sobreviver; por outro, um espaço segundo o qual a elite uberlandense pretende, a todo custo, transformar em um modelo de civilidade e desenvolvimento.

Observando o mapa abaixo, e levando-se em conta a linha em destaque, é possível

⁷⁰ Hipercentro é tomado por camelôs. Prefeitura não têm agentes suficientes para fiscalizar e coibir a prática. **Jornal Correio**. Caderno Cidade. Uberlândia, 21/03/2007, p. B1.

⁷¹ Informais continuam nas ruas. Nem a fiscalização contínua é capaz de impedir a venda ilegal de produtos. **Jornal Correio**. Caderno Cidade. Uberlândia, 31/08/2007, p. B4.

perceber como estes trabalhadores ambulantes se encontram esparramados pelas calçadas das principais avenidas da cidade de Uberlândia – na prática, pontos de grande fluxo comercial – e, em particular nas proximidades do Terminal Central – local de embarque e desembarque de pessoas que fazem uso do transporte coletivo. Além desta constatação, é relevante notar que estes trabalhadores também fazem uso, ao exercer suas atividades comerciais, de pontos importantes da paisagem urbana do município, a saber, duas das principais praças de maior circulação de pessoas na cidade – a Praça Tubal Vilela e a Praça Sérgio Pacheco.



Mapa 9 - Mapa do trabalho informal na cidade de Uberlândia/MG.

● Praça Tubal Vilela ● Terminal Central ● Praça Sérgio Pacheco

Na prática, a presença destes trabalhadores ambulantes pelas ruas e praças da cidade, além de ser um fator que advém de longa data, aparece na visão dos dirigentes políticos do município e da imprensa local como um dos problemas que se aglomeram nas áreas centrais de Uberlândia; problema este que, por ocasião de uma série de fatores, está muito distante de ser resolvido. Isto porque, na atual conjuntura do mercado de trabalho, a profissão de ambulante tornou-se, para grande parte dos trabalhadores que hoje habitam a cidade de Uberlândia – bem como, para tantos outros que habitam as demais cidades brasileiras –, uma

das únicas chances de se garantir, não apenas, a própria sobrevivência, mas o sustento da sua família.

O vendedor de redes Renato Luiz de Assis (...) garante com a informalidade itinerante sua subsistência. Ele veio da Paraíba com 11 colegas há 10 dias, disse que pretende ficar em Uberlândia apenas o tempo necessário para vender sua mercadoria. Com apenas 17 anos de idade, ele disse que sempre viaja para conseguir dinheiro. “Tenho que ajudar a minha família. Somos nove pessoas e a maioria está desempregada ou ganha muito mal”, explicou. No caso do vaqueiro João da Silva, a opção pelo trabalho ambulante foi uma maneira de complementar a renda, que caiu pela metade quando ele se aposentou (...) em função de problemas de saúde (...). Já na vida da cidadã peruana Flora Varquez Rojas, o comércio informal foi um acaso. Ela veio para a cidade apenas para visitar alguns parentes e por simpatizar com a cultura brasileira decidiu ficar e recomeçar a vida. Ela disse que no Peru era técnica de enfermagem, mas desistiu de tudo por achar que a vida dela e da filha pudesse ser melhor aqui. “Acabei não conseguindo um emprego e tendo que vender bijuterias para pagar as contas. Hoje, só quero juntar dinheiro para voltar ao meu país”, comentou.⁷²

O que se percebe no dia-a-dia da cidade de Uberlândia, principalmente por meio da seleção dos fatos e acontecimentos retratados nas páginas do *Jornal Correio*, é que a ocupação desordenada de praças e avenidas feita por trabalhadores informais é hoje um dos grandes “desafios” ou “problemas” a serem enfrentados pelos políticos uberlandenses, a saber, o problema das calçadas intransitáveis, a sujeira se acumulando pelas ruas e, de acordo com esta elite local, a questão da concorrência “desleal” com os comerciantes da região.

Além das calçadas conturbadas e da sujeira, os ambulantes prejudicam muitas vezes o funcionamento do comércio regional. Segundo Willian Leonel Rodrigues, proprietário de uma loja na esquina da avenida Afonso Pena com a rua Coronel Antonio Alves comentou que o estreitamento das calçadas causado pelas barracas dos ambulantes não só incomoda os pedestres que ficam sem espaço para andar, como compromete a entrada e a estética em frente às lojas. A situação também foi criticada pelo presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), Celso Vilela Guimarães. Segundo ele, é necessário formalizar este tipo de atividade, pois a presença do vendedor ambulante prejudica o vendedor que tem o seu ponto fixo, gera emprego e paga impostos.⁷³

Neste sentido, com o objetivo de resguardar a ordem, garantir o pleno funcionamento do comércio, das vias públicas e calçadas do centro da cidade, prezando assim a higiene e a

⁷² Falta de vagas no mercado formal agrava problemas. **Jornal Correio**. Caderno Cidade. Uberlândia, 21/03/2007, p. B1.

⁷³ Hipercentro é tomado por camelôs. Prefeitura não têm agentes suficientes para fiscalizar e coibir a prática. **Jornal Correio**. Caderno Cidade. Uberlândia, 21/03/2007, p. B1.

segurança destes espaços, a Prefeitura Municipal de Uberlândia vem ao longo dos anos criando uma série de projetos e adotando inúmeras medidas com o intuito de solucionar o problema da informalidade na cidade. Para tanto, desde o ano de 1967, objetivando legalizar, por meio de normas e regras, a prática do trabalho informal em Uberlândia, bem como, legitimar os locais possíveis e prováveis de atuação destes trabalhadores ambulantes, é que os dirigentes uberlandenses têm adotado o Código de Posturas Municipais.

Levando-se em consideração alguns dos itens do Código de Posturas, utilizado para regulamentar o trabalho dos ambulantes na cidade, é possível compreender os porquês e os objetivos pretendidos pelos dirigentes políticos de Uberlândia quando os mesmos se propõem a criar certos projetos de intervenção nos espaços urbanos da cidade e, conseqüentemente, na vida da população uberlandense. A saber:

Art. 172 – O comércio ambulante dependerá sempre de licença especial, que será concedida de conformidade com as prescrições da legislação fiscal do Município do que preceitua este Código.

(...)

Parágrafo Único – O vendedor ambulante não licenciado para o exercício ou período em que esteja exercendo a atividade ficará sujeito à apreensão da mercadoria encontrada em seu poder.

Art. 174 – É proibido ao vendedor ambulante, sob pena de multa:

I – Estacionar em vias públicas ou em outros logradouros fora dos locais previamente determinados pela Prefeitura;

II – Impedir ou dificultar o trânsito nas vias públicas ou outros logradouros;

III – Transitar pelos passeios conduzindo cestos ou outros volumes grandes;

Art. 175 – Na infração de qualquer artigo desta seção será imposta a multa correspondente ao valor de 5 a 20% do salário mínimo vigente na região, além das penalidades fiscais cabíveis.⁷⁴

Perceba a partir dos artigos acima transcritos do Código de Posturas Municipais como as questões postas na época de sua criação, no ano de 1967, aparecem em prática na cidade de Uberlândia, em pleno século XXI. Neste sentido, fica evidente a preocupação do poder público de garantir, não apenas, o funcionamento – que eles julgam – ideal de toda a rede de serviços do município, mas também a tentativa de manter o desenho e a estética urbana da cidade em perfeita ordem e harmonia.

Neste sentido, na tentativa de normatizar o trabalho destes vendedores ambulantes, a Prefeitura de Uberlândia passa a criar locais específicos e propícios para que estes sujeitos possam continuar trabalhando sem que, necessariamente, ocupem os principais cruzamentos,

⁷⁴ UBERLÂNDIA. Lei n.º 1460 de 27 de fevereiro de 1967. Título IV: Do funcionamento do comércio e da indústria. Capítulo I: Do licenciamento dos estabelecimentos industriais e comerciais. Seção II: Do comércio ambulante. **Código de Posturas Municipais**. Uberlândia, 1967, p. 189-190.

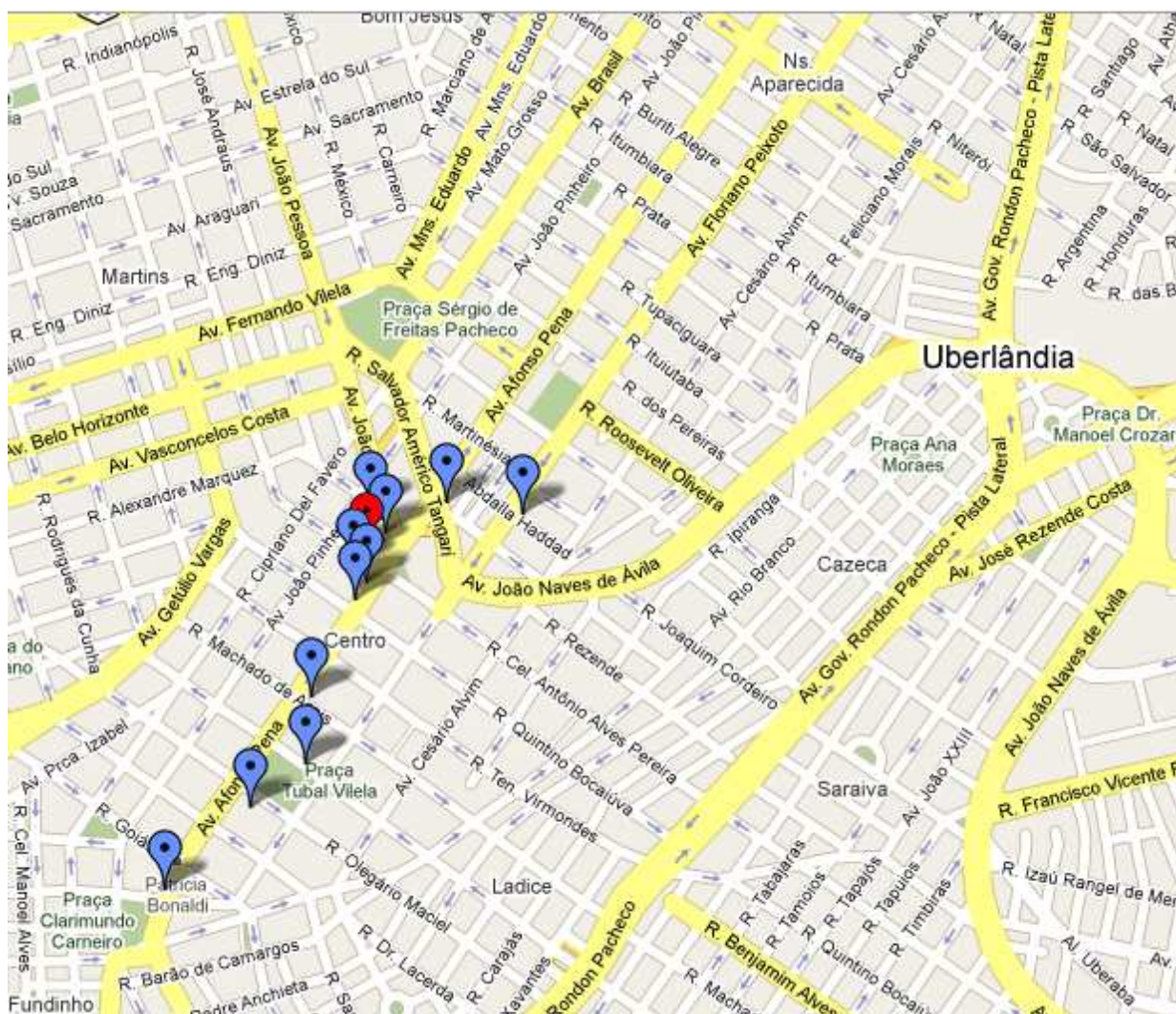
vias e praças da cidade. Assim, surgem a partir da década de 1990 os “camelódromos” legalizados pelo poder público municipal com o intuito de “abrigar” estes trabalhadores informais, retirando-os, não somente, das áreas centrais de Uberlândia, mas principalmente da visibilidade pública como um todo.

No caso específico de Uberlândia é possível identificar no núcleo central da cidade, ou nas proximidades do mesmo, cerca de onze “camelódromos”, incluindo os chamados shoppings populares – em geral, espaços conceituados como centro comercial dos ambulantes. A questão é que independentemente destes trabalhadores ambulantes terem um ponto fixo e uma pequena infra-estrutura para exercer suas atividades – seja em um “camelódromo” ou em qualquer outro local da cidade – ainda assim eles não ficarão livres da denominação de camelô ⁷⁵, que é a nomenclatura que os caracteriza por meio de um aspecto comum: a informalidade.

Ao observar a dinâmica espacial da cidade de Uberlândia, é possível notar que os “camelódromos” e shoppings populares, construídos para oferecer um lugar legalizado aos trabalhadores informais, localizam-se próximos ao Terminal Central, bem como, nos arredores das vias de maior movimento urbano da cidade. Essa localização é estratégica, uma vez que se trata de uma área de grande circulação de pessoas com baixo poder aquisitivo, que estarão sempre interessadas em adquirir as mercadorias com preços populares, vendidas nos “camelódromos” da cidade.

A partir do mapa abaixo, é possível identificar a localização dos principais “camelódromos” e shoppings populares na cidade de Uberlândia. Perceba como a existência destes centros comerciais são “representativos” de todo um cenário econômico e social pelo qual várias cidades brasileiras – e não exclusivamente a cidade de Uberlândia – tem enfrentado atualmente; um cenário em que diferentes sujeitos passam a fazer do trabalho informal uma das válvulas de escape para contornar um dos mais expressivos e atuais problemas da sociedade, a saber, o desemprego.

⁷⁵ Os termos camelô e ambulante, na maioria das vezes, são utilizados como se tivesse o mesmo significado. Mas ao se comparar alguns autores pode-se perceber algumas diferenças nos conceitos. Em Bertolucci (2003), os camelôs apresentam ponto fixo, trabalham em barracas de boa qualidade e, geralmente, têm autorização oficial para se estabelecerem em um determinado local. Já os ambulantes não apresentam um lugar fixo e suas mercadorias são mais baratas se comparadas às dos camelôs. O autor conceitua ainda, “vendedores autônomos” que engloba os donos de bancas de jornal e revistas ou de quiosques alimentícios, que têm instalações sofisticadas. O critério adotado para a diferenciação dos conceitos é a mobilidade espacial do vendedor. Ver: KITAMURA, Camila Kazumi; MIRANDA, Mariana e FILHO, Vitor Ribeiro. O comércio e serviços ambulantes: uma discussão. Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia/ Programa de Pós-graduação em Geografia. **Caminhos de Geografia**. Uberlândia, v. 8, nº 23, p. 20-26. Disponível em: <<http://www.ig.ufu.br/revista/caminhos.html>>. Acesso em: 15 mar. 2010.



Mapa 10 - Localização dos principais "camelódromos" e shoppings populares na cidade de Uberlândia/MG.

● Terminal Central ● "Camelódromos" e Shoppings Populares

De uma forma ou de outra, ao lidar com evidências contidas no *Jornal Correio* a respeito da cidade de Uberlândia, o que se observa é que apesar da existência destes centros comerciais legalizados pelo poder público – voltados, exclusivamente, para atender estes trabalhadores que vivem da informalidade –, ainda assim é grande o número de ambulantes pelas ruas do município. As possíveis razões para este fato podem ser facilmente compreendidas quando se analisa, mais de perto, o funcionamento destes espaços e o dia-a-dia destes trabalhadores.

O primeiro motivo está, em parte, relacionado à dificuldade que muitos ambulantes têm de manter o seu ponto nestes “camelódromos”, principalmente, por ocasião das altas taxas de água e luz, as despesas com a faxina, além do elevado preço dos impostos e da licença de funcionamento pagos à Prefeitura de Uberlândia: “Faz três anos que trabalho na

*rua. Até consegui uma vaga para vender a minha mercadoria num dos camelódromos do Centro, mas não consegui me manter lá pelo alto preço dos alvarás”.*⁷⁶ Para além deste aspecto é preciso dizer que é grande o número destes trabalhadores ambulantes que se encontram descontentes, não apenas, com o local para o qual foram transferidos, mas principalmente, com a baixa lucratividade em relação ao comércio feito anteriormente nas ruas. Esta é, sem sombra de dúvida, uma das razões que mais pesa na hora de decidir pela permanência, ou não, nestes “camelódromos” e a opção, mais uma vez, pela clandestinidade das ruas.

Enquanto as avenidas principais do Centro de Uberlândia estão abarrotadas de ambulantes, os camelódromos legalizados pela Prefeitura estão às moscas. O movimento está tão ruim que muitos vendedores desistiram do ponto, optaram pelo risco e voltaram para as ruas. Os poucos que insistem no negócio estão descrentes com as vendas. Várias barracas estão vazias. No camelódromo da Avenida João Naves de Ávila, em frente ao Terminal Central, apenas 48 associados de um total de 70 se mantêm no lugar. Já no municipal, perto do Juca Ribeiro, outros 27 dos 70 boxes estão fechados à espera de comerciantes. (...)

Para os ambulantes da João Naves, a situação começou a piorar quando eles foram transferidos da praça do Fórum para o novo espaço organizado pela Prefeitura. Desde então, as vendas caíram drasticamente. “Não consigo nem 60% daquilo que tirava antes”, contou Emerson César, vendedor de roupas. “Aqui não passa muita gente. Acho que falta divulgação. Embora as condições sejam ruins, não temos alternativas. Nunca vou sair daqui e voltar para a rua. Aqui pelo menos temos mais tranquilidade porque não há fiscalização”, desabafa a vendedora Lucicleide Gomes Pereira.⁷⁷

Como é possível perceber, não é fácil ganhar a vida como trabalhador informal na cidade de Uberlândia. Se por um lado, para fugir da perseguição constante dos órgãos públicos, estes trabalhadores têm que se contentar em ir para um dos “camelódromos” da cidade, por outro, ao assumir estes espaços como novo ponto de trabalho, estes sujeitos correm o risco, muitas vezes, de perder a sua clientela e de ter reduzidos consideravelmente seus lucros. Ainda assim, muitos reconhecem que embora as condições sejam ruins é preferível permanecer nos “camelódromos” ao invés de ir para as ruas de Uberlândia, pois pelo menos nestes espaços estes vendedores ambulantes não sofrem mais com a fiscalização freqüente da Prefeitura que, por vezes, os colocam em situação de “presa” fugindo, a todo instante – e com barraca e tudo –, do seu “predador”.

⁷⁶ Entrevista concedida pelo ambulante João da Silva para o *Jornal Correio de Uberlândia*. Ver: Falta de vagas no mercado formal agrava problemas. **Jornal Correio**. Caderno Cidade. Uberlândia, 21/03/2007, p. B1.

⁷⁷ Camelódromos perdem clientes. Concorrência com ilegais faz cair as vendas e vários pontos são fechados. **Jornal Correio**. Caderno Cidade. Uberlândia, 15/05/2007, p. B2.

Não existem estatísticas sobre o número de vendedores informais que trabalham expondo seus produtos nas ruas de Uberlândia. Nem muito menos a quantidade de materiais que já foram apreendidos durante as fiscalizações. “Todos os dias apreendemos muitas mercadorias, este ano principalmente porque estamos fiscalizando todos os dias, mas não temos nada quantificado”, afirmou o secretário [Adicionaldo dos Reis Cardoso]. Segundo ele, a secretaria de Serviços Urbanos tem hoje 16 fiscais trabalhando em conjunto com a Polícia Militar. “A fiscalização é diária, mas isso é uma coisa que não acaba em curto prazo, pois envolve questões sociais, já que são pessoas que não tem profissionalização. O trabalho vai continuar e não vamos parar de maneira nenhuma”, ressaltou.⁷⁸

Por certo, é preciso dizer que, apesar de toda esta fiscalização feita pelo poder público de Uberlândia, ainda assim é possível encontrar pela cidade um número considerável de trabalhadores ambulantes que, ao adotar suas próprias estratégias de sobrevivência, ao deixar os “camelódromos”, ao burlar as regras do Código de Posturas Municipais, ganham à vida nas ruas e praças do município. Tal realidade, que tem sido uma constante nos últimos anos na sociedade uberlandense, pode ser entendida muito menos pelo fato destes trabalhadores gostarem de viver perigosamente, fugindo de um lado para o outro com suas barracas e mercadorias debaixo do braço, mas necessariamente por ser uma das poucas alternativas para quem não tem outra forma de garantir o seu sustento em Uberlândia.

“*Não tenho nenhum estudo e a única coisa que sei é vender. Por isso estou nessa vida*”, revelou o baiano Daniel Pereira – que há um ano trabalha na Praça Tubal Vilela – ao *Jornal Correio de Uberlândia* em reportagem⁷⁹ que busca chamar a atenção da sociedade uberlandense para o fato de que, apesar da fiscalização contínua realizada na cidade, ainda assim, cresce o trabalho informal no município.

Transitar pelas ruas e avenidas de Uberlândia exige cada vez mais paciência das pessoas. Os vendedores ambulantes de diversos tipos de produtos (...) continuam invadindo as praças e as calçadas com suas barracas disputando o espaço com os pedestres apressados. Quem circula pelo Centro continua sendo obrigado a se desviar de diversas barracas que são montadas estrategicamente para facilitar a fuga, no caso de fiscalização. Para garantir as vendas, os ambulantes buscam alternativas que agilizam na montagem e desmontagem das barracas no hipercentro. A nova prática é a utilização de veículos para comercializar os produtos. Os vendedores estacionam os carros em pontos que consideram estratégicos e por ali ficam quase todo o dia. Quase sempre, os pontos são locais proibidos. (...) Na avenida Afonso Pena, [um] comerciante que não quis ser identificado utiliza uma Belina como sacolão móvel. No local onde ele permanece, existe uma placa indicando que o espaço somente pode ser utilizado por veículos

⁷⁸ Informais continuam nas ruas. Nem a fiscalização contínua é capaz de impedir a venda ilegal de produtos. **Jornal Correio.** Caderno Cidade. Uberlândia, 31/08/2007, p. B4.

⁷⁹ Ibidem.

de carga e descarga. Mesmo assim, o produtor se arrisca todos os dias estacionando em local proibido para comercializar frutas e verduras. “Este é o meu ganha-pão. Não tenho outra forma a não ser esta pra vender minha produção”, revelou.⁸⁰

Sob a alegação de que o trabalho destes ambulantes é capaz de prejudicar o comerciante que tem ponto fixo, que gera emprego e que paga devidamente seus impostos, a Prefeitura de Uberlândia faz cumprir à risca, por meio da fiscalização constante destes pontos de venda, todos os itens do Código de Posturas Municipais. Como bem sabemos o objetivo da secretaria de Serviços Urbanos, em conjunto com a Polícia Militar, ao realizar toda esta inspeção, é sanear os espaços públicos, coibir certas práticas sociais e, principalmente, relegar estes trabalhadores – e toda a pobreza que os acompanha – às áreas invisíveis da sociedade uberlandense.

Segundo o secretário de Serviços Urbanos, Adicionaldo dos Reis Cardoso, a fiscalização é feita constantemente, mas o número de ambulantes no hipercentro da cidade cresce diariamente. Durante a fiscalização, o material é apreendido e o vendedor é levado para prestar esclarecimentos na Polícia (...). De acordo com o secretário, existem 26 fiscais que trabalham em toda a cidade, deste total, 13 são responsáveis somente pela fiscalização da região central.⁸¹

(...) a fiscalização e apreensão de mercadorias são feitas todos os dias. No entanto, a maioria dos vendedores ambulantes não se intimida com o fato e retorna para as ruas no dia seguinte. “Muitas vezes fazemos o trabalho na parte da manhã e eles vão trabalhar à tarde ou vice-versa”, afirmou o secretário.⁸²

A questão é que apesar de todos os esforços da Prefeitura Municipal de Uberlândia, mesmo considerando o desprazer que cada um destes ambulantes tem ao ver suas mercadorias apreendidas, mesmo considerando o fato de ter que pagar um alto valor de multa e, muitas vezes, ir parar na delegacia, ainda assim é considerável o número de trabalhadores que se apropriam dos espaços públicos de Uberlândia; justamente, por não terem nenhum custo, não pagarem aluguel e nem impostos, estes trabalhadores utilizam os mais variados cantos da cidade buscando, não apenas, exercer suas atividades e obter lucros, mas principalmente, garantir a sua sobrevivência.

De fato, se considerarmos as narrativas do *Jornal Correio* sobre os diferentes

⁸⁰ Ambulantes continuam a invadir o hipercentro. Além da venda ilegal, camelôs ocupam área de estacionamento. **Jornal Correio**. Caderno Cidade. Uberlândia, 26/04/2007, p. B2.

⁸¹ Ibidem.

⁸² Informais continuam nas ruas. Nem a fiscalização contínua é capaz de impedir a venda ilegal de produtos. **Jornal Correio**. Caderno Cidade. Uberlândia, 31/08/2007, p. B4.

acontecimentos e fatos que marcam o dia-a-dia da cidade de Uberlândia, veremos que o problema do trabalho informal é algo que afeta o município como um todo, repercutindo, inclusive, de forma negativa na vida de seus habitantes. Mas é preciso dizer que não é um problema restrito apenas à Uberlândia; ao contrário, esse é um problema crítico que afeta todo o país, comprometendo consideravelmente a qualidade de vida dos seus cidadãos.

Com as inúmeras transformações verificadas, nos últimos anos, no mercado de trabalho, o setor informal tende a crescer, uma vez que, o número de trabalhadores desempregados e sem qualificação profissional é alto. Estes sujeitos ficam cada vez mais prejudicados e sem opções de se inserirem novamente no mercado de trabalho, optando, então, pela informalidade como meio de garantir suas necessidades; nestes casos, as ruas das cidades brasileiras aparecem, agora, como locais de trabalho.

Tal como é possível perceber, nas diversas matérias publicadas pela imprensa uberlandense, as vias públicas da cidade de Uberlândia tornam-se, diariamente, palco de uma realidade econômica em transformação e, ao mesmo tempo, revelam uma sociedade urbana que está firmada em práticas exageradas no que diz respeito aos caminhos encontrados para solução dos problemas sociais. Isso é o que acontece, a todo instante na sociedade uberlandense, quando se pensa em soluções para o problema do desemprego, da pobreza e da presença indesejável de um conjunto de trabalhadores próprios da cidade de Uberlândia como vendedores ambulantes, carroceiros, carrinheiros, flanelinhas, além daqueles que vivem – e sobrevivem – no meio urbano com a persistência da solidariedade alheia: os mendigos.

Em meio a todo este cenário de desigualdade social, tão característico da cidade de Uberlândia, é possível notar a presença, para além dos trabalhadores ambulantes, dos flanelinhas – como são conhecidos os guardadores de carro –; sujeitos que, a todo instante, de acordo, com os interesses de uma elite minoritária, são remanejados e desterrados em nome de um progresso que insiste em escamoteá-los às áreas de menor visibilidade pública.

Entretanto, apesar de todas as tentativas empreendidas pelo poder público de Uberlândia de retirar de cena estes sujeitos “indesejáveis” aos olhos do “progresso”, não podemos negar que entre estes trabalhadores existem sempre aqueles que, bravamente, resistem a toda esta hostilidade; criando estratégias múltiplas de sobrevivência para, quem sabe assim, continuar vivendo neste ambiente tão desigual e excludente que é o espaço urbano da cidade de Uberlândia.

Com uma frota estimada em mais de 175 mil automóveis, Uberlândia não sofre somente com o trânsito congestionado. (...) além da dor de cabeça

habitual que o motorista tem para estacionar, ele também enfrenta outro problema que começa a preocupar. Trata-se dos flanelinhas, como são chamados os homens que fazem guarda de carros. Apesar de a polícia nem os órgãos públicos municipais não possuírem dados estatísticos sobre esse contingente, há quem calcula que há hoje, espalhados pelas ruas e avenidas, em especial do Centro, cerca de 300 pessoas. O número cresce cerca de 50% nos finais de semana, principalmente nas portas de casas de shows, boates e similares.⁸³

De fato, tal como aponta este trecho do *Jornal Correio*, cresce nestes últimos anos em Uberlândia o número de trabalhadores que buscam ganhar a vida vigiando e lavando os carros nas vias públicas da cidade, principalmente, nas proximidades de bares, restaurantes, churrascarias, nas praças, festas e eventos que, porventura, estejam ocorrendo no município. Na prática, o que se verifica é que estes trabalhadores, por justamente não terem qualificação profissional suficiente para exercer uma atividade formal, tentam a todo custo encontrar meios alternativos de sobreviver na sociedade uberlandense.

Se, por um lado, a permanência e a presença destes sujeitos pelas ruas de Uberlândia é algo tão questionável – seja pelo poder público, pela imprensa e/ou pela elite uberlandense –, por outro, é preciso reconhecer que estes trabalhadores, a todo instante, se esforçam para garantir, não somente, as suas necessidades, mas principalmente, o seu “passa-porte”, a sua cidadania ou, simplesmente, o direito de pertencer à cidade por meio do próprio trabalho. Assim, a profissão de flanelinha entra para o rol da informalidade em Uberlândia – assim como tantas outras profissões – e, conseqüentemente, para o rol das atividades que necessitam ser regulamentadas pelo poder público municipal com o intuito único de assegurar uma provável ordem e segurança na cidade.

Em meio à polêmica envolvendo a presença, ou não, destes flanelinhas pelas ruas de Uberlândia é possível notar que nem sempre a presença destes trabalhadores desagrade à toda a população uberlandense. Embora sejam raras as manifestações de aprovação em relação ao trabalho destes flanelinhas, ainda assim é possível encontrar pela cidade de Uberlândia alguns motoristas e comerciantes que “aceitam” a presença destes trabalhadores pelas ruas do município, inclusive, com a possibilidade de estabelecer com os mesmos uma certa “parceria”.

Há cinco anos, Fidel Alves da Silva cuida do trecho entre as ruas Machado de Assis e Tenente Virmondes. O seu amigo Alcides Alves de Paula Neto

⁸³ Flanelinhas continuam preocupando motoristas. Projeto que seria implementado em 2003 é deixado de lado por entidades. **Jornal Correio**. Caderno Cidade/Segurança. Uberlândia, 21/05/2008. Disponível em: <http://www.jornalcorreio.com.br/texto/2004/07/25/4468/flanelinhas_continuam_preocupando_motoristas.html>. Acesso em: 26 abr. 2010.

toma conta do quarteirão acima até a rua Quintino Bocaiúva. Não estipulam valor da contribuição e afirmam que não reclamam quando algum motorista sai sem dar nada – o que raramente acontece. Eles conhecem a maioria das pessoas que freqüentam a área e garantem que sabem até a placa dos carros quando alguém os testa para saber se estão de olho no veículo.

Durante o prazo em que a reportagem esteve acompanhando os dois flanelinhas ficou evidente a relação de proximidade deles com os “clientes”. Uma senhora que vai visitar um parente hospitalizado pára e dá notícias do enfermo. Um rapaz chega para buscar uma passageira e Fidel o informa que ela ainda não saiu e o orienta a parar na vaga em frente. Do outro lado da rua um entregador pára em frente a uma garagem e deixa a chave na ignição. Em caso de uma emergência, Fidel tem autonomia para retirar o veículo. “A maioria dos clientes que vêm aqui não reclamam da presença deles e acho que ajuda também em relação à segurança”, avaliou o comerciante Wilson Tuni. A atendente de uma clínica cardiológica também elogia a boa atuação dos flanelinhas, que sempre cuidam e controlam os carros que estacionam nas vagas reservadas ao estabelecimento. “Eles são muito atenciosos”, elogiou a atendente.⁸⁴

Toda esta cena de suposta cordialidade descrita acima, neste trecho do *Jornal Correio*, por certo não é algo comum e freqüente na cidade de Uberlândia. Ao contrário, na maioria das vezes, o que prevalece na imprensa uberlandense – e, inclusive, entre os moradores da cidade – são manifestações de desprezo em relação ao trabalho destes flanelinhas. É comum notarmos, nas narrativas do *Jornal Correio*, como a própria população uberlandense, justificando uma sensação de medo em relação à conduta destes sujeitos, impotência e insegurança, passa a defender, colaborar e validar certas posturas e medidas adotadas pelo poder público municipal para regulamentar e normatizar os espaços ocupados por estes trabalhadores.

“Eles abordam a gente como se a gente fosse obrigado a pagar pelo estacionamento. Se a gente não lhes dá dinheiro, há o perigo de um prejuízo na certa”, reclama o comerciante Helenir de Freitas (...) . Na sexta-feira, Helenir e a mulher Edilamar falaram ao CORREIO que, por receio de terem o carro estragado, acabam pagando pela taxa.

O policial João Batista Viana conta que uma amiga dele pagou caro por não ter pagado pela guarda do veículo. Segundo ele, a pessoa estacionou o automóvel no Centro, um homem chegou de forma rude e pediu para cuidar do carro. Como a pessoa nada respondeu, na volta ela não encontrou o indivíduo, mas o carro estava todo arranhado. (...)

“É preciso providências. Não dá mais. É só parar o carro que lá vêm eles”, enfatiza Demir Francisco Moreira, que prefere ver a suposta profissão regulamentada a ter que passar pela abordagem. “Se tratar eles mal, é pior”, emenda Antônio Eustáquio Rosa.⁸⁵

⁸⁴ Sem limites para os flanelinhas. Como a atividade não é regulamentada, vigias de carro agem livremente. **Jornal Correio**. Caderno Cidade/Segurança. Uberlândia, 02/09/2007. p. B3.

⁸⁵ Flanelinhas continuam preocupando motoristas. Projeto que seria implementado em 2003 é deixado de lado por entidades. **Jornal Correio**. Caderno Cidade/Segurança. Uberlândia, 21/05/2008. Disponível em:

Levando-se em consideração todas estas demonstrações de pânico e de repulsa da população de Uberlândia é preciso dizer que os próprios flanelinhas reconhecem ser este quadro o resultado da atuação intimidadora adotada por alguns de seus próprios colegas de profissão. Sem sombra de dúvida, este é um dos grandes desafios enfrentados por estes flanelinhas atualmente na cidade de Uberlândia: a luta constante para serem reconhecidos, não como marginais e criminosos que ameaçam e intimidam as pessoas por dinheiro, mas sim como trabalhadores honestos, “pessoas de bem”, que se esforçam diariamente para garantir o sustento da sua família.

“Muitas pessoas não vêem a gente como pessoas de bem, como um pai de família. Mas é preciso observar cada um dos guardadores, saber quem é que está ali cuidando do carro”, ensinou Fidel Alves. “Muitos nem olham na cara da gente. Tem pessoas que acreditam que se não der nada a gente vai estragar o carro, mas não é bem assim”, defendeu Eduardo Tibúrcio Ramalho, que fica na avenida Afonso Pena próximo ao Fórum há quase um ano e meio.⁸⁶

Tal como é possível perceber, a partir das narrativas do *Jornal Correio*, existe entre os próprios flanelinhas uma tensão e uma luta constante; um embate de forças muitas vezes notado a partir de uma tentativa extenuante, empreendida pela própria imprensa e pelos flanelinhas, de demonstrar para a sociedade uberlandense quem nem todos estes trabalhadores são iguais, principalmente, no que se refere às suas ações e pretensões.

De acordo com algumas matérias e reportagens publicadas pelo *Jornal Correio* é possível aferir que os flanelinhas se encontram divididos em dois grupos: de um lado, temos o grupo formado pelos “flanelinhas esporádicos”: são aqueles trabalhadores que, de vez em quando, vão para as ruas conseguir “uns trocados” – são os chamados “flanelinhas de final de semana”, facilmente reconhecidos por não demonstrarem muita intimidade com o local nem proximidade com as pessoas que param na via; por outro lado, há o grupo formado pelos “flanelinhas de profissão”: são aqueles trabalhadores que têm um ponto fixo, já alguns anos na cidade de Uberlândia, e que por isso mesmo conhecem e se familiarizam com as pessoas e os comerciantes da região em que atuam.

O importante neste caso é notar que, mesmo entre estes trabalhadores – que, por vezes, acreditamos pertencer a uma classe homogênea –, há demonstrações claras de distinção,

<http://www.jornalcorreio.com.br/texto/2004/07/25/4468/flanelinhas_continuam_preocupando_motoristas.html>
. Acesso em: 26 abr. 2010.

⁸⁶ Sem limites para os flanelinhas. Como a atividade não é regulamentada, vigias de carro agem livremente. **Jornal Correio**. Caderno Cidade/Segurança. Uberlândia, 02/09/2007, p. B3.

discriminação e preconceito: uns se intitulando “pessoas de bem”, enquanto outros são taxados de “malandros”.

A questão é que, tanto para a imprensa quanto para a elite uberlandense, estacionar em Uberlândia – seja nas ruas, seja nas praças –, há muito tempo não é mais algo livre e gratuito, pois há sempre um número razoável de flanelinhas que buscam ganhar a vida prometendo “cuidar” dos veículos enquanto os donos dos carros estão ausentes. O problema, na visão dos grupos dominantes, da Prefeitura Municipal e, inclusive, de alguns moradores de Uberlândia, não se restringe apenas a falta de regulamentação da profissão destes flanelinhas, mas sim a uma suposta liberdade, não fiscalizada, que garante à estes trabalhadores agir quando, onde e como quiserem.

A polícia, segundo a assessoria de comunicação do 32º Batalhão de Polícia Militar, não tem nenhuma estratégia voltada para coibir a ação dos flanelinhas (...). A Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes (Setran) também não adota medidas para impedir a presença dos flanelinhas. (...) “É uma atividade que não é regulamentada e que não oferece segurança”, alerta Divonei Gonçalves, assessor de trânsito da Setran. (...) Divonei Gonçalves afirma que é preciso uma fiscalização porque este procedimento não é admissível. Na sua avaliação, é preciso começar a se pensar em alternativas, como por exemplo, adotar práticas como a de Ribeirão Preto (SP), onde há uma associação que reúne os flanelinhas. Na cidade paulista, a Polícia Militar também tem uma atuação pontual e não permite a presença de guardadores de carros nas áreas próximas aos locais onde estão sendo realizados eventos ou shows que reúnem um grande fluxo de veículos. “Até andei pensando em algo a respeito, talvez uma cooperativa, com pessoas credenciadas. Pode ser uma coisa a se pensar, acho que é válido começar a avaliar uma alternativa neste sentido”, opinou Divonei Gonçalves.⁸⁷

Torna-se importante destacar – principalmente, a partir das inúmeras vezes que o assunto referente ao trabalho dos flanelinhas aparece nas reportagens do *Jornal Correio de Uberlândia* – que a preocupação do poder público não está relacionada, especificamente, com as condições de trabalho destes sujeitos, mas sim, com a segurança pública do município por ocasião da presença dos mesmos em determinados pontos da cidade. Tanto é assim que o secretário de Trânsito e Transportes, Sr. Divonei Gonçalves – tal como é possível conferir no trecho acima apresentado –, por diversas vezes considera a atuação da Polícia Militar um fator pontual nesta tentativa de reprimenda do trabalho dos flanelinhas na cidade de Uberlândia.

Contudo, a Polícia Militar de Uberlândia, na figura do capitão Rosivaldo Soares Primo – assessor de comunicação do 32º Batalhão –, para além de reconhecer a necessidade de uma

⁸⁷ Ibidem.

ação imediata com vista a contornar o problema, lembra que este é um trabalho que deve ser feito mediante esforço conjunto de várias entidades da cidade, a saber, a Prefeitura Municipal, a OAB (Organização dos Advogados do Brasil), a ACIUB (Associação Comercial e Industrial de Uberlândia) e a CDL (Câmara de Dirigentes Lojistas).

(...) a solução do problema também depende do Município e a Câmara Municipal, que podem regulamentar ou proibir o exercício da função. “Temos conhecimento do problema, mas a questão está fora da alçada da Polícia Militar, que age de acordo com a Lei. E para que possamos tomar uma posição em relação aos flanelinhas é preciso que haja uma lei que trate do assunto”, reforça. “A Prefeitura regulamenta este tipo de serviço no Centro por meio da Zona Azul. Ela pode fazer o mesmo nos outros locais”, orienta.

O capitão afirmou ainda que a polícia observa o direito de ir e vir garantido pela Constituição a todo cidadão e que, caso essa pessoa esteja coagindo ou cometendo um delito contra os moradores ou frequentadores da região, mediante uma reclamação pelo serviço 190, a Polícia Militar comparece ao local e faz a mediação do conflito. “Se não for possível resolver o problema no local, a pessoa que cometeu o delito pode ser detida e encaminhada à autoridade competente, no caso, o delegado de polícia”, finaliza.⁸⁸

De certa forma, a tentativa de regulamentação e normatização do trabalho dos flanelinhas não é algo recente na cidade de Uberlândia; ao contrário, é projeto que aparece na pauta de discussão da Câmara Municipal desde o ano de 2003 e, como é possível perceber, até a presente data, não se sabe bem ao certo quais as medidas a serem tomadas.

Inicialmente, o idealizador do projeto de regulamentação do trabalho dos flanelinhas na cidade de Uberlândia foi o tenente-coronel Itamar Pacheco, cuja proposta na época era realizar – a exemplo do trabalho feito na cidade de Juiz de Fora (MG) – o cadastramento dos flanelinhas em parceria com a Prefeitura Municipal. Entretanto, somente algumas reuniões foram feitas e a discussão foi, de fato, deixada de lado quando o tenente-coronel Itamar foi transferido para a cidade de Belo Horizonte.

Desde então, vez ou outra, aparecem na Câmara Municipal de Uberlândia propostas para serem votadas referentes à normatização e legalização da atividade dos flanelinhas no município; na prática, somente a partir do ano de 2007 é que todo este debate ganha novamente relevância no cenário político de Uberlândia.

O referido projeto de lei, apresentado no ano de 2005 pelo vereador Wilson Pinheiro (PPS), que dispõe sobre os serviços relacionados ao trabalho dos flanelinhas em Uberlândia,

⁸⁸ Medo sustenta atividade do flanelinha. Motoristas se sentem coagidos a pagar para deixar o veículo na rua. **Jornal Correio**. Caderno Cidade/Segurança. Uberlândia, 21/05/2008. Disponível em: <http://www.correiodeuberlandia.com.br/texto/2006/01/30/15829/medo_sustenta_atividade_do_flanelinha.html>. Acesso em: 26 abr. 2010.

prevê, não apenas, o cadastramento destes trabalhadores, a padronização por meio de uniformes e a identificação com a utilização de crachás, mas principalmente, as penalidades a serem impostas àqueles que porventura desrespeitarem qualquer um dos artigos desta lei durante o exercício das suas atividades. Dentre os pontos de grande valor relativos a este projeto de lei vale destacar:

Art. 1º – Os serviços prestados por guardadores de veículo, “flanelinhas”, na cidade de Uberlândia, atenderá ao disposto nesta Lei.

§1º – O exercício das atividades previstas nesta Lei só poderá ser efetuado por pessoas previamente cadastradas e devidamente identificadas, mediante uso de uniformes padrão a ser definido pela Secretaria de Desenvolvimento Social, cuja confecção poderá ser custeada por meio de publicidade comercial.

§2º – A Secretaria de Desenvolvimento Social e Ação Comunitária, após o cadastramento, fornecerá o crachá de identificação com foto que deverá ser obrigatoriamente utilizado pelo prestador de serviços.

Art. 2º – Fica assegurado ao proprietário do veículo o direito de aceitar ou não a atividade oferecida pelos guardadores e lavadores de veículos.

Art. 3º – A comprovação de qualquer irregularidade cometida por guardador de veículos, “flanelinha”, no exercício das atividades reguladas por esta Lei, implicará na suspensão do seu cadastramento e de sua atividade.⁸⁹

No que se refere, mais especificamente, a todo este processo de normatização do trabalho dos flanelinhas em Uberlândia é preciso reconhecer que a discussão se apresenta de forma semelhante ao debate proposto, em meados do ano de 2005, acerca da regulamentação do trabalho dos carroceiros e carrinheiros no hipercentro de Uberlândia. Por certo, ambos os projetos podem ser incluídos no rol de medidas adotadas pelo poder público de Uberlândia – e, evidentemente, endossadas pela imprensa local – no sentido de retirar de cena, pelos menos em certos locais da cidade e em determinados horários do dia, estes trabalhadores tidos como um empecilho para a concretização da política de “embelezamento”, urbanização e modernização proposta pela elite uberlandense.

Em inúmeros momentos, nas páginas e no noticiário do *Jornal Correio*, é possível constatar que, tal como acontecem com os ambulantes e flanelinhas da cidade, os carroceiros, carrinheiros ou catadores de papel de Uberlândia – trabalhadores que se esforçam diariamente para ganhar a vida a partir do lixo produzido pelo restante da população uberlandense – tornaram-se figuras “indesejáveis” e, como tal, passaram a ser perseguidas e reprimidas pelo poder público em nome de uma suposta civilidade que se pretende reflexo dos interesses de uma minoria dominante.

⁸⁹ CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. **Projeto de Lei Ordinária, sn/05**. Uberlândia, 07/01/2005. Disponível em: <<http://www.camarauberlandia.mg.gov.br/busca.php?mid=0>>. Acesso em: 26 abr. 2010.

Neste sentido, gradativamente, estes trabalhadores tidos como “descartáveis” ao progresso viram seus modos de vida e de trabalho serem alterados a partir de uma série de políticas públicas que, mediante a proposta de sistematizar a coleta seletiva urbana dando “dignidade” aos profissionais que atuam nesta área, acabou condenando-os a permanecer restritos às margens da sociedade.

É comum notarmos, nas matérias apresentadas pelo *Jornal Correio*, que a presença destes carroceiros e carrinheiros pelas ruas de Uberlândia é alvo de constantes críticas por parte, não apenas, do poder público, mas principalmente, da população uberlandense como um todo; ambos alegam que o trânsito da cidade já é caótico o suficiente para que estas carroças e carriolas continuem trafegando pelas avenidas do município.

Motoristas que dirigem no Centro de Uberlândia não se cansam de reclamar dos carroceiros que recolhem materiais recicláveis (...). Como a cidade não tem lei que regulamenta a atividade, eles não têm horários nem locais apropriados para paradas. Por isso, o congestionamento do trânsito por causa deles, principalmente em horários de pico, irrita quem tem hora para chegar ao destino. “Quando vejo uma carroça na minha frente, é respirar e ter paciência para esperar”, diz Marco Antônio Carriello.⁹⁰

O interessante é perceber, nas narrativas da imprensa uberlandense, que a própria Prefeitura Municipal de Uberlândia reconhece ser o problema dos carroceiros e carrinheiros na cidade algo que precisa ser solucionado o quanto antes no município; entretanto, apesar de considerar esta necessidade, ela mesma admite que este quadro não é tão simples assim de ser resolvido.

“Posso simplesmente proibir as carroças no Centro? Sim. Mas e aí, como se guincha uma carroça? Como vou punir se eles não têm registro? Vamos deixar tantos trabalhadores que utilizam carroças desempregados? Estamos fazendo um levantamento de informações para ver o que é possível propor. Enquanto isso, continuam as fiscalizações e orientações”, explicou Divonei Gonçalves [secretário de Trânsito e Transportes de Uberlândia]. Nos últimos anos, várias foram as tentativas de regulamentar o trânsito das carroças no Centro. Um projeto da própria Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), que iria incentivar lojistas a só depositar material de interesse dos carroceiros fora dos horários de pico não chegou nem a ser escrito. Na regulamentação da Prefeitura, deve ser acertado não apenas um horário para o trânsito de carroças nas ruas, como também licença destes veículos de tração animal ou humana com refletores se forem conduzidos à noite, placas e até mesmo carteira de habilitação para que o condutor possa levar multas e aplicar pontos na carteira. Provavelmente haverá uma carga limite, horário de

⁹⁰ Sem solução para as carroças. Reclamação é geral entre os motoristas, mas criação da lei deve demorar. **Jornal Correio**. Capa. Uberlândia, 17/07/2007.

trabalho e uma fiscalização dos animais. “Mas tudo será feito junto com a Associação de Carroceiros. Vamos acertar como será possível a coisa acontecer de modo que fique bom para todos os lados. O projeto está na formatação final”, acredita o assessor de trânsito da Settran.⁹¹

De uma forma ou de outra, o projeto de regulamentação da atividade dos carroceiros e carrinheiros em Uberlândia é hoje parte integrante de toda uma discussão envolvendo o conjunto das relações sociais na cidade, a saber, o direito destes sujeitos de trabalhar pelas ruas do município e a iniciativa adotada pelo poder municipal na tentativa de adequar pessoas e hábitos de acordo com certos parâmetros de modernização.

O importante é notar, a partir destas considerações, que para a Prefeitura de Uberlândia, os carroceiros e carrinheiros – assim como tantos outros trabalhadores – podem, de alguma maneira, colocar em risco todo o empreendimento que visa transformar a cidade de Uberlândia no maior pólo de desenvolvimento, modernização e progresso da região. Justamente, por isso, estes trabalhadores são, diariamente, reprimidos em suas ações, têm suas vidas alteradas, vêem seus meios de sustento banidos das áreas de maior visibilidade do município, enfim, são considerados como verdadeiras “pragas urbanas” para os dirigentes políticos, a imprensa e a elite uberlandense.

Em meio a todo este cenário, um fato, entretanto, merece ser ressaltado. É preciso reconhecer que, em alguns momentos, diferente do que acontece com flanelinhas e os ambulantes, o trabalho dos carroceiros e carrinheiros pode até ser útil para o município, e a presença dos mesmos pode até ser permitida nos arredores do centro de Uberlândia, contanto que estes trabalhadores sejam adequadamente orientados por uma cooperativa capaz de responder perante o poder público pelos serviços prestados por estes carroceiros e carrinheiros na cidade. Na verdade, percebe-se que a existência destas associações de carroceiros e catadores de papel está diretamente ligada a uma necessidade de, não apenas, coibir certas práticas relacionadas ao trabalho destes sujeitos, mas de alguma forma tentar fazer com que eles colaborem, diretamente, com todo o projeto de modernização da cidade.

Neste sentido, ao contrário de negar aos carroceiros, catadores de papel e carrinheiros a entrada no hipercentro de Uberlândia para recolher todo o lixo produzido ao longo do dia – plástico, papel, papelão e metal – é preferível estipular horários, emplacar as carroças, habilitar estes profissionais, identificá-los por meio de crachás, criar pontos adequados de parada e descarte de produtos, padronizar – por meio de novos carrinhos – a coleta seletiva;

⁹¹ Transtorno gerado por carroças continua. Projeto da PMU para regulamentar trânsito desses veículos não está finalizado. **Jornal Correio**. Caderno Cidade. Uberlândia, 17/07/2007, p. B1.

enfim, ao criar estas regras básicas, para além de garantir que estes sujeitos continuem trabalhando, o poder público de Uberlândia consegue, atingir o seu objetivo que é, nada mais nada menos, do que o “embelezamento” das principais ruas e avenidas e a manutenção da ordem vigente na cidade.

Muito mais que um meio de sobrevivência, o trabalho duro dos carrinheiros – homens que usam carriolas para recolher materiais recicláveis nas ruas – têm grande importância ambiental para a cidade.

Atuam em Uberlândia cerca de 500 carrinheiros. Se cada um catar uma média diária de 200 quilos de recicláveis, juntos eles vão tirar das ruas 100 toneladas de materiais. Ou seja, o trabalho deles deixa a cidade mais limpa, reduz os materiais que acabam indo parar na rede pluvial ou no aterro sanitário e possibilita o reaproveitamento por indústrias de reciclagem.⁹²

Perceba a partir deste trecho do *Jornal Correio* que, aos poucos, com o intuito de reduzir o lixo jogado nas ruas de Uberlândia, a Prefeitura Municipal passa a utilizar estes carroceiros e carrinheiros como “agentes” deste processo de requalificação, valorização e urbanização do hipercentro da cidade.

Em parceria com a ARCA (Associação dos Recicladores e Catadores Autônomos) e a CORU (Cooperativa de Recicladores de Uberlândia), o poder público de Uberlândia instituiu um trabalho sistemático de coleta seletiva nas áreas centrais da cidade, objetivando garantir um futuro ambiental para o município. Vejamos no mapa abaixo a localização destes dois núcleos de reciclagem e coleta seletiva que surgem, na cidade de Uberlândia, como alternativa para a administração do problema da destinação dos resíduos urbanos gerados no município.

⁹² Carrinheiros deixam a cidade mais limpa. Eles recolhem os recicláveis das ruas para garantir a sobrevivência. **Jornal Correio**. Capa. Uberlândia, 14/10/2007, p. A4.



Mapa 11 - Mapa de localização das associações de coleta seletiva e reciclagem em Uberlândia/MG.

- ARCA (Associação dos Recicladores e Catadores Autônomos).
- CORU (Cooperativa de Recicladores de Uberlândia).

De uma forma ou de outra, quando observamos as matérias da imprensa uberlandense sobre a importância das cooperativas de recicladores na cidade de Uberlândia e, necessariamente, sobre o papel que elas exercem na vida dos carrinheiros, catadores de papel e carroceiros, é interessante notar que o discurso do *Jornal Correio*, do poder público e destas associações é sempre o mesmo: a intenção é integrar estes trabalhadores na sociedade, proporcionando, não apenas, dignidade e respeito profissional à eles, mas fazendo com estes sujeitos atuem como “agentes” nesta campanha de preservação ambiental.

A **ARCA – Associação de Recicladores e Catadores Autônomos** é uma associação sem fins lucrativos, e surgiu com o objetivo de organizar e integrar os catadores de materiais recicláveis, proporcionando a estes indivíduos melhores condições de trabalho e vida.

Um dos principais interesses da ARCA é a conscientização da população através da responsabilidade social e a prática da preservação ambiental com a **coleta seletiva** e a **reciclagem do lixo**. Hoje, mais do que uma carência ou necessidade, a preservação do meio ambiente é uma busca da sobrevivência e garantia de um futuro para as próximas gerações. E a Reciclagem é uma

alternativa para amenizar o problema da geração desenfreada de resíduos, porém, é necessário o engajamento da população para realizar esta ação. (...) Empenhada em divulgar a coleta seletiva na cidade inteira, a ARCA está realizando o cadastramento dos catadores de Uberlândia, dando condições para que eles possam fazer o seu trabalho o mais dignamente possível. Todos os catadores associados usarão uniformes da associação, carrinhos mais adequados, serão tratados como agentes ambientais, pois terão condições de orientarem a população sobre a separação correta dos materiais, o que é e não é reciclável. O papel da associação é promover a inclusão social desses indivíduos que hoje vivem marginalizados e não têm o seu trabalho reconhecido pela maioria da população.⁹³

A questão é que, por trás de toda esta preocupação com a preservação do meio ambiente e com a garantia de trabalho digno para os catadores e carroceiros, se esconde uma tentativa de certos grupos da cidade de Uberlândia – os políticos, a imprensa, empresários, comerciantes, as famílias tradicionais, entre tantos outros – de adequar estes trabalhadores a novos parâmetros de urbanização, civilidade e modernização; em outras palavras, uma gradual tentativa de normatização dos hábitos de viver e trabalhar destes carroceiros, carrinheiros e catadores de papel que se esforçam para sobreviver em Uberlândia.

A partir deste instante, o primeiro passo é perceber que o que vem sendo feito com os carroceiros, carrinheiros e catadores de papel, nestes últimos anos, em Uberlândia, todo este trabalho de conscientização da população empreendido pela imprensa a respeito da necessidade de começar, o quanto antes na cidade, a praticar a coleta seletiva, muito pouco tem de interesse com a vida destes trabalhadores. Ao contrário, o interesse de toda a elite uberlandense é garantir que a área central de Uberlândia fique cada vez mais limpa e ordeira sem, contudo se importar com a atual condição de vida e de trabalho em que vive parcela considerável das pessoas que transitam por toda aquela região.

Torna-se necessário, portanto, pensar estes acontecimentos que marcam o cotidiano da cidade de Uberlândia por um outro ângulo. É preciso reconhecer que esta luta, eminente em cada canto da cidade, é, antes de tudo, social. Uma luta que se concretiza, de forma desigual, por meio de ações políticas capazes de instituir projetos e campanhas voltados para controlar, submeter, coibir e regulamentar o cotidiano destes trabalhadores menos favorecidos.

É importante perceber que esta luta, que se verifica nas ruas de Uberlândia, passa a ser determinada por uma série de interesses hegemônicos que são capazes de impor, a um determinado segmento da população, um estilo de vida em detrimento de outro. A idéia de pertencimento para estes trabalhadores, que tem como referência a cidade, começa a perder

⁹³ **ARCA** (Associação dos Recicladores e Catadores Autônomos). Apresentação. Disponível em: < http://www.arca-udi.com.br/arca_quem.htm>. Acesso em: 26 abr. 2010.

forças na medida em que uma nova concepção de vida urbana e uma nova visão de cidade – baseada na ratificação de um modelo ideal de urbanização e civilidade – ocasiona a expulsão e a retirada desta população mais carente das áreas mais privilegiadas pelo poder público.

O curioso, neste momento, é pensar que simples projetos de ação racional – capaz de criar uma perfeita “harmonia” entre o sistema viário, as ruas e avenidas, os edifícios e, finalmente, os trabalhadores de Uberlândia – possam sanar, de uma vez por todas, os inúmeros problemas sociais que atualmente afligem a sociedade uberlandense. Será, realmente, o problema da fome, da pobreza, do desemprego e da desigualdade social algo que se resolva por meio de obras públicas?

Como bem sabemos a pobreza, a desigualdade social e o desemprego não são problemas que se resolvem da noite para o dia, nem sequer, a partir de idéias propostas por engenheiros, arquitetos e paisagistas. Assim sendo, por que será que a Prefeitura de Uberlândia, e os grupos ligados a ela, ainda insiste em considerar que a solução para todo este caos social passa, necessariamente, pela via da (re)urbanização e requalificação das áreas centrais da cidade?

O fato é que o poder público de Uberlândia tenta, de todas as formas, se esconder atrás de ações paliativas que visam “mascarar” a verdadeira realidade da cidade. Neste sentido, o projeto de revitalização do hipercentro surge como uma das alternativas possíveis de se retirar de cena todos aqueles trabalhadores considerados “descartáveis” aos olhos do progresso. Aos carroceiros, carrinheiros, flanelinhas, vendedores ambulantes e todos aqueles que sobrevivem da solidariedade alheia resta apenas a luta constante pelo direito de desfrutar da cidade, de ter o prazer de ir e vir sem necessariamente ter que dar satisfações para alguém, de poder circular pelas ruas sem serem marginalizados ou, simplesmente, de trabalhar livremente para conseguir manter a sua sobrevivência.

Dentro desta perspectiva, há ainda uma outra questão para se pensar a respeito da cidade de Uberlândia. Em muitos momentos, é comum notarmos a adoção de uma postura muito mais “estratégica” por parte dos grupos dominantes – e, por que não dizer da imprensa – quando os mesmos passam a considerar certas campanhas e projetos públicos como alternativas possíveis e viáveis para “driblar” os inúmeros problemas da sociedade uberlandense, bem como, a presença de determinados sujeitos em áreas consideradas privilegiadas. De fato, ao invés de propor medidas que visam o combate definitivo de certas das “carências” sociais, estes grupos – aqueles mesmos que detêm certos poderes e privilégios na cidade de Uberlândia – preferem adotar, por vezes, práticas como a instalação de câmeras pelas ruas e praças, em outros momentos, o combate maciço à mendicância.

Neste sentido nos cabe analisar até que ponto todas estas campanhas e projetos públicos – a saber, a campanha “*Uberlândia sem Esmolas*” e o Projeto “*Olho Vivo*” – aparecem como um dos elementos para se pensar às questões de domínio político ou, mais especificamente, às questões de poder e as estratégias de classe. Em outras palavras, é preciso avaliar de que forma estas ações criadas pelo poder público e pela elite uberlandense – e, na maioria das vezes, endossadas pela imprensa local – nascem e se solidificam em virtude de uma “necessidade” que certos grupos têm de se conservarem enquanto classe social hegemônica.

CAPÍTULO III

RELAÇÕES DE PODER E DE FORÇA: ESTRATÉGIAS DE DOMINAÇÃO E MANUTENÇÃO DA ORDEM.

Nos últimos anos, me inquieta a espantosa naturalidade com que determinadas pessoas encaram os problemas de ordem social que, praticamente, rondam todas as cidades brasileiras. É, simplesmente, normal nos deparar com crianças, jovens, adultos e idosos, passando fome, sem ter onde dormir e morar, pedindo dinheiro nos semáforos, roubando, matando, se marginalizando; enfim, tendo que se sujeitar a todo tipo de situação, às mais humilhantes e desagradáveis possíveis, para quem sabe assim garantir a própria sobrevivência.

Se considerarmos alguns destes fatos e acontecimentos comuns às grandes cidades é bem provável que algumas questões referentes à sociedade uberlandense – questões estas que, a meu ver, são essenciais para compreensão da realidade social vivida pela maioria dos trabalhadores da cidade – venham à tona.

O dia-a-dia dos muitos trabalhadores, moradores da cidade de Uberlândia, têm se mostrado um tanto quanto degradante à medida que a falta de trabalho tornou-se uma constante em suas vidas. Em meio a este cenário de total impossibilidade de uma resposta favorável, os trabalhadores – na maioria, excluídos e marginalizados – tratam de criar seu próprio “estado de providência”, isto é, buscam construir estratégias que lhes permitam continuar desfrutando da cidade de Uberlândia sem, contudo, desaparecer.

Vivendo neste “estado de providência”, é possível encontrar pela cidade de Uberlândia um conjunto característico de trabalhadores que, em número cada vez maior, faz das ruas o espaço das suas vivências e do próprio sustento. Aqui me refiro, não apenas, aos carroceiros, carrinheiros, catadores de papel, flanelinhas e vendedores ambulantes, mas, principalmente, aos sujeitos que se encontram nas esquinas, semáforos e praças de Uberlândia, por vezes, implorando a caridade alheia para conseguir um reais centavo que seja: os mendigos.

E é, justamente, por pensar a condição em que vivem estes sujeitos que dependem da mendicância em Uberlândia e, principalmente, por me incomodar diante da maneira como os mesmos são tratados é que decidi analisar, a partir deste espaço conflitante em que se constitui a paisagem urbana, não apenas, as experiências, expectativas e as inúmeras tensões vivenciadas por estes trabalhadores, mas principalmente, as possíveis estratégias adotadas

pelo poder público, pela imprensa e pela elite uberlandense para expulsá-los da cidade.

Como bem sabemos, nos últimos anos, o poder público de Uberlândia em muito se empenha para por em prática na cidade uma série de medidas visando adequar a estrutura física do município. Neste sentido, inúmeras modificações, alterações, acréscimos e diminuições foram feitas na cidade com o objetivo de “(...) *proporcionar qualidade de vida aos cidadãos e identidade à paisagem urbana*”⁹⁴ – pelo menos, é assim que a imprensa uberlandense justifica as ações dos dirigentes políticos do município. Os vários projetos de revitalização e remodelação das áreas centrais de Uberlândia, portanto, podem ser encarados como parte integrante de uma proposta que busca imprimir à cidade uma “nova dinâmica urbana” capaz, muitas vezes, de solucionar os problemas do presente, porém, sempre atenta ao seu futuro.

Considerando estes pressupostos, não se pode negar que a esta iniciativa de requalificação dos espaços da cidade de Uberlândia, somam-se tantos outros projetos e campanhas voltadas, não apenas, para regulamentar e normatizar a paisagem citadina, mas principalmente, moldar novos hábitos, ajustar práticas cotidianas e localizar espacialmente os sujeitos; aqui me refino, mais especificamente, à campanha “*Uberlândia Sem Esmola*” – de combate à mendicância – e ao Projeto “*Olho Vivo*” – de combate à criminalidade.

A intenção é perceber – principalmente, a partir das evidências presentes nas narrativas da imprensa uberlandense – como por meio destas campanhas os grupos dominantes de Uberlândia se esforçam para “(...) *destruir experiências de sujeitos históricos em nome de uma memória única e que, por isto mesmo, acaba por se tornar oficial na construção da unidade social e política* (...)”⁹⁵ da cidade.

A questão, que muitas vezes os dirigentes políticos e a própria população uberlandense se esquece, é que estes trabalhadores, que hoje vivem em situação de pobreza e miséria extrema – sem emprego, sem ter o que comer, onde morar e o que vestir –, não escolheram estar nesta situação. Há, de fato, toda uma conjuntura econômica, política e social – uma conjuntura que, por sinal, não é exclusiva da cidade de Uberlândia – que contribuiu, decididamente, com o surgimento deste cenário de desigualdade e contrastes sociais; neste sentido, compreendendo que a “(...) *correlação de forças entre capital e trabalho definirá a*

⁹⁴ Prefeito apresenta projeto de Requalificação do Centro e Fundinho Integrados aos Bairros. **Portal da Prefeitura de Uberlândia**. Agência de Notícias, novembro de 2008. Disponível em: <<http://www.uberlandia.mg.gov.br/noticia.php?id=2546>>. Acesso em: 12 abr. 2010.

⁹⁵ FENELON, Déa Ribeiro (org.). **Cidades – Pesquisa em História**. São Paulo: Ed. Olho d’Água/ PUC/SP, 1999, p. 08.

dinâmica desse processo e, sobretudo, a repartição do excedente” ⁹⁶, a questão da desigualdade social e, sobretudo da pobreza, necessita ser pensada, não somente, como uma realidade possível de afetar a todos os trabalhadores, mas, necessariamente, “(...) *como ferida permanente que sangra o corpo social*” ⁹⁷ e, por vezes, questionadora dos atuais sistemas econômicos, políticos e sociais.

O problema – comum, não apenas, à cidade Uberlândia, mas as demais cidades brasileiras como um todo – é que estamos diante de uma civilização que prega uma “visão de empobrecimento” como sendo algo do qual não se pode escapar. Justamente, por isso, que atualmente ser “pobre”, ajudar os mais necessitados e viver da solidariedade alheia tem se transformado em prática corrente em nosso país. Por este e outros motivos que, em uma cidade tal como Uberlândia onde poucos são aqueles que usufruem de certos “privilégios”, ser um trabalhador pobre, que vive muitas vezes por meio de esmolas, significa apenas ser mais um na multidão.

Retomando o bordão de que os pobres existem desde sempre e continuarão existindo aconteça o que acontecer, as elites conservadoras restabelecem a solidariedade como efeito de poder. Após saquear meio mundo, os financistas metamorfoseiam-se em filantropos (...). Trata-se da alternância ou da concomitância histórica identificada (...) entre os movimentos repressivos e a comiseração em face da miséria, ora a piedade, ora a força, às vezes, as duas ao mesmo tempo. ⁹⁸

Tendo como referência este trecho extraído do livro de Antonio David Cattani – *Produção de pobreza e desigualdade na América Latina* – nos caberia indagar: Será possível relacionar certas ações do poder público de Uberlândia pelo viés hegemônico, ou seja, como sendo produto direto de uma complexa combinação de forças políticas, sociais e culturais? Em outras palavras, até que ponto é possível considerar a campanha “*Uberlândia sem Esmolas*” e, conseqüentemente, o Projeto “*Olho Vivo*” como estratégias de dominação e manutenção da “ordem”?

Na tentativa de melhor esclarecer estas questões, acredito ser importante compreender toda a dimensão e complexidade que assume o conceito de hegemonia. Para tanto, proponho o diálogo com o autor Raymond Williams que, em seu livro intitulado *Marxismo e Literatura*, discute e analisa tal conceito situando-o dentro de uma evolução mais geral do pensamento

⁹⁶ CATTANI, Antonio David. Riqueza substantiva e relacional: um enfoque diferenciado para a análise das desigualdades na América Latina. In: CIMADAMORE, Alberto D. e CATTANI, Antonio David (orgs.). **Produção de pobreza e desigualdade na América Latina**. Porto Alegre: Tomo Editorial/Clacso, 2007, p. 224.

⁹⁷ Ibidem, p. 214.

⁹⁸ Ibidem, p. 220.

marxista.

Segundo Williams, o conceito de hegemonia é por definição algo que inclui e, imediatamente, ultrapassa outros dois poderosos conceitos: o de cultura – aqui entendida como “todo um processo social”, no qual os homens definem e modelam suas vidas – e o de ideologia – sistema de significados e valores, considerados expressão direta, de um determinado interesse de classe.

Levando-se em consideração este significado adotado pelo autor, que insiste em relacionar “todo o processo social” com distribuições específicas de poder e influência, fica evidente o quanto estas ações e medidas tomadas pelos grupos dirigentes de Uberlândia – a saber, a campanha “*Uberlândia sem Esmolas*” e, conseqüentemente, o Projeto “*Olho Vivo*” – assumem uma postura de organização social e controle na sociedade uberlandense, na medida em que se apropriam de determinadas formas de subordinação e domínio.

A necessidade de se manter cada grupo, ou classe, na sua devida posição social, faz com que a elite uberlandense – ao criar todas estas campanhas de combate à mendicância e à criminalidade – e a imprensa – ao apoiar as ações deste grupo –, ao invés de propor alternativas concretas para superar toda a pobreza e a desigualdade na sociedade, se preocupem apenas em criar meios para que os sujeitos que vivem nestas condições sejam, de uma vez por todas, retirados da visibilidade pública.

O que se verifica, na prática, é a adoção de uma postura muito mais “estratégica” por parte dos grupos dominantes quando os mesmos passam a considerar estas campanhas como as únicas alternativas possíveis e viáveis para, não somente, “driblar” as necessidades da população carente que vive esmolando nas ruas de Uberlândia, mas sim, de desaparecer, definitivamente, com muitos daqueles sujeitos considerados uma “calamidade pública”.

De fato, ao invés de propor medidas que visam o combate definitivo dos problemas sociais, os políticos, empresários, comerciantes, a imprensa, as famílias ricas, os juízes, promotores e policiais de Uberlândia, preferem retirar os mendigos das ruas, trancafiando-os nos albergues, ao invés de inseri-los novamente no mercado de trabalho; preferem instalar câmeras de vigilância pelas avenidas, praças e principais cruzamentos do município, visando acabar com a criminalidade e a delinquência, ao invés de combater a desigualdade social de forma mais veemente.

Em outras palavras, a postura imparcial adotada por estes grupos – verificada por meio da criação de uma série de medidas que muito pouco modifica a realidade social – se justifica enquanto uma “necessidade” que estes grupos têm de se conservarem enquanto classe social hegemônica; neste caso, é preferível criar práticas de construção e manutenção da ordem e do

controle exercido sobre toda a unidade social, ao invés de resolver definitivamente o problema da pobreza, da miséria, do desemprego e da fome na sociedade.

Até agora, todas as mudanças do modo de ser e viver tiveram lugar através da coerção brutal, ou seja, através do domínio de um grupo social sobre todas as forças produtivas da sociedade: a seleção ou “educação” do homem adequado aos novos tipos de civilização, isto é, às novas formas de produção e de trabalho, ocorreu com o emprego de inauditas brutalidades, lançando no inferno das subclasses os débeis e os refratários, ou eliminando-os inteiramente.⁹⁹

Se uma classe social, ao construir uma concepção de mundo, é capaz, ao mesmo tempo, de obter o consentimento espontâneo da sociedade, ela possui uma força hegemônica, isto é, um poder e uma dominação exercida com o “consentimento” dos dominados, e, assim, consegue perpetuar e dirigir a ordem social que corresponde aos seus valores, interesses e necessidades de classe.

Isso ocorre porque esta suposta “visão de mundo” – que, de alguma forma, prega esta “cultura da pobreza” como sendo algo do qual não se pode escapar, fazendo dos miseráveis, famintos e sem-teto figuras comuns à cidade de Uberlândia – não é apenas uma explicação ou justificativa a respeito da realidade, mas uma forma de elaborar normas de ação e opiniões capazes de orientar a conduta prática dos homens em sociedade. Esta mesma orientação ideológica é responsável por condicionar à pobreza e as desigualdades sociais um caráter banal, “(...) *um senso de realidade para a maioria das pessoas (...). Em outras palavras, (...) uma ‘cultura’, mas uma cultura que tem também de ser considerada como o domínio e subordinação vividos de determinadas classes*”.¹⁰⁰

Ao avançar a partir destas observações, é preciso dizer que toda esta reflexão se torna objeto primordial para se analisar até que ponto a campanha “*Uberlândia sem Esmolas*” e o Projeto “*Olho Vivo*” se mantém e se reproduz como estratégia de dominação e de força de toda uma classe; uma classe que, como vemos, se esforça para construir o consenso no seio da sociedade uberlandense. Neste sentido, torna-se relevante investigar – a partir das páginas e do noticiário do *Jornal Correio* – como estas campanhas se constituem, não apenas, em processos de expressão da consciência e significados específicos de uma classe pretensamente dominante, mas principalmente, como direção política e cultural a ser imposta sobre os demais segmentos sociais da cidade de Uberlândia.

⁹⁹ GRAMSCI, Antonio. Americanismo e Fordismo. In: COUTINHO, Carlos Nelson et. al (orgs.). **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, vol. 4, 2001, p. 262-263.

¹⁰⁰ WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e Literatura**. Rio de Janeiro: Zahar Editores S.A, 1979, p. 113.

Campanha “Uberlândia sem Esmolas” e Projeto “Olho Vivo”: formas diferenciadas de localizar a pobreza e a desigualdade social na cidade.

Ao lidarmos com a memória como campo de disputas e instrumentos de poder, ao explorarmos modos como memória e história se cruzam e interagem nas problemáticas sociais sobre as quais nos debruçamos, vamos observando como memórias se instituem e circulam, como são apropriadas e se transformam na experiência social vivida. (...) Toda essa movimentação se faz numa (...) luta contínua e necessariamente irregular e desigual por parte da cultura dominante, cujo propósito é desorganizar e reorganizar constantemente a cultura popular, confinar suas definições e fórmulas dentro de uma gama mais completa de formas dominantes. Mas há também pontos de resistência, momentos de inibição. Esta é a dialética da luta na cultura e pela cultura, em que há sempre posições estratégicas que se conquistam e se perdem.¹⁰¹

De uma forma ou de outra, quando nos atentamos às questões pertinentes a categoria cidade não podemos deixar de fazer referência a outras duas categorias – experiência social e memória – que nos conduz sempre, em nossas reflexões, a considerar que diferentes sujeitos, ao experimentar situações e relações sociais distintas, elaboram suas memórias a partir de uma realidade em constante mudança, como um campo de luta, onde prevalecem as disputas, os domínios, as afirmações sociais e as construções de hegemonias.

Diante destas considerações, a idéia é retomar as experiências de vida dos diferentes trabalhadores que compõe a tessitura social da cidade de Uberlândia – principalmente, a partir das narrativas da imprensa local – permitindo, por meio desta opção, a visualização de suas escolhas mediante as muitas transformações verificadas na paisagem urbana. É preciso, pois, compreender os sentidos, as expectativas, as resistências e os conflitos que surgem no espaço da cidade em contraponto as campanhas e projetos que se apóiam em uma suposta adequação dos espaços e regulamentação de certas práticas do cotidiano da população uberlandense.

O interessante é notar, a partir das inúmeras reportagens publicadas pelo *Jornal Correio* a respeito da campanha “Uberlândia sem Esmolas” e do projeto “Olho Vivo” – considerando à singularidade presente nas relações sociais desenvolvidas no cotidiano da cidade de Uberlândia –, como certos valores, ideias e significados comuns à sociedade uberlandense aparecem compondo esse jogo de interesses e, principalmente, este campo de disputa pelas memórias.

Nos últimos anos, é comum notarmos nas páginas do *Jornal Correio* uma série de matérias – publicadas nos mais distintos cadernos e seções deste periódico –, que buscam

¹⁰¹ KHOURY, op. cit., 2004, p. 118-120.

atentar a população uberlandense para o número cada vez maior de mendigos à circular pelas ruas de Uberlândia. Na tentativa de contornar esta situação, bem como retirar de cena estes sujeitos considerados inoportunos – na visão da imprensa e dos grupos dominantes da cidade –, medidas de intervenção política e ações coercitivas foram propostas para sociedade uberlandense.

Na prática, se levarmos em consideração os relatos desta população de rua na cidade de Uberlândia, bem como, os fatos e acontecimentos narrados pela imprensa local, é possível perceber a anos estes trabalhadores – na condição de mendigos por necessidade – se encontram às margens da sociedade uberlandense, excluídos, apagados e enxotados da visibilidade pública. Entretanto, à medida que o número de sujeitos nesta situação cresce em proporções consideráveis – passando a ocupar os mais variados espaços da cidade de maneira aparente –, os grupos dominantes clamam por uma solução rápida e eficiente de controle e combate à mendicância e à pobreza.

“*Quem dá esmola não dá escola, não dá futuro e não dá emprego*”, este é o tema da campanha que começou na cidade de Uberlândia, em fevereiro de 2007, com o objetivo de acabar, definitivamente, com a mendicância no município. De maneira geral, esta campanha conta com o apoio dos principais órgãos públicos da cidade, a saber, o Ministério Público, as polícias Civil, Militar e Federal, a Icasu (Instituição Cristã de Assistência Social de Uberlândia) e, como não poderia deixar de ser, a própria Prefeitura Municipal.

O Ministério Público inicia hoje uma operação para retirar das ruas de Uberlândia os pedintes que ficam nos principais cruzamentos de ruas e avenidas. A intenção é fazer um cadastro destas pessoas, identificando-as e dando-lhes condições para que retornem às suas famílias ou vão para os abrigos. Os pais poderão ser responsabilizados criminalmente, caso tenha filhos menores de idade nesta atividade. A Promotoria Criminal conjuntamente com as polícias Federal, Militar ou Civil vai percorrer todos os sinais de Uberlândia para identificar estes pedintes que, segundo o promotor Marco Aurélio Nogueira, têm aumentado muito e geram transtornos. (...)

A iniciativa do Ministério Público atende a uma solicitação da Prefeitura de Uberlândia. Segundo o prefeito Odelmo Leão, o Município, por meio da Secretaria de Ação Social, sempre faz este trabalho de retirada dos pedintes das ruas, mas eles acabam retornando à mendicância.¹⁰²

Como é possível perceber a partir deste trecho extraído do *Jornal Correio*, visando atender uma solicitação do prefeito da cidade de Uberlândia – o Sr. Odelmo Leão Carneiro –,

¹⁰² Pedintes começam a ser retirados das ruas. Quem for recolhido será cadastrado e levado de volta para casa ou abrigo. **Jornal Correio**. Caderno Cidade/Segurança. Uberlândia, 19/02/2007, p. A9.

foi iniciada uma “operação” para retirar das áreas de maior visibilidade pública os inúmeros trabalhadores que atualmente sobrevivem da mendicância e que, por vezes, transitam sem destino certo pelas ruas do município. Por alguma razão, tanto o poder público municipal quanto os grupos ligados a estes dirigentes, entenderam que era preciso propor uma alternativa concreta para contornar o problema da pobreza, da mendicância e da incidência destes moradores de rua nas principais esquinas e semáforos da cidade.

O trabalho de retirada dos pedintes coordenado pelo promotor Marco Aurélio visa identificá-los e dar a eles condições de sobrevivência. Equipes de assistentes sociais recolhem os mendigos das ruas e fazem um cadastro que permite saber a origem de cada um. Quem mora na cidade é aconselhado a retornar para suas casas, quem vem de fora é orientado a voltar para a cidade de origem.¹⁰³

Quanto a esta motivação de retirada dos pedintes das ruas de Uberlândia resta saber: Que razões levaram, de fato, a Prefeitura Municipal, o Ministério Público e as polícias Civil, Militar e Federal a organizar esta “operação” de retirada dos mendigos das ruas de Uberlândia? Seria esta ação conjunta uma preocupação com estes sujeitos e, portanto, com os problemas sociais que aflige a sociedade uberlandense?

No diálogo constante com as evidências, é possível perceber que tamanho destaque dado na imprensa uberlandense a estes mendigos não se deve ao fato de estar o poder municipal de Uberlândia preocupado com a maneira com que estes trabalhadores vivem na cidade, como moram ou se alimentam, quais suas expectativas ou necessidades e, principalmente, quais as suas pretensões; ao contrário, o que preocupa é o fato de que estes sujeitos, por vontade própria, decidiram ocupar os espaços públicos de Uberlândia e, com isso, acabaram ocasionando mudanças na própria paisagem urbana – mudanças que, na realidade, não agradam, nem um pouco, os grupos dominantes da cidade.

Sob a alegação de dar “dignidade às pessoas mais necessitadas” e “condições adequadas de sobrevivência”, o Ministério Público e a Prefeitura Municipal de Uberlândia tentam justificar a campanha de combate à mendicância reforçando a idéia de que “*o ato de solidariedade ao ajudar alguém nas ruas muitas vezes estimula até o tráfico e o uso de drogas*”¹⁰⁴.

¹⁰³ Pedintes abandonam o hipercentro. Ação do Ministério Público iniciada no mês passado rende resultados. **Jornal Correio**. Caderno Cidade/Segurança. Uberlândia, 28/03/2007, p. B4.

¹⁰⁴ Fim da esmola. MP já cadastrou 10 na “operação pedinte”. **Jornal Correio**. Caderno Cidade/Segurança. Uberlândia, 24/02/2007, p. B3.

O dinheiro arrecadado pelos pedintes muitas vezes é também responsável por financiar o tráfico de drogas e alimentar ainda mais o vício. “Eu peço à população de Uberlândia à colaboração no sentido de não dar esmolas e denunciar ao Ministério Público”, reforçou o promotor [Marco Aurélio Nogueira].¹⁰⁵

O fato é que, na tentativa de impor à população uberlandense uma nova maneira de enxergar a cidade e as relações sociais, o poder público – com o apoio do *Jornal Correio* – procura induzir nas pessoas uma espécie de “pânico social”, possível de ser constatado a partir do instante em que a presença destes pedintes passa a ser vista como caso de polícia, questão de segurança pública.¹⁰⁶ Não é coincidência que no *Jornal Correio de Uberlândia* a maioria das reportagens que buscam atentar a população uberlandense para este suposto “perigo” ocasionado pela presença destes sujeitos se encontram organizadas nos cadernos “Cidade” e “Segurança”.

Segurança hoje é um grande desafio (...). E não pode mais este assunto ser tratado como lote de campanha, porque tem que contar com a participação de toda a sociedade.

Até a elite dos grandes centros que vivia em zona de conforto encontra-se ameaçada: os condomínios de luxo já não garantem a paz dos que possuem muito dinheiro. (...) E o que está em risco não são mais os bens materiais, é a vida, o direito de liberdade. Quem está preso hoje é o cidadão de bem, que segue rigorosamente a lei e paga todos os impostos. (...)

Acredito que chegamos a um ponto em que cada cidadão terá que continuar reclamando, mas também refletindo sobre questões mais profundas. Por exemplo: como é sua participação no processo comunitário, o seu papel como vizinho, no trânsito, na escolha de representante de sua associação de classe, em quem vota na eleição. (...)

Acreditamos que os subsistemas, responsáveis pela nossa segurança, poderão se unir e, junto com a sociedade, gerar uma reação em cadeia, uma espécie de revolução em busca de uma sociedade (...) menos individualista. Alguns segmentos terão que abrir mão da vaidade, do egoísmo e ver o conjunto como fator de crescimento. (...)

Mas destacamos Uberlândia. Nos dois últimos tempos, a cidade obteve recursos que não recebeu em 20 anos para adotar uma política municipal

¹⁰⁵ Pedintes começam a ser retirados das ruas. Quem for recolhido será cadastrado e levado de volta para casa ou abrigo. **Jornal Correio**. Caderno Cidade/Segurança. Uberlândia, 19/02/2007, p. A9.

¹⁰⁶ Ver: Desocupado é morto a tiros no Tocantins. **Jornal Correio**. Caderno Cidade/Segurança. Uberlândia, 16/02/2007, p. B3; Desocupado é preso com 60 pedras de crack. **Jornal Correio**. Caderno Cidade/Segurança. Uberlândia, 13/04/2007, p. B3; Desocupado ataca e furta comerciante. **Jornal Correio**. Caderno Cidade/Segurança. Uberlândia, 02/05/2007, p. A6; Morador de rua morre com oito facadas. **Jornal Correio**. Caderno Cidade/Segurança. Uberlândia, 21/05/2007, p. A7; Andarilho esfaqueia homem no Aparecida. **Jornal Correio**. Caderno Geral. Uberlândia, 01/06/2007, p. B3; Mendigos amedrontam a comunidade do Aparecida. Ocupação da praça incomoda moradores e prejudica comerciantes. **Jornal Correio**. Capa. Uberlândia, 28/07/2007; Pedinte é preso por agredir passageiros. **Jornal Correio**. Caderno Cidade. Uberlândia, 20/08/2007, p. A7; Desocupado é morto no Joana D’arc. **Jornal Correio**. Caderno Cidade/Segurança. Uberlândia, 24/11/2007, p. B3; Drogas. Pedinte é assassinado na favelinha do Tiberi. **Jornal Correio**. Caderno Cidade/Segurança. Uberlândia, 15/01/2008, p. B3.

alinhada ao governo do Estado. O prefeito tem focado sua gestão em pontos estratégicos. A polícia militar, civil, federal, juízes e promotores (...) tem procurado cumprir o seu dever, têm melhorado, mas é necessário lutar para que a sociedade seja forte e consciente, uma sociedade fraca e suscetível a qualquer doença não produz e não vive feliz. [Hélio Mendes, Consultor de Estratégia e Gestão].¹⁰⁷

A partir deste trecho extraído do *Jornal Correio* o que se nota é uma tentativa, por parte dos próprios idealizadores da campanha “*Uberlândia sem Esmolas*”, de chamar a atenção de toda a sociedade para este momento pelo qual a cidade de Uberlândia está passando. Um momento em que é preciso, antes de qualquer coisa, unir forças para o bem maior da sociedade, como fator de crescimento, visando com isso combater “qualquer doença” que empeça o progresso e ponha em risco à vida da população, a saber, a própria mendicância no município.

Neste sentido, a todo instante, o *Jornal Correio* vem cobrar da população uberlandense a iniciativa, não apenas, de refletir a respeito de certas questões, as quais ela mesma se refere como “questões mais profundas” para toda a sociedade, mas principalmente, a sua conscientização e participação freqüente neste processo que visa garantir à ordem da cidade.

A conscientização da população sobre o malefício da esmola é o principal ponto nesta primeira fase da campanha. “Isso traz um prejuízo principalmente para crianças e adolescentes que poderiam ter um futuro melhor, se não estivessem recebendo um recurso fácil que os leva para situações de risco. O que se estuda agora é a questão de a população se envolver, ajudar e se conscientizar. Ao contrário, está atrapalhando ao dar esmola”, frisou Iracema Marques, secretária municipal de Desenvolvimento Social.¹⁰⁸

Fica evidente, em muitos momentos, por parte do Ministério Público e da Prefeitura de Uberlândia, a tentativa de delegar à própria população o provável sucesso, ou insucesso, da campanha de combate à mendicância na cidade; em outras palavras, recai sobre a sociedade uberlandense a responsabilidade pela presença e permanência destes moradores de rua na cidade, principalmente, por ocasião do hábito que muitos têm de dar esmolas para estes trabalhadores.

Esta suposta “conscientização” por parte da sociedade uberlandense aparece refletida, não apenas, no ato de não dar esmolas nas ruas e nos semáforos da cidade, mas também, no

¹⁰⁷ Ponto de Vista. Segurança em Uberlândia. **Jornal Correio**. Caderno Opinião. Uberlândia, 18/03/2007, p. A2.

¹⁰⁸ Fim da esmola. MP já cadastrou 10 na “operação pedinte”. **Jornal Correio**. Caderno Cidade/Segurança. Uberlândia, 24/02/2007, p. B3.

fato das pessoas começarem a evitar os mesmos espaços freqüentados por estes moradores de rua, passando a ignorá-los e, por vezes, até a denunciá-los como forma de combater os problemas relacionados à violência e à criminalidade local.

A operação desencadeada pelo Ministério Público para retirar os pedintes das ruas, iniciada na segunda-feira, já cadastrou 10 destas pessoas e recebeu aproximadamente duas mil ligações da comunidade denunciando casos de pessoas que pedem esmolas. Nos próximos dias deve ser iniciada uma ampla campanha publicitária alertando a comunidade para que não dê esmolas nas ruas.

A propaganda, que será veiculada por meio de placas, panfletos e outras mídias, vai reforçar a necessidade de dar dignidade às pessoas mais necessitadas, porém sem financiar o crime. Isso porque o ato de solidariedade ao ajudar alguém nas ruas muitas vezes estimula até o tráfico e o uso de drogas. (...) ¹⁰⁹

Com base nos fatos e acontecimentos narrados, até então, pelo *Jornal Correio* torna-se relevante traçar algumas considerações. Num primeiro momento, é preciso reconhecer que as palavras da secretária municipal de Desenvolvimento Social, a Sra. Iracema Marques, são bem claras ao afirmar que “(...) o que se estuda agora é a questão de a população se envolver, ajudar e se conscientizar (...)” ¹¹⁰; neste sentido, considerando a narrativa da Sra. Iracema, fica claro que o ponto de partida da campanha de combate à mendicância é de fato a conscientização dos moradores da cidade de Uberlândia, principalmente, quando a mesma alega que é necessário que a população se envolva e colabore com esta causa.

Em segundo lugar, é preciso considerar que toda esta suposta preocupação do poder público, exposto nas palavras da Sra. Iracema Marques, acaba por esconder, a meu ver, um problema ainda maior. Um problema que, como sabemos, é algo mais comum do que se imagina na cidade de Uberlândia. Aqui me refiro ao fato de muitos, ainda hoje, considerarem que estes trabalhadores que, porventura, estão mendigando nas ruas de Uberlândia, assim o fazem por simples acomodação ou, tal como acredita a secretária de Desenvolvimento Social, para receber “um recurso fácil” ¹¹¹.

Levando-se em consideração o dia-a-dia das inúmeras famílias que atualmente vivem nas ruas da cidade de Uberlândia, suas dificuldades e carências, torna-se impossível acreditar que entre estes trabalhadores exista alguém que prefira esta vida de privações, apenas, pela garantia de “receber um recurso fácil”. Por certo, estes trabalhadores, que muitas vezes se

¹⁰⁹ Fim da esmola. MP já cadastrou 10 na “operação pedinte”. **Jornal Correio**. Caderno Cidade/Segurança. Uberlândia, 24/02/2007, p. B3.

¹¹⁰ Ibidem.

¹¹¹ Ibidem.

implorando a caridade alheia pelas ruas de Uberlândia, não escolheram nascer nesta condição de miseráveis e pedintes, sem lar, sem trabalho, sem ter o que comer e onde dormir.

Entretanto, apesar de todos estes problemas enfrentados na sociedade uberlandense, ainda assim estes trabalhadores continuam, em maior ou menor proporção, ocupando os espaços da cidade de Uberlândia – ruas, praças, pontes, semáforos, marquises e bairros periféricos –, imprimindo suas marcas na paisagem urbana e reivindicando um lugar na realidade social.

O poder público de Uberlândia, na figura do prefeito Odelmo Leão Carneiro, por vezes questiona a postura adotada por estes trabalhadores por, justamente, acreditar que estes sujeitos não necessitavam estar nesta condição – mendigando pela cidade, dormindo nas praças e ruas, pedindo algo para comer – já que existem na cidade de Uberlândia os albergues públicos para atendê-los; são as chamadas casas de apoio criadas com o objetivo de auxiliar estes moradores de rua, dando a eles a assistência de que necessitam.

Segundo o prefeito Odelmo Leão, o município, por meio da Secretária de Ação Social, sempre faz este trabalho de retirada dos pedintes das ruas, mas eles acabam retornando à mendicância. “Você retira o pedinte, leva ao albergue ou leva-o às famílias e ele volta novamente. Sabemos até que 90% deles são de outra região. Temos que respeitar o direito de ir e vir destas pessoas, mas precisamos encaminhá-los para que possam viver com dignidade”, disse Odelmo Leão.¹¹²

“Respeitar o direito de ir e vir”, essa é a tarefa mais difícil para as autoridades de Uberlândia. É o que se pode notar, neste trecho do *Jornal Correio*, quando o próprio prefeito da cidade afirma – um tanto quanto frustrado – realizar este trabalho de retirada dos mendigos das ruas de Uberlândia diversas vezes ao longo do ano; porém, como ele mesmo admite, eles acabam sempre retornando. Assim, não seria também um direito destes trabalhadores de permanecer nestes locais que eles adotaram como sendo o seu lar ao invés de ir para um albergue?

Na realidade, dentre as razões possíveis de ser identificadas e que acabam determinando as escolhas destes trabalhadores para continuar vivendo fora dos albergues públicos de Uberlândia é preciso ressaltar a postura, muitas vezes, adotada pelos próprios agentes da Secretaria de Desenvolvimento Social durante esta abordagem. Na maioria dos casos, estes moradores de rua se queixam por serem tratados como meros objetos, deslocados

¹¹² Pedintes começam a ser retirados das ruas. Quem for recolhido será cadastrado e levado de volta para casa ou abrigo. **Jornal Correio**. Caderno Cidade/Segurança. Uberlândia, 19/02/2007, p. A9.

de um lado para outro, a mercê da vontade destes grupos dominantes que temem a sua presença e permanência nos espaços públicos da cidade. São enfáticos ao afirmar que muito pouco é feito “para que possam viver com dignidade”, tal como afirma em muitos momentos o prefeito de Uberlândia.

Em condição de miséria absoluta, sem dinheiro e sem destino, eles [moradores de rua] lamentam a maneira como o problema é enfrentado pelo poder público municipal. “Eles (assistentes sociais da Secretaria de Desenvolvimento Social) chegam de surpresa para levar a gente embora. Mas nunca falam pra onde”, afirma José Carlos Medeiros da Silva, morador há mais de dois anos de um vão sob a ponte na região Oeste de Uberlândia. Ele e mais 10 pessoas convivem com o barulho incomodo dos caminhões que passam incessantemente sobre a ponte onde tentam sobreviver – sem nenhum recurso financeiro, sem trabalho e com muito pouco alimento, sempre doado.

José conta que já recebeu passagens de ônibus da assistência social do Município para levar sua condição paupérrima para outro lugar. “Ganhei a passagem para Cuiabá, mas lá foi pior do que aqui”, contou. Sem perspectivas, ele e o filho de 12 anos, que está fora da escola, voltaram à estaca zero. “Sou baiano, mas meus documentos são todos daqui de Uberlândia”, fez questão de enfatizar.

A desempregada Deisiane Souza Ferreira sabe bem como é essa transferência forçada, cujo ponto final é sempre indefinido e quase nunca leva a uma vida melhor. Ela, o marido e os filhos viviam na Rua Geraldo Motta Batista (Beira-rio), no bairro Daniel Fonseca. (...) Instalados de maneira improvisada em uma área institucional do Município (...) eles foram obrigados a deixar o local. O barraco foi novamente montado, desta vez em um lote vago próximo à Área de Preservação Permanente (APP) do córrego do Óleo, no bairro Jardim Patrícia. A troca de um lugar movimentado, onde muitas pessoas fazem caminhada, por outro mais escondido diminuiu a oferta de mantimentos. (...)

“Trouxeram a gente de caminhão e deixaram a gente aqui com as nossas coisas”, disse Deisiane, informando que o caminhão era da Prefeitura. “O pessoal (da Secretaria de desenvolvimento Social) já veio aqui depois disso e falaram pra gente que iam arranjar um outro lugar para nós. Uma casa pronta ou um lote. Mas até hoje não voltaram”, decepçiona-se.¹¹³

Levando-se em conta todas estas informações é possível aferir que toda esta suposta “dignidade” de vida que se pretende para estes moradores de rua, e que tanto o poder público e a imprensa de Uberlândia defende, esconde uma realidade cada vez mais injusta e excludente. Temos sim que respeitar o direito de ir e vir destes trabalhadores, tal como afirma o prefeito da cidade de Uberlândia, porém, como é possível deduzir a partir destas afirmações, desde que eles não fiquem perambulando pelas ruas do município. Esta é, sem dúvida alguma, a preocupação primeira dos governantes e dos grupos dominantes da cidade de Uberlândia,

¹¹³ Falta de moradia faz da rua o lar de muita gente. Maior problema é fazer com que os moradores tenham onde se instalar. **Jornal Correio**. Caderno Cidade. Uberlândia, 28/08/2007, p. B1.

uma vez que a presença destes mendigos é fator de risco para a ordem e o progresso tão almejado.

De uma forma ou de outra, ao contrário de propostas mais veementes para solucionar, de uma vez por todas, os problemas de ordem social verificados na cidade de Uberlândia, o poder público municipal – com o apoio da imprensa – propõe, mais uma vez, a adoção de medidas de caráter paliativo com o intuito de contornar a pobreza e acabar com a presença destes trabalhadores pelas principais vias do município. A primeira alternativa encontrada consiste em esconder estes sujeitos nos próprios albergues da cidade, retirando-os da visibilidade pública e condenando-os ao anonimato; a outra saída, por vezes, utilizada é a transferência forçada destes sujeitos para um local bem distante da cidade de Uberlândia.

O trabalho de retirada dos pedintes coordenado pelo promotor Marco Aurélio visa identificá-los e dar a eles condições de “sobrevivência”. Equipes de assistentes sociais recolhem os mendigos das ruas e fazem um cadastro que permite saber a origem de cada um. Quem mora na cidade é aconselhado a retornar para suas casas, ou são encaminhados para os abrigos (...), quem vem de fora é orientado a voltar para sua cidade de origem.¹¹⁴

O que se percebe, na prática, quando o assunto são os projetos de adequação dos espaços urbanos de Uberlândia em conjunto com a campanha “*Uberlândia sem Esmolas*” é que, em se tratando de moradores de rua, a solução é evidente: ou ir embora da cidade, levando “sua condição paupérrima para outro lugar”, ou, viver em um albergue, isolado do restante da sociedade uberlandense. Fica evidente, portanto, que a intenção destes grupos dominantes ao propor toda esta ação consiste em confinar estes trabalhadores, mais uma vez, às áreas invisíveis de Uberlândia, escondendo-os nos bairros periféricos ou enviando-os para a sua cidade de origem, como se realmente o problema fosse ser resolvido.

Na verdade, se considerarmos algumas reportagens publicadas pela imprensa uberlandense ao longo destes últimos anos veremos que a campanha “*Uberlândia sem Esmolas*” de combate à mendicância colaborou, de fato, com a redução do número de trabalhadores a mendigar pelas principais ruas, avenidas e praças da cidade de Uberlândia.

O número de pedintes nas ruas de Uberlândia diminuiu significativamente desde fevereiro do ano passado quando foi iniciada uma operação coordenada pelo Ministério público para retirá-los das ruas. A constatação é dos envolvidos no projeto que retornaram ontem aos principais pontos onde havia a presença de pessoas pedindo esmolas. (...)

¹¹⁴ Pedintes abandonam o hipercentro. Ação do Ministério Público iniciada no mês passado rende resultados. **Jornal Correio**. Caderno Cidade/Segurança. Uberlândia, 28/03/2007, p. B4.

Por volta das 18h de ontem, na avenida Rondon Pacheco, na altura do Estádio Airton Borges até no cruzamento com a Nicomedes Alves dos Santos não havia nenhum pedinte. Apenas alguns vendedores ambulantes. O início da noite era chuvoso, o que faz com que diminua a presença nas ruas, mas os responsáveis pela operação afirmam que as rondas rotineiras das equipes da Secretaria de Desenvolvimento Social comprovam que houve essa diminuição.¹¹⁵

Entretanto, apesar desta diminuição significativa do número de pedintes – tal como afirma o *Jornal Correio* – não se pode negar que o problema da mendicância em Uberlândia está longe de ser, definitivamente, resolvido. Na medida em que os diversos grupos envolvidos nesta campanha “*Uberlândia Sem Esmola*” começam a fechar o cerco contra estes mendigos na cidade, fica evidente a forma como estes trabalhadores procuram, gradativamente, elaborar estratégias outras de sobrevivência na cidade e, conseqüentemente, outros meios de burlar toda esta vigilância imposta.

De fato, frente a estas observações, é interessante perceber como os grupos dominantes de Uberlândia – ao elaborar campanhas com o intuito de suprimir a pluralidade do presente, tal como acontece com a campanha “*Uberlândia sem Esmolas*” –, muitas vezes, se esquecem que nem sempre as adequações, normatizações e regulamentações são aceitas passivamente; ao contrário, por vezes esta suposta “unidade social e política” escondem estratégias variadas de sobrevivência, de luta e de interferência nos espaços remodelados e (re)qualificados da cidade.

Por certo, alguns destes mendigos deixaram sim de ocupar certas áreas consideradas privilegiadas e “nobres” na cidade de Uberlândia, mas passaram a se deslocar e a ocupar outros pontos do espaço urbano, considerados “menos visados”. Nestes novos espaços, estes trabalhadores criam novas formas de viver e de se sustentar; formas estas que não envolvem, necessariamente, o ato de pedir esmolas pelas ruas e nos semáforos do município.

Mesmo sem emprego fixo ou renda, eles [moradores de rua] negaram que vivem de esmolas. Ivo Tassiano, 54 anos, morador do bairro Martins e velho conhecido das equipes de assistência social da Prefeitura, chegou a ser cadastrado há duas semanas, mas ontem estava novamente nas ruas. E garante: “eu volto sempre, porque é daqui que eu tiro meu dinheiro”. Ivo nega que seja pedinte e o dinheiro que ganha nas ruas é, segundo ele, proveniente das gorjetas dadas pelos donos de veículos que ele vigia nas vagas de estacionamento público.¹¹⁶

¹¹⁵ Operação. Cai número de pedintes nas ruas. **Jornal Correio**. Caderno Cidade/Segurança. Uberlândia, 15/02/2008, p. B3.

¹¹⁶ Pedintes abandonam o hipercentro. Ação do Ministério Público iniciada no mês passado rende resultados. **Jornal Correio**. Caderno Cidade/Segurança. Uberlândia, 28/03/2007, p. B4.

Se a mendicância tornou-se prática proibida pelos grupos dominantes da cidade de Uberlândia, se por ocasião da escassez de trabalho e/ou ausência de qualificação estes trabalhadores não conseguem encontrar um emprego “legal”, então, é necessário buscar alternativas outras de sobrevivência na cidade. Neste caso, a saída encontrada por estes sujeitos continua sendo ainda a de ocupar as ruas e semáforos de Uberlândia, mas não necessariamente pedindo esmolas; nas esquinas e nos cruzamentos da cidade estes trabalhadores agora vendem balas, lavam e vigiam carros, vivem da música e da arte – tocando triângulo, fazendo malabarismo, estátuas vivas. De uma forma ou de outra, para estes sujeitos que insistem em permanecer neste ambiente hostil e excludente da sociedade uberlandense, o importante é sobreviver – não importando de que maneira.

A questão é que estes moradores de rua – trabalhadores que sobrevivem da mendicância e na informalidade em Uberlândia – são, na realidade, evidências “representativas” de toda uma dinâmica social que, de alguma forma, faz com que estes sujeitos passem a existir em cada canto da cidade e, cada vez mais, em maior proporção.

No que se refere mais especificamente à cidade de Uberlândia torna-se relevante dizer que, assim como aumentam o número destes mendigos pela cidade, aumentam também as críticas por parte dos políticos, da imprensa e da elite uberlandense em relação à presença dos mesmos na sociedade. Como sabemos, a intenção destes grupos dominantes ao questionar a presença e a permanência destes trabalhadores na cidade é fruto de uma tentativa, por vezes, irrefreável de manter uma ordem, civilidade e urbanização que se pretende, por meio da expressão de certos valores, interesses e necessidades de classe, construir como projeto de cidade, como anuência social.

De qualquer forma, ao propor lidar com as evidências da imprensa uberlandense a respeito destes trabalhadores tão comuns à cidade de Uberlândia, pude perceber a possibilidade de trabalhar, não apenas, com a campanha “*Uberlândia sem Esmolas*”, mas também, com inúmeros outros projetos de intervenção social, a saber, o Projeto “*Olho Vivo*” criado para contornar o problema da segurança pública no município.

Nos últimos anos, nos mais distintos meios de comunicação da cidade de Uberlândia – mídia televisionada ou escrita – é possível constatar, com certa frequência, uma provável relação entre o alto índice de criminalidade e violência registrado no município e o quadro latente de empobrecimento e desigualdade social instaurado há anos no município.

O problema é que em meio a todo este cenário de injustiças sociais o que aparece com maior frequência não são as causas ou conseqüências de todo este problema, mas sim os prováveis agentes que sofrem todas estas adversidades. Por isso que, em Uberlândia, ao

associar criminalidade com pobreza, muitos insistem em relacionar a criminalidade com a presença de certos trabalhadores pelas ruas da cidade – a saber, os carroceiros, os flanelinhas, os vendedores ambulantes e, principalmente, os mendigos de maneira generalizante.

“Boa tarde. Peço um minuto da atenção de todos vocês. Faço parte de uma entidade não governamental que atende drogados. Eu poderia estar roubando, mas, no entanto, estou aqui (...) pedindo uma pequena colaboração de vocês. Quem tiver bom coração e puder contribuir com algumas moedas a instituição agradece”.

Discursos como este tornaram-se comuns para os usuários de transporte coletivo em Uberlândia. São pedintes e vendedores de balas, amendoins, adesivos e canetas, contando histórias emocionantes para obter dinheiro fácil. (...) alguns falam que são de outra cidade e precisam de dinheiro para pagar a passagem de volta para casa, outros tentam ser mais convincentes e fazem apelos sentimentais, dizem que a família está passando fome, que tem aids ou outra doença, que precisam fazer alguma cirurgia, mostram até receitas falsas (...).

“Com os terminais, eles gastam só uma passagem e rondam a cidade inteira mendigando. Algumas vezes, tentamos impedir, mas eles fazem inúmeras ameaças. Por isso, na maioria das ocasiões, somos obrigados a deixar para evitar problema”, disse o cobrador de ônibus Eurípedes Côrrea.

“Raramente pego um ônibus que não tem um pedinte fazendo um discurso. Ontem (quarta-feira), um rapaz entrou no coletivo pedindo um dinheiro para comer, mas, na verdade, acho que ele é um drogado que pede dinheiro para sustentar o vício. Ele dizia que faltava R\$ 3,40 e ficou gritando até conseguir”, disse a operadora de telemarketing Diene Souza Paiva.¹¹⁷

Como é possível perceber na passagem acima apresentada, extraída do *Jornal Correio*, muitas são as estratégias adotadas por cada um destes trabalhadores – atualmente na condição de moradores de rua e pedintes – para conseguir, de alguma forma, sustentar a família e garantir a própria sobrevivência. De ônibus em ônibus estes sujeitos percorrem a cidade de Uberlândia à procura de um dinheiro para sanar suas necessidades, por vezes, interpelando e convencendo as pessoas por meio da narração de suas experiências, relatos de vida e de dificuldades sofridas na cidade.

Não estou querendo, neste instante, questionar a veracidade dos fatos narrados por estes trabalhadores; nem tão pouco pelos moradores e passageiros do transporte coletivo de Uberlândia. Por vezes, reconheço que exista sim, entre este grupo de mendigos a perambular pela cidade, pessoas pedindo para sustentar suas fraquezas e vícios; mas, no entanto, há também um número considerável de sujeitos entre eles que, de fato, necessitam de ajuda, que têm família para sustentar, crianças pequenas passando fome, que estão doentes, ou, que

¹¹⁷ De ônibus em ônibus pedintes enchem o bolso. Casos mirabolantes são a principal arma para conseguir um trocado dos usuários. **Jornal Correio**. Caderno Cidade. Uberlândia, 24/08/2007, p. B4.

querem simplesmente voltar para a sua cidade natal.

Ao considerarmos que, na prática, não há outra maneira destes trabalhadores conseguirem suprir suas necessidades, uma vez que os mesmos não têm um emprego na cidade, o que há de errado em pedir um dinheiro para sobreviver? Por que não contar com a solidariedade daqueles cidadãos uberlandenses que, porventura, têm mais a oferecer?

Neste momento, é importante que tenhamos sempre em mente que estes trabalhadores pobres, doentes e famintos, que estão a mendigar pelos cantos de Uberlândia, não nasceram e não escolheram estar nesta condição. Torna-se, cada vez mais, necessário ressaltar – para que, de alguma forma, evitemos as possíveis generalizações e os julgamentos preconceituosos a respeito das condutas e, conseqüentemente, da real necessidade destes trabalhadores – que, por ocasião de uma série de transformações verificadas ao longo do tempo nas relações de trabalho e na sociedade como um todo, são inúmeros os fatores que colaboram para que estes sujeitos vivam nesta situação de pobreza e de mendicância.

Digo isto porque, ao atentarmos para este fato e, conseqüentemente, para as prováveis causas desta desigualdade social, talvez possamos impedir comentários como o da operadora de telemarketing, Diene Souza Paiva, que afirma veementemente que o mendigo que a abordou no ônibus – e, desta forma, tantos outros que estão pela cidade – “(...) *é um drogado que pede dinheiro para sustentar o vício*”¹¹⁸.

A questão é que manifestações como a da Sra. Diene tornaram-se cada vez mais constantes na sociedade uberlandense. Basta observar as matérias publicadas pela imprensa local para perceber que, não apenas, os grupos dominantes da cidade, mas também parte da população considera estes trabalhadores “(...) *verdadeiros oportunistas. Alguns vêm com o papo de que estão vendendo canetas para alguma instituição. Mas (...) isso tudo é golpe desse povo que quer ganhar dinheiro fácil, sem fazer muito esforço*”.¹¹⁹

Frente a estes comentários freqüentes dos moradores de Uberlândia, torna-se evidente que os grupos dominantes da cidade se aproveitam para intensificar a própria campanha “*Uberlândia sem Esmolas*”, enaltecendo as razões que levaram a criação da mesma, bem como, seus possíveis desdobramentos para a sociedade uberlandense; de uma forma ou de outra, por trás de toda esta iniciativa é possível perceber como, no conjunto da sociedade, se forja uma rede relações de poder e de força capazes de difundir determinados valores e sentidos para a realidade vivida, ou seja, como este discurso esconde toda uma estratégia de

¹¹⁸ Ibidem.

¹¹⁹ Persuasão: Passageiros ajudam a alimentar a mendicância. **Jornal Correio**. Caderno Cidade. Uberlândia, 24/08/2007, p. B4.

dominação de classe.

Vejam os abaixo, neste trecho extraído do *Jornal Correio*, como um dos responsáveis pela campanha “*Uberlândia sem Escolas*” se esforça para relacionar à mendicância na cidade a todo um cenário de violência e criminalidade constatado nos últimos anos no município. Perceba, para além deste fato, a maneira generalizante com que ele associa a figura destes trabalhadores ao tráfico e ao uso de drogas como se, de alguma maneira, estes sujeitos fossem os pioneiros, ou precursores, destes hábitos e vícios na sociedade uberlandense.

O MP tem um cadastro com cerca de 250 nomes de pessoas que foram identificadas e estão sendo monitoradas para evitar que voltem as ruas. “O próximo passo é continuar cadastrando as pessoas e também solicitar que ajudem os mais necessitados, mas evitem dar esmolas no sinaleiro. Para que a gente tenha como exemplo o caso do Eduardo (pedinte assassinado no início deste ano) que era aposentado, pedia esmolas, tomou um tiro na cabeça provavelmente por um traficante. Porque o dinheiro que ganhava era gasto com drogas”, afirmou o promotor Marco Aurélio Nogueira, responsável pela ação. (...)

A operação não tem data para terminar e, para este ano, deverá ter sequência também a campanha publicitária alertando as pessoas para que não dêem esmolas nas ruas (...). A esmola, observa Marco Aurélio, muitas vezes ajuda a financiar o tráfico e o uso de drogas e consequentemente uma série de outros crimes decorrentes do envolvimento com as drogas.¹²⁰

De uma forma ou de outra, tal como é possível notar – a partir dos fatos e acontecimentos narrados pelo *Jornal Correio* –, são comuns na sociedade uberlandense às manifestações contrárias a presença dos mendigos e, consequentemente, ao ato de mendicância na cidade de Uberlândia. Na prática, estes trabalhadores são constantemente taxados – e isso sem nenhuma exceção – de oportunistas, criminosos, pessoas desocupadas a perambular e esmolar pelas ruas do município, não por necessidade, mas sim por conta da facilidade de se conseguir algum dinheiro; dinheiro este que, na opinião do promotor Marco Aurélio Nogueira, é usado para “(...) *financiar o tráfico de drogas e alimentar ainda mais o vício*”.¹²¹

De fato, diversas matérias publicadas pelo *Jornal Correio* buscam atentar a população para as possíveis transformações provocadas, nos espaços urbanos da cidade de Uberlândia, pela presença destes mendigos. Neste caso, a imprensa local aparece, mais uma vez, como um dos elementos constituintes deste jogo de relações conflituosas característicos da sociedade

¹²⁰ Operação. Cai número de pedintes nas ruas. **Jornal Correio**. Caderno Cidade/Segurança. Uberlândia, 15/02/2008, p. B3.

¹²¹ Pedintes começam a ser retirados das ruas. Quem for recolhido será cadastrado e levado de volta para casa ou abrigo. **Jornal Correio**. Caderno Cidade/Segurança. Uberlândia, 19/02/2007, p. A9.

uberlandense, assimilando e defendendo determinados valores, interesses, necessidades e projetos que, de maneira geral, estão vinculados aos grupos dominantes da cidade.

Por vezes, não se pode negar que estes trabalhadores pobres acabam na sua maioria sendo responsabilizados pelo próprio poder público e pela sociedade como os grandes responsáveis, não somente, pela condição de miséria em que vivem, mas principalmente, por todo o clima de medo, “insegurança” e “intranquilidade” verificado nas ruas de Uberlândia.

Quem passa pela Praça Nossa senhora Aparecida pode se surpreender. A beleza das árvores, da fachada da Igreja e até mesmo o espaço, tradicionalmente reservado ao lazer de alguns aposentados do bairro, deu lugar ao medo, à insegurança e à sujeira desde que um grupo de mendigos passou a morar na praça. Moradores tiveram que mudar a rotina e comerciantes reclamam dos prejuízos, quando eles espantam os clientes.

O problema é que, além de permanecer num local público, o grupo age de forma agressiva e desrespeitosa. Eles se drogam, quebram as lâmpadas dos postes, depredam o banheiro público e abordam quem passa pelo local.

Ontem, debaixo da fonte luminosa havia colchões, telefones celulares quebrados, pontas de cigarro, palitos de fósforo queimados, uma mala de viagem e canos tipo PVC.

Alguns dos aposentados do bairro que tinham na praça um ponto de encontro com os amigos e um momento de lazer (...) sentem-se incomodados e reclamam dos pedintes que fizeram da praça sua moradia. “Está difícil ficar aqui porque eles espalham lixo, riscam os carros de quem não paga para vigiar, exigem dinheiro da gente e deitam nos bancos. Só a presença constante da PM pode nos tranquilizar”, disseram. (...)

Por causa do clima de insegurança, os moradores querem que a Polícia Militar reforce o patrulhamento.¹²²

Com vemos, a partir das informações contidas nesta passagem do *Jornal Correio*, o problema dos mendigos a transitar pela cidade de Uberlândia tem, gradativamente, se transformado em “caso de polícia”. Inúmeras são as reclamações da população uberlandense quanto à presença e à permanência destes sujeitos em determinados pontos da cidade; muitos alegam ser estes trabalhadores os culpados, não apenas, pela sensação de insegurança a rondar as ruas do município, mas também pela sujeira e parte do lixo acumulado nas praças e esquinas da cidade. Nestes casos, os moradores de Uberlândia começam insistentemente a exigir do poder público e dos agentes de segurança uma maior atuação no sentido de proteger os cidadãos, manter a ordem e a integridade física dos espaços urbanos e, principalmente, reprimir a ação destes mendigos por meio de um patrulhamento constante das vias públicas e punições mais severas.

Na realidade, todas estas reivindicações de parte da sociedade uberlandense acabam

¹²² Pedintes transformam praça em casa própria. Quem trabalha ou mora no Aparecida reclama da atitude dos mendigos. **Jornal Correio**. Caderno Cidade. Uberlândia, 28/07/2007, p. B1.

servindo de argumento para que, mais uma vez, os grupos dominantes da cidade de Uberlândia – os mesmos que idealizaram a campanha “*Uberlândia sem Esmolas*” – passem a elaborar estratégias outras de dominação e intervenção na sociedade coibindo e refreando a atuação destes mendigos no município – aqui me refiro, mais especificamente, a criação da *Patrulha Anti-Importuno* (PAI), uma equipe formada por policiais treinados para realizar este tipo de abordagem.

O interessante é perceber que toda esta operação policial, na verdade, não é reflexo apenas de uma preocupação do poder público com a segurança do município; ao contrário disso, toda esta ação reflete muito mais uma “(...) *luta pela delimitação do poder de punir [que] se articula diretamente com a exigência de submeter a ilegalidade popular a um controle mais restrito e mais constante*”¹²³ da sociedade.

Para os próximos dias, o promotor Marco Aurélio Nogueira responsável pela campanha, espera anunciar, em conjunto com a Polícia Militar, a patrulha “anti-importuno”, forma por pessoal treinado especialmente para este tipo de abordagem e com atuação em pontos estratégicos, principalmente á noite. “Estamos tentando agendar uma reunião com o governador (Aécio Neves) para apresentar este projeto”, afirmou Marco Aurélio.

O promotor ressalta que a mendicância é um problema complexo e que isto não é apenas um caso de polícia. “A gente sabe que não consegue acabar com a mendicância, porque esta é uma questão social grave, mas estamos tomando a iniciativa”, disse Marco Aurélio, reforçando o alerta para que a população não dê esmolas.¹²⁴

Por certo, se consideramos as narrativas da imprensa uberlandense, bem como o discurso dos grupos dominantes de Uberlândia veremos que o problema da mendicância na cidade “(...) *não é apenas um caso de polícia*”¹²⁵. Ao contrário, muitos comerciantes e empresários questionam a presença destes sujeitos pelas ruas e praças da cidade de Uberlândia como sendo fator de risco para suas atividades econômicas.

O problema fica ainda mais sério quando a presença e agressividade dos mendigos prejudicam também o comércio. Segundo a gerente de uma panificadora, Norma Vieira, a presença deles fez cair as vendas. “Eles esperam os clientes saírem daqui com sacolas de pão e leite e os abordam na porta do estabelecimento. Por causa disto, muita gente prefere comprar em outro lugar”, reclamou.

Um dos taxistas que fazem ponto na praça vem sentindo na pele os

¹²³ FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. 27ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2003, p. 75.

¹²⁴ Sem esmolas: MP denuncia 12 pessoas por prática de mendicância. Promotor quer criar patrulha para atuar sobretudo à noite em pontos estratégicos. **Jornal Correio**. Caderno Cidade/Segurança. Uberlândia, 22/08/2007, p. B5.

¹²⁵ Ibidem.

prejuízos. “Meus antigos clientes preferem usar outro táxi porque quando chegam aqui encontram esses homens falando palavrões e bebendo cachaça”, lamentou. (...) ¹²⁶

De uma forma ou de outra, este modo um tanto quanto “peculiar” de parte da sociedade uberlandense de encarar estes trabalhadores pode ser entendido como reflexo da própria postura tomada pelo poder público municipal e pela própria imprensa no que se refere à forma com que estes grupos procuram lidar com a pobreza, com o desemprego e a desigualdade social em Uberlândia; postura esta entendida enquanto direção e domínio, isto é, como conquista – por meio da persuasão e do consenso – que atua, não apenas, no âmbito econômico e político da sociedade, mas também sobre o modo de pensar e agir, sobre as orientações ideológicas e, inclusive, sobre o modo de conceber a realidade social.

Neste sentido, o grupo dominante da cidade de Uberlândia com o auxílio, é claro, do *Jornal Correio* tenta, por meio da criação e divulgação de inúmeros projetos de intervenção política, perpetuar e dirigir a ordem social de acordo com as suas necessidades, valores e interesses de classe. Na verdade, tal conduta se verifica com a criação da campanha “*Uberlândia sem Esmolas*” quando a elite uberlandense – visando defender a sua maneira de enxergar o mundo e a sociedade em que vive – busca induzir na população uma espécie de medo e repulsa em relação aos mendigos.

Quanto à campanha “*Uberlândia sem Esmolas*”, a elite uberlandense – enquanto classe hegemônica – canaliza suas ações, procurando convencer a população – ou seja, obtendo o consenso da sociedade – de que a mendicância e o ato de dar esmolas “(...) *muitas vezes ajuda a financiar o tráfico e o uso de drogas e conseqüentemente uma série de outros crimes decorrentes do envolvimento com as drogas*” ¹²⁷.

O Ministério Público de Uberlândia, em parceria com a Polícia Militar e a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, realizou ontem uma operação para identificação e retirada de mendigos e menores das ruas. Na primeira parada do roteiro, na marquise de um prédio no cruzamento da avenida Rondon Pacheco com a rua Antônio Crescêncio, foram encontradas cinco pessoas, entre elas dois homens, uma mulher e dois menores. Todos estavam sem documentação e têm passagens pela polícia. Eles contaram que utilizam o imóvel, que está para locação, como abrigo. O promotor Marco Aurélio Nogueira, do Juizado Especial e Criminal, disse que, além de usuários de drogas, eles são pedintes e muitas vezes usam da violência ao abordar as pessoas.

¹²⁶ Pedintes transformam praça em casa própria. Quem trabalha ou mora no Aparecida reclama da atitude dos mendigos. **Jornal Correio**. Caderno Cidade. Uberlândia, 28/07/2007, p. B1.

¹²⁷ Operação. Cai número de pedintes nas ruas. **Jornal Correio**. Caderno Cidade/Segurança. Uberlândia, 15/02/2008, p. B3.

Os menores foram encaminhados para o Conselho Tutelar e o Juizado da Infância e Juventude para as devidas providências. Um deles tem registro por posse de entorpecentes e crime contra o patrimônio e o outro por lesão corporal e crime contra o patrimônio.

Os três adultos foram encaminhados para a 16ª delegacia de Polícia Civil.

Carlos Alexandre Vieira tem 14 passagens, entre elas lesão corporal e roubo à mão armada. O promotor Marco Aurélio disse que pediria a prisão preventiva dele, já que não havia nenhum mandato expedido. Soliana Pereira de Mendonça contou que saiu do Presídio Jacy de Assis há dois meses. Ela tem oito registros por furto e lesão corporal.¹²⁸

Ao longo destes últimos anos, em meio aos fatos e acontecimentos como este acima narrado pelo *Jornal Correio*, foi possível perceber que inúmeras estratégias de dominação e força são adotadas pelos grupos dominantes da cidade de Uberlândia visando sustentar a conquista e a efetivação da hegemonia. Vimos que a campanha “*Uberlândia sem Esmolas*” desempenha bem este papel, ao reunir em um único projeto de intervenção política os valores e interesses comuns à classe dominante de Uberlândia; entretanto, é preciso dizer que esta “operação” de combate à mendicância não é o único projeto de adequação, regulamentação, normatização e repressão criado para garantir as necessidades políticas deste grupo.

De certa forma, as ações do poder público municipal visando combater à criminalidade e a delinquência na cidade também podem ser entendidas enquanto direção política e social que atua moldando, não apenas, novas formas de agir e de pensar, mas principalmente, maneiras outras de se conceber – e, porque não dizer, idealizar – a realidade social. É, justamente, por este motivo que se torna cada vez mais relevante investigar, não somente, as razões envolvendo a criação destas campanhas e projetos de intervenção pública, mas principalmente, os possíveis desdobramentos provenientes dos mesmos nos hábitos, valores e costumes de toda a população, principalmente, aquela parcela de trabalhadores pobres da cidade.

No ano de 2007, entra em vigor na cidade de Uberlândia – a exemplo do que vem acontecendo em tantas outras cidades brasileiras¹²⁹ – um projeto de intervenção política e

¹²⁸ Ronda. Moradores de rua são levados para a DP. **Jornal Correio**. Caderno Cidade/Segurança. Uberlândia, 09/07/2008, p. B3.

¹²⁹ O olho eletrônico se transformou, de fato, em um dos recursos mais utilizados pelas cidades brasileiras no intuito de combater a criminalidade. Na capital mineira, o Projeto “*Olho Vivo*”, foi implantado no ano de 2006 pela Câmara de Dirigentes Lojistas de Belo Horizonte (CDL/BH), em parceria com a Prefeitura Municipal e o governo do Estado de Minas Gerais. De acordo com levantamento realizado pela Polícia Militar, nas regiões monitoradas, é possível perceber uma redução de 43% da criminalidade em comparação ao mesmo período de 2005. Tal como a cidade de Belo Horizonte, o município de São Sebastião do Paraiba (MG) também adotou o sistema de videomonitoramento – no total, nove câmeras foram instaladas em pontos estratégicos da cidade –, sendo o primeiro no interior do Estado a implantar o projeto. Entretanto, é preciso dizer que o sistema de videomonitoramento não é algo restrito apenas às cidades mineiras; ao contrário, o Projeto “*Olho Vivo*” ganha destaque também em algumas cidades do litoral paulista. É o caso, por exemplo, do município de Praia Grande –

social que visa, não apenas, combater à violência e à criminalidade no município, mas necessariamente, reprimir aqueles a quem os grupos dominantes – os políticos, os empresários, a imprensa, as famílias tradicionais, os juízes, promotores e policiais – julgam ser os supostos agentes, ou causadores, do problema da segurança pública.

Antes de julho, o videomonitoramento nas ruas da região central de Uberlândia estará em funcionamento. A promessa é do superintendente de Defesa Social, coronel Ademar Aparecido de Araújo. O “olho” computadorizado das câmeras vai ajudar na prevenção e no combate da criminalidade. Próximo de completar dois anos desde o anúncio oficial, o sistema, conhecido como “Olho Vivo”, pode sair do papel ainda este semestre (...).

O prefeito Odelmo Leão Carneiro fez o lançamento oficial do projeto em junho de 2005. Um ano depois, o governador Aécio Neves esteve em Uberlândia e assinou um convênio de parceria entre o Estado e o município para custear o sistema. (...)

Apesar da demora para a implementação do sistema de videomonitoramento, tanto a população quanto as forças de segurança e os lojistas apostam no projeto. A reportagem do CORREIO ouviu várias pessoas pelas ruas da região central e todas foram unânimes em afirmar que acreditam na eficiência do olho eletrônico da polícia. Alguns poucos acham que há invasão de privacidade, mas ainda assim são favoráveis. “É uma pena que esteja demorando tanto, mas tem que colocar as câmeras sim”, opina a estudante Taísa Cândida.

Para o coronel Robson Nogueira, comandante do 9ª Região da Polícia Militar, o sistema é extremamente eficaz e representa um grande ganho para (...) a população. “Em Belo Horizonte, por exemplo, houve uma redução significativa da criminalidade nas áreas onde foi implantado o sistema de monitoramento”, comparou.

Os lojistas, segundo Orlando Pinto [presidente corporativo da Câmara de Dirigentes Lojistas de Uberlândia (CDL)], também apostam na nova arma para combater a criminalidade. “Uberlândia passa por uma grande intranquilidade e por isso é preciso dotá-la de sistemas eficazes e que vão ajudar no combate e repressão ao crime (...)”, aposta.

Os pontos onde serão instaladas as 72 câmeras foram mapeados pela Polícia Militar. Os critérios de escolha dos locais levaram em consideração o fluxo de pessoas, vulnerabilidade, corredores de segurança, entre outros.¹³⁰

O chamado Projeto “*Olho Vivo*”, em discussão desde o ano de 2005 na cidade, é considerado pela imprensa, pela elite uberlandense e pelas forças de segurança como sendo uma das alternativas, possíveis e viáveis, de se prevenir e combater o clima de medo, a

que passou a adotar o sistema no ano de 2002 e, atualmente, conta com 1.100 câmeras espalhadas pelas vias públicas da cidade –, e da cidade de Santos (SP) onde o sistema começou a ser implantado no ano de 2006. Ver: Vigilância. Sistema se espalha pelo País. **Jornal Correio**. Caderno Cidade/Segurança. Uberlândia, 22/04/2007, p. B3.

¹³⁰ Videomonitoramento: PMU promete “Olho Vivo” no hipercentro em julho. Edital de licitação para instalação de 72 câmeras ainda não foi publicado. **Jornal Correio**. Caderno Cidade/Segurança. Uberlândia, 22/04/2007, p. B3.

instabilidade e a insegurança que aumenta, na mesma proporção, em que crescem o número de homicídios, assaltos e furtos no município. Neste sentido, se considerarmos os acontecimentos narrados pelo *Jornal Correio* não é de se espantar o fato de parte considerável da população uberlandense apoiar a iniciativa da Prefeitura Municipal quanto à implantação deste projeto.

De acordo com pesquisa realizada pelo Instituto Nexus sobre a criminalidade no município – pesquisa esta encomendada pelo *Jornal Correio* –, nos últimos anos, “*Quase metade dos moradores de Uberlândia já foi vítima de algum crime*”¹³¹; neste caso, é obvio que alguma medida necessita ser tomada pelos políticos e pelos agentes de polícia para restabelecer a segurança na cidade.

Quase metade dos moradores de Uberlândia já foi vítima de algum crime. A constatação foi feita em mais uma pesquisa encomendada pelo CORREIO de Uberlândia, em parceria com o Instituto Nexus, na qual 43,7% dos entrevistados afirmaram ter sofrido algum tipo de violência na cidade. Desse universo pesquisado 91,7% foram vítimas de furto, roubo ou assalto, modalidades consideradas crimes contra o patrimônio, que até outubro desse ano representam 5.063 do total das ocorrências no Município, segundo dados da Polícia Militar.

Ainda segundo as estatísticas da PM, desse total de registros, 3.274 foram à mão armada, sendo que 1.534 foram roubos a transeuntes e 535 de veículos automotores, realidade que deixa alguns uberlandenses apreensivos. Quando os entrevistados pela pesquisa foram questionados sobre como se sentem na cidade, 32,6% responderam inseguros e 11,8% muito inseguros.

Não é à toa que uma estudante universitária de 29 anos, que não quer se identificar, sente essa insegurança. Ela foi assaltada duas vezes à mão armada no bairro Cidade Jardim.

Na primeira, a uberlandense estava com mais quatro pessoas no carro, de madrugada, voltando de um show. “Eram dois assaltante em um outro veículo, que nos fecharam e levaram alguns de nós para o carro deles. Depois de algumas voltas pela cidade, os homens nos deixaram na estrada”, comentou.

A segunda vez foi no ano passado e a estudante estava sozinha, a 30 metros do local de onde foi o primeiro assalto. Era por volta das 22h, três homens a abordaram e a levaram para um matagal, onde a deixaram, todos os documentos e o carro foram roubados. “Depois disso eu fiquei um bom tempo sem coragem de ir à faculdade. Hoje, quando saio à noite, eu só vou para casa após o amanhecer, de preferência acompanhada por outro carro. No dia-a-dia eu também evito andar sozinha”, contou.

O caso do servidor público federal José Dagmar Oliveira engloba duas brutalidades. Há cerca de cinco meses, ele foi agredido por um jovem que, segundo ele, tinha de 26 a 27 anos e estava tentando roubar seu automóvel. O ataque foi no bairro Martins, no meio da tarde. (...)

Mesmo depois de dois pontos na cabeça, José Dagmar não se sente totalmente inseguro ao andar pela cidade. “Depende do local. No bairro

¹³¹ Violência já atingiu 43,7% da população. Dos entrevistados, 91,7% foram vítimas de furto, roubo ou assalto. **Jornal Correio.** Caderno Cidade/Segurança. Uberlândia, 25/11/2007. p.B3.

Tibery, onde eu moro, é tranquilo. No bairro Martins, no entanto, eu fico apreensivo (...)”, declarou.

A pesquisa confirma a avaliação do servidor público. O bairro Martins faz parte da região central de Uberlândia, e, dos moradores dessa área que responderam à pesquisa, 42,9% se sentem inseguros e outros 9,5% muito inseguros.¹³²

De uma forma ou de outra, a pesquisa realizada pelo Instituto Nexus, para além de identificar os números da criminalidade e os pontos críticos da violência na cidade de Uberlândia, também questionou – dentro do universo de moradores entrevistados – quais os prováveis motivos para todo este quadro de intranquilidade e insegurança. Torna-se importante destacar que, quanto as possíveis causas apontadas, a pesquisa demonstra haver uma tendência por parte da população uberlandense de associar à criminalidade e à delinquência – comuns a tantas cidades brasileiras – a toda uma conjuntura de desigualdades e injustiças sociais provenientes do aumento da pobreza, da miséria e do desemprego nas sociedades atuais.

A pesquisa do CORREIO também questionou ao universo pesquisado qual a principal causa da violência em Uberlândia. A maioria (26%) atribuiu o alto índice de criminalidade ao desemprego. É esta a opinião da universitária uberlandense que passou por dois incidentes. Para ela, a pobreza e a miséria do País são fatores determinantes que culminam com o problema. “A pessoa se revolta quando vê a outra andando de carro importado, sendo que não tem dinheiro nem para sobreviver. No entanto, não há um motivo isolado, não dá para culpar ninguém”, avaliou.¹³³

Levando-se em consideração todas estas observações nos caberia indagar: Será, de fato, o Projeto “*Olho Vivo*” a melhor saída para o controle da criminalidade? Será que o poder público de Uberlândia, ao instalar estas câmeras de vigilância pelas ruas da cidade, está realmente preocupado com a segurança da população? Na verdade, quais seriam, de fato, os interesses e as necessidades existentes por trás da implantação deste Projeto “*Olho Vivo*” no município? Ou, melhor dizendo, até que ponto este sistema de videomonitoramento é capaz de se articular a uma série de outras medidas tomadas pela classe dominante de Uberlândia no sentido de generalizar a sua própria cultura e seu próprio programa de governo ao conjunto da sociedade?

A vigilância constante dos diferentes trabalhadores, por meio destas câmeras de segurança – o “olho eletrônico da polícia” –, aparece como uma das saídas mais eficazes

¹³² Ibidem.

¹³³ Ibidem.

encontradas atualmente pela Prefeitura Municipal de Uberlândia – e apoiadas pela imprensa e por parte de todo o corpo social – para impedir, não apenas, os possíveis crimes cometidos contra a população uberlandense que transita pelas ruas e praças da cidade, mas também como estratégia para se evitar que qualquer sujeito – preferencialmente, aqueles considerados um entrave ao “progresso” e ao desenvolvimento da cidade – possa colocar em risco a ordem e a segurança pública.

Vejamos neste trecho do *Jornal Correio* o que, de fato, os agentes de segurança pública têm a dizer a respeito da criminalidade na cidade de Uberlândia, não apenas, buscando identificar as prováveis causas do mesmo no município, mas principalmente, traçando comentários acerca das ações atualmente adotadas no sentido de combatê-lo.

O delegado regional de Segurança Pública, Élvio Bertoni (...), acha que, se não forem resolvidos os problemas sociais, o índice de criminalidade só tende a aumentar. “Vamos continuar enxugando o gelo, aumentando o nosso efetivo, melhorando a nossa logística, ao mesmo tempo em que a delinquência continuará subindo”, afirmou.

Segundo ele, é preciso que a cidade comece a se resolver atacando pela raiz os problemas que levam as pessoas a cometer crimes. Como isso parece um sonho um tanto distante, a polícia se prepara para planos mais definitivos de segmentação, levando as forças de segurança cada vez mais para perto da população.¹³⁴

De uma forma ou de outra, tal como é possível perceber a partir de algumas reportagens publicadas pela imprensa de Uberlândia, nos últimos anos, crescem na sociedade uberlandense as manifestações de combate à criminalidade e a violência. Isso porque, na visão de alguns grupos da cidade, “(...) *Uberlândia passa por uma grande intranquilidade* (...)”¹³⁵; intranquilidade esta ocasionada – tal como sabemos – por um quadro de empobrecimento e desemprego constante verificado entre a maioria dos trabalhadores da cidade.

No que se refere à tentativa de contornar toda esta situação, tanto a polícia quanto a elite e os políticos uberlandenses são unânimes em dizer que o problema da segurança pública no município aparece como reflexo, consequência ou desdobramento de todo um cenário de desigualdades e injustiças sociais comuns ao município há alguns anos. Neste sentido, não seria mais sensato solucionar o problema da criminalidade em Uberlândia combatendo de forma veemente a pobreza e o desemprego ao invés de, simplesmente, instalar câmeras de

¹³⁴ Enxugar o gelo. Criminalidade é reflexo de problemas sociais. **Jornal Correio**. Especial. Uberlândia, 31/08/2007, p. 8.

¹³⁵ Videomonitoramento: PMU promete “Olho Vivo” no hipercentro em julho. Edital de licitação para instalação de 72 câmeras ainda não foi publicado. **Jornal Correio**. Caderno Cidade/Segurança. Uberlândia, 22/04/2007, p. B3.

vigilância em certos pontos da cidade?

Ao considerar o discurso da elite e da imprensa uberlandense fica fácil entender as direções políticas, as orientações ideológicas e os interesses existentes por trás da criação do Projeto “*Olho Vivo*” na cidade. Para esta classe dominante de Uberlândia, se o problema da segurança pública está associado ao alto índice de pobreza e desemprego, combater os vários crimes cometidos na cidade não significa, necessariamente, a construção de estratégias consistentes de combate à desigualdade social; em outras palavras, não requer o estabelecimento de políticas que possibilitem maior distribuição de renda ou das oportunidades.

Ao contrário, para os grupos dominantes de Uberlândia, combater a criminalidade e a delinquência requer, antes de tudo, reprimir e dominar todo um conjunto de trabalhadores – a saber, os vendedores ambulantes, os flanelinhas, os carroceiros, os catadores de papel e, conseqüentemente, os mendigos – que tanto sofrem com este estado de carência extrema. Por isso é que, muitas vezes, estes mesmos trabalhadores – que fazem das ruas de Uberlândia a sua moradia e o lugar do seu sustento – são tão perseguidos, remanejados para as áreas “invisíveis” da cidade, vigiados e punidos, em nome de um “progresso” e desenvolvimento que – tal como sabemos – constitui-se em um projeto fundamental de classe.

O verdadeiro objetivo da reforma, e isso desde suas formulações mais gerais, não é tanto fundar um novo direito de punir a partir de princípios mais equitativos: mas estabelecer uma nova “economia” do poder de castigar, de assegurar uma melhor distribuição dele, fazer com que não fique concentrado demais em alguns pontos privilegiados, nem partilhado demais entre instâncias que se opõem; que seja repartido em circuitos homogêneos que possam ser exercidos em toda parte, de maneira contínua e até o mais fino grão do corpo social.¹³⁶

Na tentativa de se estabelecer uma nova dinâmica urbana – adequando os espaços da cidade de acordo com os interesses, valores e necessidades de uma classe específica – não são apenas os crimes e delitos que serão punidos e reprimidos, mas também todas as práticas culturais comuns aos trabalhadores; novos valores, hábitos, sentidos e significados são atribuídos à realidade e as relações sociais que estes sujeitos diariamente experimentam.

Neste sentido, não são apenas os “bandidos” que as câmeras de segurança estão buscando nas áreas de maior visibilidade pública, mas também os ambulantes com as suas barracas em áreas consideradas “proibidas”, os carroceiros à circular em horários

¹³⁶ FOUCAULT, op. cit., 2003, p. 68-69.

“impróprios” pelas avenidas de Uberlândia e/ou os mendigos dormindo nos bancos das praças e pedindo dinheiro nos semáforos da cidade.

De uma forma ou de outra, são todos aqueles trabalhadores considerados “calamidade pública” pelo poder municipal por, justamente, representar um contraponto ao ideal de progresso e civilização proposto pelos grupos dominantes da cidade. Por não haver espaço para estes trabalhadores na sociedade uberlandense, é possível notar que os mesmos são mais do que ignorados pelo poder público; são, na prática, perseguidos e desterrados sob o pretexto de se eliminar o feio, o sujo, o pobre, o marginal e o drogado das ruas de Uberlândia.

É, portanto necessário controlar e codificar todas essas práticas ilícitas. É preciso que as infrações sejam bem definidas e punidas com segurança, que nessa massa de irregularidades toleradas e sancionadas de maneira descontínua com ostentação sem igual seja determinado o que é infração intolerável, e que lhe seja infligido um castigo de que ela não poderá escapar. Com as novas formas da propriedade, todas as práticas populares que se classificavam, seja numa forma silenciosa, cotidiana, tolerada (...) são desviadas à força para a ilegalidade dos bens.¹³⁷

Enquanto, por um lado, projetos como este, de videomonitoramento das principais ruas e avenidas da cidade de Uberlândia – e campanhas de combate à mendicância – vêm sendo implantados, por outro lado, crescem as desigualdades e injustiças sociais, aumentam o número de trabalhadores passando fome, sem trabalho e sem moradia. Enquanto, valores altíssimos são gastos para aquisição de câmeras utilizadas para vigiar os uberlandenses – seus gestos, suas atividades, suas vidas –, no benefício de uma parcela reduzida da sociedade uberlandense, nada – ou quase nada – de concreto é feito para conter a pobreza e a miséria no município.

E isto tudo por quê? Pelo simples fato de que estamos diante de uma sociedade que prega uma “visão de empobrecimento” como sendo algo do qual não se pode escapar. Justamente, por isso, que ser “pobre”, viver da solidariedade alheia e ajudar os mais necessitados tem se tornado prática corrente na cidade de Uberlândia; justamente, por isso, muito pouco – ou quase nada – é feito para mudar a condição de vida dos mendigos, dos flanelinhas, dos ambulantes e dos carroceiros que atualmente lutam para continuar vivos e ativos na sociedade uberlandense.

O que se verifica, na verdade, em Uberlândia é a adoção de uma postura muito mais “estratégica” por parte dos grupos dominantes quando os mesmos passam a considerar estes projetos assistenciais e estas medidas paliativas de vigilância como alternativas possíveis e

¹³⁷ Ibidem, p. 73.

viáveis para “driblar” as necessidades de toda a população carente e a presença de determinados sujeitos em áreas consideradas privilegiadas. De fato, ao invés de propor medidas que visam o combate definitivo dos problemas sociais, estes grupos – aqueles mesmos que detêm certos poderes e privilégios – preferem adotar, por vezes, a instalação de câmeras e, em outros momentos, a prática de combate à presença e à permanência dos mendigos pela cidade.

Enfim, a análise destas medidas e projetos de intervenção pública, tão em voga nos dias de hoje na cidade de Uberlândia, são de extrema importância para problematizar as relações de profunda desigualdade e exclusão social que marcam a nossa sociedade como um todo; permitindo, desta forma, colocar em discussão como as diferentes classes disputam os espaços sociais na cidade, bem como o direito mesmo à sobrevivência.

As questões relativas à cidade de Uberlândia, neste sentido, podem ser consideradas como um importante indício de como as relações sociais, no sistema capitalista de produção, são construídas de maneira a intensificar a pobreza e a miséria de uma parcela significativa da população brasileira como um todo. Apesar do esforço de colocar todas estas problemáticas no diálogo com as diversas evidências, certamente outras tantas abordagens poderão ser descortinadas em futuros trabalhos; entretanto, por agora, acredito ter contribuído com parte da análise e crítica deste processo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a investigação realizada em torno da construção do espaço urbano da cidade de Uberlândia, bem como dos diferentes modos de viver dos seus trabalhadores uma série de inquietações vieram à tona; inquietações estas que, no cotidiano das cidades, merecem toda a atenção do poder público e da sociedade como um todo, mas que, na verdade, são curiosamente vistas como algo trivial, rotineiro, por muitas pessoas.

O caminho de pesquisa, por vezes, é árduo. Construir um trabalho historiográfico exige do historiador, não apenas, o enfrentamento de algumas questões, mas também, o amadurecimento de suas reflexões, principalmente, no que se refere aos objetivos, à metodologia e a perspectiva histórica adotada. De certa forma este estudo, como não poderia deixar de ser, faz parte de todo este processo de idas e vindas, de encontros e desencontros que é tão característico da atividade intelectual de cada historiador que se propõe, como um homem do seu tempo, pensar a relação existente entre História, cultura e memória.

Por entender que uma das contribuições relevantes dos estudos históricos é colocar em foco as disputas, as lutas, as resistências e os desacordos, busquei analisar como as relações sociais se constroem em uma sociedade notoriamente marcada pelas desigualdades e injustiças sociais. A partir dessa opção, procurei valorizar as experiências dos diferentes trabalhadores que compõem o espaço urbano da cidade de Uberlândia, como forma de dar-lhes visibilidade em meio à trama social.

Durante todo o tempo em que frequentei os albergues públicos de Uberlândia, pude perceber o quanto é degradante as condições de vida e de trabalho em que vive parte considerável da população uberlandense – uma condição que, tal como sabemos, não é exclusiva apenas da cidade de Uberlândia, mas possível de ser vista em qualquer canto do país. Este contato e/ou convívio contribuiu, e muito, com meu estudo, pois, veio evidenciar o que de fato eu já suspeitava: que a realidade de grande parte das famílias brasileiras têm se tornado cada vez mais difícil em todos os aspectos – principalmente, o aspecto econômico e o social.

Toda esta conjuntura, decididamente, me choca, me entristece, me desespera e, ao mesmo tempo, cria uma sensação de “impotência”. “Impotência” por saber que toda a pobreza, a fome e a miséria existente em nosso país, produto de longos anos de expropriação e exploração de muitos em detrimento da acumulação de riqueza nas mãos de poucos, não se

resolve da noite para o dia – caso possamos, algum dia, sonhar com o fim, definitivo, deste caos social.

Não quero parecer pessimista, mas esta é a realidade da maioria das cidades brasileiras: uma realidade que exclui parte significativa da população do acesso às condições básicas de sobrevivência, enquanto uma minoria passa a concentrar e a administrar as riquezas.

O fato é que, na medida em que me deparava com o depoimento dos trabalhadores da cidade de Uberlândia e, conseqüentemente, cruzava todas estas informações com as inúmeras leituras feitas acerca do período proposto, eu ficava cada vez mais indignada e incomodada por perceber que este cenário de exclusão social transformou-se em algo tão naturalizado – a tal ponto que nada, ou quase nada, é feito para reverter este quadro.

Como podem ainda existir pessoas que, por todos os lados na cidade de Uberlândia, avistam e/ou convivem com toda a fome, a miséria, as injustiças e desigualdades sociais do mundo sem, nem sequer, se incomodar? Como pode a sociedade tapar os olhos para todas estas calamidades se, diariamente, a pobreza e o desemprego invadem nossas casas por meio dos noticiários e relatos de vida de muitos brasileiros que, infelizmente, não tiveram as mesmas oportunidades na vida?

De qualquer forma, ao propor investigar todas estas questões tendo como “pano de fundo”, não apenas, às várias problemáticas sobre a cidade, mas também a constituição e as transformações verificadas na paisagem urbana de Uberlândia, foi possível trazer à tona por meio dos relatos dos diferentes trabalhadores as muitas experiências vividas por estes sujeitos que, inevitavelmente, interagem e se articulam no fazer-se da cidade. Ao avançar nestas considerações, todo este estudo constituiu-se em objeto primordial para a construção de toda uma trajetória de vida destes trabalhadores uberlandenses que, diariamente, se esforçam para continuar “vivos” e “presentes” em uma cidade que demonstra ser, cada vez mais, desigual e injusta.

Fica evidente, contudo, que em meio a este quadro de pobreza e desigualdade comum à cidade de Uberlândia que surpreende não apenas por sua intensidade, mas também, por sua estabilidade, propor uma saída definitiva para esta “desordem” é o grande desafio para as décadas futuras.

Neste sentido, reconheço que este estudo não tem o objetivo de apresentar conclusões ou explicações para todas estas inquietações; nem tão pouco, a solução definitiva para o problema da fome, da miséria, do desemprego e da pobreza que assola parte significativa da sociedade brasileira como um todo. Os apontamentos sugeridos neste trabalho para as várias

problemáticas referentes à cidade e aos modos de viver dos trabalhadores não são “a” resposta para os problemas enfrentados pela cidade de Uberlândia ou, por que não dizer, pelos seus moradores; ao contrário, as reflexões que trago neste estudo, como forma de pensar a realidade social, na verdade são “um” dos caminhos de reflexão possíveis dentre outros tantos a escolher.

Contudo, espero que, apesar de todas as dificuldades enfrentadas ao longo deste percurso, este estudo tenha contribuído de alguma forma para pensarmos, não somente, a respeito dos problemas comuns às grandes cidades, das dificuldades diárias dos trabalhadores, mas necessariamente, do caminho que pretendemos seguir, do tipo de sociedade que desejamos construir: Será aquela marcada pela igualdade e redistribuição de riquezas e privilégios, ou, será aquela que prega a exclusão e a injustiça social como produto direto do domínio e da subordinação vividos de determinadas classes?

É importante, sim, propor um debate acerca dos principais problemas que envolvem o desemprego, a desigualdade, a pobreza e a fome na cidade de Uberlândia; mas um debate que se estabeleça de forma mais ampla sem, contudo, reprimir ou camuflar toda esta calamidade por meio de ações paliativas. Um debate que, como sabemos, será travado em meio a um embate de forças que se fazem presentes no reconhecimento do controle político direto, no controle social de classe e, principalmente, no controle econômico de sociedade uberlandense.

Acredito que – ao pensar à cidade de Uberlândia nos dias de hoje, vivendo diretamente como uberlandense que sou toda esta profusão de sentimentos, valores, sentidos e significados que se articulam e se entrelaçam em meio a este conturbado jogo de interesses e relações de forças – pude de alguma maneira contribuir para que outras pessoas comecem a pensar em mudanças mais significativas no sentido de erradicar todo este quadro de desigualdade social característico da sociedade capitalista; mudanças estas que assumam um caráter mais imperativo, principalmente, no que se refere a uma política de transformação desta conjuntura.

RELAÇÃO DE FONTES

ENTREVISTAS

- **Elaine Feitosa da Silva.**

IDADE: 21 anos.

ESTADO CIVIL: Casada.

NATURAL DA CIDADE DE: Gurupi (TO).

LOCAL/DATA: *Grupo Ramatisiano Albergue Noturno Ramatis/ Uberlândia, julho de 2009.*

- **João Afonso Nunes da Silva.**

IDADE: 54 anos.

ESTADO CIVIL: Solteiro.

NATURAL DA CIDADE DE: Bonança (MG).

LOCAL/DATA: *Grupo Ramatisiano Albergue Noturno Ramatis/ Uberlândia, julho de 2009.*

- **Sebastião de Souza Gama.**

IDADE: 56 anos.

ESTADO CIVIL: Separado.

NATURAL DA CIDADE DE: Urandi (BA), mas criado em Janaúba (MG).

LOCAL/DATA: *Grupo Ramatisiano Albergue Noturno Ramatis/ Uberlândia, julho de 2009.*

- **Severino José de Lima.**

IDADE: 55 anos.

ESTADO CIVIL: solteiro.

NATURAL DA CIDADE DE: Maringá (Paraná).

LOCAL/DATA: *Grupo Ramatisiano Albergue Noturno Ramatis/ Uberlândia, julho de 2009.*

JORNAIS E REVISTAS

- *Jornal Correio de Uberlândia.* A pesquisa perpassa os anos de 2000 a 2009.
- *Revista Veja* – Março de 1998 e Janeiro de 2000.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA

- **CÓDIGO** de Posturas Municipais. Lei nº. 1460 de 27 de fevereiro de 1967. Título IV: Do funcionamento do comércio e da indústria. Capítulo I: Do licenciamento dos estabelecimentos industriais e comerciais. Seção II: Do comércio ambulante. Uberlândia, 1967.

ENDEREÇOS ELETRÔNICOS

- **INSTITUTO** Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>.
- **ARCA** (Associação dos Recicladores e Catadores Autônomos). Disponível em: <http://www.arca-udi.com.br/arca_quem.htm>.
- **CÂMARA** Municipal de Uberlândia. Projeto de Lei Ordinária, sn/05. Uberlândia, 07/01/2005. Disponível em: <<http://www.camarauberlandia.mg.gov.br/busca.php?mid=0>>.
- **PORTAL** da Prefeitura de Uberlândia. Disponível em: <<http://www.uberlandia.mg.gov.br>>.

RELATÓRIOS PERIÓDICOS

- **IBGE**. Estimativas populacionais para os municípios brasileiros em 01/07/2009.
- _____. Estatísticas do século XX. Sistema Integrado de Projeções e Estimativas Populacionais e Indicadores Sociodemográficos – 1991/2020.
- **CEPES/IE-UFU**. Boletim de dados demográficos – I. Aspectos Gerais. População residente do Município de Uberlândia – MG. Uberlândia, julho de 2003.
- **GRUPO RAMATISIANO ALBERGUE NOTURNO RAMATIS** – Relatório estatístico de atendimento mensal (2009).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMADO, Janaína. História e Região: Reconhecendo e Construindo Espaços. In: SILVA, Marcos A. da (coord.) **República em Migalhas. História Regional e Local**. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, 1990.
- ANTUNES, Ricardo. A classe-que-vive-do-trabalho. A forma de ser da classe trabalhadora hoje. In: **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.
- ARAÚJO, Tânia Bacelar de. O elogio da diversidade regional brasileira. In: BENJAMIN, César et alii. **Visões da Crise**. Rio de Janeiro: Ed. Contraponto, 1998.
- ARGAN, Giulio Carlo. **História da arte como história da cidade**. 5ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- BARROS, José d'Assunção. História Cultural e História Antropológica. In: **O campo da história: especialidades e abordagens**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2004.
- BATISTA, S. S. de F. **Buscando a cidade e construindo viveres – Relações entre campo e cidade**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Uberlândia, 2003.
- BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de História. In: **Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985.
- BERMAN, Marshall. Robert Moses: o mundo da via expressa. In: **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.
- BERTOLUCCI JR, Luiz; FERREIRA, Ester W. **Um retrato da imigração em Uberlândia-MG nos anos 1991, 1996 e 2001**. Pôster apresentado no I Encontro Transdisciplinar sobre Espaço e População e III Encontro Nacional sobre Migrações. Nepo/UNICAMP. Campinas – SP. Novembro de 2003.
- BERTOLUCCI JR, Luiz. **Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba e a Microrregião de Uberlândia: trocas migratórias nos quinquênios 1975/80 e 1986/91**. Sessão Temática: Dinâmica Demográfica. Anais do X Seminário sobre a Economia Mineira. Diamantina – MG. Junho de 2002.
- BURKE, Peter. Abertura: a Nova História, seu passado e seu futuro. In: **A Escrita da História**. São Paulo: UNESP, 1992.

- CALVO, C. R. **Muitas memórias e histórias de uma cidade: lembranças e experiências de viveres urbanos. Uberlândia 1938-1990.** Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2001.
- CANCLINI, Nestor Garcia. **A Globalização Imaginada.** São Paulo: Ed. Iluminuras Ltda., 2003.
- CASTRO, Ana Maria e DIAS, Edmundo F. Contexto histórico do aparecimento da Sociologia. In: **Introdução ao pensamento sociológico.** Rio de Janeiro: Ed. Eldorado, 1981.
- CATTANI, Antonio David. Riqueza substantiva e relacional: um enfoque diferenciado para a análise das desigualdades na América Latina. In: CIMADAMORE, Alberto D. e CATTANI, Antonio David (orgs.). **Produção de pobreza e desigualdade na América Latina.** Porto Alegre: Tomo Editorial/Clacso, 2007.
- CERTEAU, Michel. Culturas Populares. In: **A invenção do cotidiano.** Petrópolis/RJ: Ed. Vozes, 1994.
- CHARTIER, Roger. A História hoje: dúvidas, desafios, propostas. In: **Estudos Históricos.** Rio de Janeiro: FGV, vol.7, 1994.
- CHOAY, Françoise. O urbanismo em questão. In: **O urbanismo: utopias e realidades. Uma antologia.** São Paulo: Ed. Perspectiva, 1979.
- COUTO, A. M. da S. **Trabalho, cotidiano e sobrevivência: catadores de papel e seus modos de vida na cidade – Uberlândia – 1970-1999.** Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2000.
- CUCHE, Denys. Hierarquias Sociais e Hierarquias Culturais. In: RIBEIRO, Viviane (trad.) **A noção de cultura nas ciências sociais.** Bauru/SP: EDUSC, 2ª edição, 2002.
- DECCA, Edgar S. A Revolução acabou. In: **Revista Brasileira de História.** Nº 20. São Paulo, 1991.
- DEUTSCHER, Isaac. Quatro décadas da Revolução. In: **Ironias da História: ensaios sobre o comunismo contemporâneo.**
- DUBY, George e LARDREAU, Guy. Epílogo. In: **Diálogos sobre a nova história.** Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1989.
- FEBVRE, Lucien. Face ao vento. Manifesto dos Anais Novos (1946). In: MOTA, Carlos Guilherme (org.) **Lucien Febvre – História.** São Paulo: Ed. Ática, s.d.
- _____. Viver a História. In: **Combates pela História.** Lisboa: Editorial Presença, 2ª edição, 1985.

- FENELON, Déa Ribeiro (org.). **Cidades**. PUC/SP. São Paulo: Ed. Olho d'Água, 1999.
- FENELON, Déa Ribeiro; MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun (orgs.). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Ed. Olhos d'água, maio/2004.
- FONTANA, Josep. Reflexões sobre a história, do além do fim da história. In: **História: análise do passado e projeto social**. Bauru/SP: EDUSC, 1998.
- FORRESTER, Viviane. **O horror econômico**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. 27ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2003.
- FURTADO, Celso. Mensagem aos jovens economistas. In: **O longo amanhecer: reflexões sobre a formação do Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1999.
- GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: **Mitos, emblemas sinais: morfologia e história**. São Paulo: Cia. das Letras, 1991.
- GOMES, Ângela de Castro. A política brasileira em busca da modernidade: na fronteira entre o público e o privado. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.) **História da vida privada no Brasil – Vol. 4**. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.
- GOUBERT, Pierre. História Local. In: **História e Perspectiva**. UFU/COCHI, nº 06. Uberlândia, 1992.
- GRAMSCI, Antonio. Americanismo e Fordismo. **Cadernos do cárcere**, vol. 4. COUTINHO, Carlos Nelson et. Al (orgs.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- _____. Apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais. **Cadernos do cárcere**, vol. 2. COUTINHO, Carlos Nelson et. Al (orgs.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- _____. Introdução ao estudo da filosofia e do materialismo histórico. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 9ª edição, 1991.
- HARRIBEY, Jean-Marie. Desenvolvimento não rima necessariamente com crescimento. In: **Le Monde Diplomatique**. Edição Brasileira, ano 5, nº. 54.
- HARVEY, D. Do Fordismo à Acumulação Flexível. In: **A Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Ed. Loyola, 2005.
- HAYEK, Friedrich A. **O Caminho da Servidão**. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 5ª edição, 1990.
- HENRIQUES, Ricardo (org.). **Desigualdade e pobreza no Brasil**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. Rio de Janeiro, 2000.

- HOBBSAWM, Eric J. **A Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Cia. das Letras, 2ª edição, 1995.
- _____. **A Era das Revoluções: Europa (1789-1848)**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1977.
- _____. **Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1983.
- _____. **Sobre História**. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Cia. das Letras, 26ª edição, 1995.
- IANNI, Octavio. **A era do Globalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 5ª edição, 2001.
- INÁCIO, J. L. **“A gente tem que ficar onde tem serviço”: memórias e experiências de trabalhadores no Distrito de Tapuirama, Uberlândia/MG**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Uberlândia, 2008.
- JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. Historiografia, uma questão regional? São Paulo no período republicano, um exemplo. In: **Revista Brasileira de História**.
- JEINKINS, Keith. **A História Repensada**. São Paulo: Ed. Contexto, 2001.
- KITAMURA, Camila Kazumi; MIRANDA, Mariana e FILHO, Vitor Ribeiro. O comércio e serviços ambulantes: uma discussão. Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia/ Programa de Pós-graduação em Geografia. **Caminhos de Geografia**. Uberlândia, v. 8, nº. 23.
- LANGLOIS & SEIGNOBOS. A determinação dos fatos particulares. In: **Introdução aos Estudos Históricos**.
- LE GOFF, Jacques. A História Nova. In: **A História Nova**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1990.
- LEITE, Rogério Proença. **Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP; Aracaju, SE: Editora UFS, 2007.
- LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, P. (org.) **A Escrita da História. Novas Perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992.
- LIMA, Lana Lage Gama. Fronteiras da História. In: **Simpósio Nacional da Associação Nacional de História. ANPUH (Florianópolis). História: Fronteiras**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 1999.

- MACHADO, M. C. T. **A disciplinarização da pobreza no espaço urbano burguês: assistência social institucionalizada – Uberlândia, 1965/1985**. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, 1990.
- _____. Muito aquém do paraíso: ordem, progresso e disciplina em Uberlândia. In: **História e Perspectiva**. Uberlândia; nº 04, jan/jun 1991.
- MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun (orgs.). **Outras histórias: memórias e linguagens**. São Paulo: Olho d'Água, 2006.
- MARCUSE, Herbert. Algumas implicações sociais da tecnologia moderna. **Praga**, Revista de Estudos Marxistas, nº. 01, set./dez. 1996.
- MARTIN-BARBERO, Jesus. Redescobrimo o povo: a cultura como espaço de hegemonia. In: POLITO, Ronald e ALCIDES, Sérgio (trad.) **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2ª edição, 2003.
- MARX, Karl. Trabalho estranhado e propriedade privada. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Trad. Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.
- _____. A chamada acumulação primitiva. In: **O Capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. O Manifesto do Partido Comunista. In: **Textos**. São Paulo: Edições Sociais, vol.3, 1977.
- _____. Prefácio à “Contribuição à crítica da economia política”. In: **Textos**. São Paulo: Edições Sociais, vol.3, 1977.
- _____. Feuerbach – Oposição entre a concepção materialista e a idealista. In: **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, s.d.
- MCLELLAN, David. A concepção materialista da história. In: HOBBSBAWM, Eric J. **História do Marxismo**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, vol.1, 1984.
- MEDEIROS, E. Antunes de. **Trabalhadores e viveres urbanos: trajetórias e disputas na conformação da cidade de Uberlândia – 1970-2001**. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Mestrado em História, 2002.
- MORAIS, Sérgio Paulo. **Trabalho e cidade: trajetórias e vivências de carroceiros na cidade de Uberlândia – 1970-2000**. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Mestrado em História, 2002.
- _____. **Empobrecimento e “inclusão social”: vida urbana e pobreza na cidade de Uberlândia/MG (1980-2004)**. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Doutorado em História Social, 2007.

- PERES, M. G. **Para além das fronteiras: culturas e experiências de trabalhadores latino-americanos. Uberlândia, 1990-2007.** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Uberlândia, 2008.
- PETUBA, Rosângela Maria Silva. Uma cidade, muitas histórias. In: **Pelo direito à cidade: experiência e luta dos ocupantes de terra do bairro D. Almir – Uberlândia (1990-2000).** Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Mestrado em História, 2001.
- PORTELLI, Alessandro. A Filosofia e os Fatos. Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. In: **Revista Tempo.** Rio de Janeiro. Vol. 1, nº. 2, 1996.
- _____. Forma e significado na História Oral. A pesquisa como um experimento em igualdade. In: **Projeto História.** São Paulo: Editora da PUC-SP, nº 14, Fevereiro/1997.
- _____. O que faz a história oral diferente. **Projeto História.** São Paulo: Editora da PUC-SP, nº 14, Fevereiro/1997.
- SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena.** São Paulo: Paz e Terra, 1988.
- SARLO, Beatriz. Abundância e Pobreza. In: ALCIDES, Sérgio (trad.) **Cenas da Vida Pós-Moderna: intelectuais, arte e vídeo-cultura na Argentina.** Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.
- SENNET, Richard. **A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo.** Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, P. (org.) **A Escrita da História. Novas Perspectivas.** São Paulo: UNESP, 1992.
- SMITH, Adam. A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas. In: CARNEIRO, Ricardo (org.). **Os clássicos da economia**, vol. 1. São Paulo: Ática, 1997.
- SOARES, B. R. **Da Cidade Jardim ao Portal do cerrado: imagens e representações no Triângulo Mineiro.** Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 1995.
- STUART, Hall. Notas sobre a desconstrução do “popular”. In: **Da diáspora: identidades e mediações culturais.** Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- TELLES, Vera S. Mutações do trabalho e experiência urbana. **Revista Tempo Social.** São Paulo: USP, nº. 1, vol. 18.
- THOMPSON, E. P. **A Formação da Classe Operário Inglesa – Vol. 2.** Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1989.

- _____. **A miséria da teoria: ou um planetário de erros. Uma crítica ao pensamento de Althusser.** Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1981.
- _____. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos.** Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2001.
- _____. **Costumes em comum.** São Paulo: Cia. das Letras, 1998.
- THOMSON, A. Histórias (co)movedoras: história oral e estudos de migração. **Revista Brasileira de História.** São Paulo, vol. 22, 2002.
- VEYNE, Paul. Apenas uma narrativa verídica. In: **Como se escreve a História.** Brasília: UNB, 1982.
- VIRILIO, Paul. Os motores da história. Entrevista. In: ARAÚJO, Hermetes Reis (org.). **Tecnociência e Cultura.** Ensaios sobre o tempo presente. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.
- WEBER, Max. A ascese e o espírito do capitalismo. In: **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo.** São Paulo: Ed. Pioneira, 2001.
- WEIL, Simone. **A condição operária e outros estudos sobre a opressão.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e Literatura.** Rio de Janeiro: Zahar Editores S.A., 1979.